



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



HUDSON NASCIMENTO DE SOUSA FILHO

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO HABITADO PELA COMUNIDADE RIBEIRINHA
DE BOA ESPERANÇA NO RIO XINGU-ALTAMIRA-PARÁ**

ALTAMIRA-PARÁ

2022

HUDSON NASCIMENTO DE SOUSA FILHO

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO HABITADO PELA COMUNIDADE RIBEIRINHA
DE BOA ESPERANÇA NO RIO XINGU-ALTAMIRA-PARÁ**

Dissertação de mestrado apresentada pelo acadêmico Hudson Nascimento de Sousa Filho para exame de qualificação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Organização e Gestão do Território, da Linha de Pesquisa: Dinâmicas territoriais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Herrera.

ALTAMIRA, PARÁ

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S725p Sousa Filho, Hudson Nascimento de.
A produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de
Boa Esperança no rio Xingu-Altamira-Pará / Hudson Nascimento
de Sousa Filho. — 2022.
106 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. José Antônio Herrera
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Belém, 2022.

1. Amazônia. 2. Espaço Geográfico. 3. Ribeirinhos. I.
Título.

CDD 900

HUDSON NASCIMENTO DE SOUSA FILHO

Dissertação de mestrado apresentada pelo acadêmico Hudson Nascimento de Sousa Filho para exame de qualificação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Organização e Gestão do Território, da Linha de Pesquisa: Dinâmicas territoriais na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Antônio Herrera (Orientador – PPGeo/Ufpa)

O Prof. Dr. Eliseu Pereira de Brito (Examinador Externo – PPGeo/UFT)

O Prof. Dr. Fabiano de Oliveira Bringel (Examinador Externo – PPGG/UEPA)

O Prof. Dr. João Nahum (Examinador Interno – PPGeo/Ufpa)

Data: 29/08/2022.

ALTAMIRA, PARÁ

2022

DEDICATÓRIA

In memoriam de minha mãe, Vera Lúcia da Silva Maia
Aos meus filhos, à Catarina Paiva e ao Gael Santiago,
pessoas a quem sempre amarei, mesmo depois do infinito.

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho de pesquisa demanda uma multiplicidade de ações e reflexões, e dessa forma não posso negar toda força, intelectual e moral, de várias pessoas direta e indiretamente, a todos vocês serei eternamente grato:

A Deus por ter me acompanhado, juntamente com todos os Orixás, que jamais me abandonam e me sopraram luz durante minha jornada na dúvida de conhecer.

A minha mãe Vera Lúcia da Silva Maia, que *in memoriam* me ilumina e me acompanha em meus pensamentos, não me deixando sozinho quando preciso de refúgio, pois sei que mesmo tendo desencarnado, não deixou de estar comigo emanando energias de amor e paz próprias do calor de uma mãe.

A minha também grande amada e querida mãe Rosângela Melo da Silva, por todo apoio, todo incentivo e toda dedicação em me proporcionar uma educação de qualidade e uma formação digna, quem sempre amarei e por quem cativo imenso respeito.

Ao meu filho, recém chegado ao mundo, chamado Gael Santiago Sousa, por todo amor e por todos os sorrisos doces de quem começa a perceber a imensidão do cosmos. Pela sua vida serei eternamente grato e por ter você em minha vida sinto a certeza de que sou amado.

A minha filha Catarina Paiva Nascimento, que a partir do dia 20 do mês de fevereiro do ano de 2018 me revelou o agradável significado de ser um pai, sempre amarei você, minha Catarina “a grande”, para lhe ter bem sou capaz de conceber o inimaginável e sempre me sentirei muito orgulhoso de ser pai de uma negra tão linda e inteligente como você.

A minha esposa Eduarda Santiago, grande amor de minha vida e para quem dedico todo meu cuidado cotidianamente. Espero que Deus me permita amadurecer ao seu lado e que jamais haja um fim para nossa história, pois com você não necessito de um final feliz. É que eu prefiro viver para sempre este processo ao seu lado, sabe? Porque me sinto amado e me recuso a pensar na possibilidade de um final para o nosso amor, e assim se o nosso “final” for para ser feliz eu prefiro sempre viver o “meio”, o agora, ao seu lado.

Não posso deixar de agradecer também ao meu irmão Paulo Vitor Loiola Palheta, camarada que me emana força positiva e me incentiva a lutar pelos meus sonhos, lhe amo muito e tenho grande respeito por quem você é, e sempre me sentirei honrado e feliz em poder compartilhar minhas angústias e realizações com você irmão.

A comunidade ribeirinha de Boa Esperança, meus eternos agradecimentos, por toda participação ativa no projeto de construção dessa pesquisa, pelos inúmeros ensinamentos e

grandes momentos de felicidade e alegria nas expedições de campo, a todos os integrantes da comunidade serei eternamente agradecido.

Ao meu orientador professor Dr. Herrera, pelo acolhimento e por toda sua dedicação em me orientar de forma sábia e agradável, me auxiliando a enxergar o caminho da pesquisa e encontrar soluções cruciais durante as tomadas de decisões para formulação deste trabalho.

Aos membros do Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM), por todo apoio logístico e administrativo, mas também pelo relacionamento intelectual construído nos mais variados debates.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGeo-UFPA), por toda formação e imersão intelectual no glorioso pensamento geográfico.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudo que subsidiou apoio financeiro vital para execução das ações de pesquisa. Por fim, mas muito importante, agradeço ao pensamento geográfico como um todo, especialmente ao que herdamos de Milton Santos. Do momento com meu primeiro contato com essa riqueza própria da Geografia em diante minha vida mudou, e mudou para melhor, de fato esclareceu minha visão a meu respeito em relação ao mundo. Na medida em que tem me proporcionado uma forma mais sutil de apreender, compreender e vivenciar a realidade cotidiana.

A todos que contribuíram com a construção desta pesquisa, direta ou indiretamente, minha eterna gratidão!

“O espaço constitui a matriz sobre a qual as novas ações substituem as ações passadas. É ele, portanto, presente, porque passado e futuro.”
(Milton Santos)

RESUMO

A presente pesquisa aborda questões oriundas da produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança, localizada em um arquipélago de ilhas fluviais à montante da cidade de Altamira-Pará no rio Xingu. Por estar em baixas latitudes, tal comunidade apresenta-se sob regime climático tropical de curta estação seca (clima do tipo *am*), com formações de residências palafíticas que ocupam as planícies (o “beiradão”), as quais recebem influência do regime de cheias do rio, que também propõem campos férteis para atividades agrícolas de policultura. Destarte, de maneira geral, este trabalho de pesquisa busca compreender o processo de produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança, a princípio, listando os aspectos da paisagem no cotidiano da comunidade, bem como, somado a esses objetivos, acrescenta-se o de construção de certa análise reflexiva acerca das relações de trabalho que atribuem funcionalidade a configuração territorial da comunidade. Buscou-se construir certa análise voltada para dinâmica espacial com observação empírica das condições socioambientais existentes no cotidiano estudado e, para tal feito, a equipe de pesquisa contou com a aplicação de entrevistas em formulário e o levantamento de imagens aéreas obtidas com drone que auxiliou na observação da paisagem. Assim, menciona-se o fato de ter ocorrido atividades de investigação em campo construídas com a intencionalidade de estruturar dados e coletar informações de relevância espacial-histórica, socioeconômica e ambiental acerca do contexto no qual se apresentam as condições de vida dos ribeirinhos da comunidade de Boa Esperança. Esta, por sua vez, apresenta traços de sua ancestralidade vinculada aos seringueiros que migraram do Nordeste para trabalhar nos seringais do médio Xingu, em sua maior parcela, na extração do látex das seringueiras nativas da região em meados do século XIX, década de 1870. Desde então, atividades de trabalho como o extrativismo, o roçado e a pesca artesanal têm sido base de sustentação e de comércio das famílias ribeirinhas que se constituíram com a territorialização do sistema de aviamento na região, no período do primeiro ciclo da economia gomífera.

Palavras-chave: Amazônia. Espaço Geográfico. Ribeirinhos.

ABSTRACT

This research addresses issues that arise from the production of the space inhabited by the riverside community of Boa Esperança, located in an archipelago of river islands upstream from the city of Altamira-Pará on the Xingu River. Being located in low latitudes, this community has a short dry season tropical climate regime (am type climate), with stilt houses that occupy the plains that are influenced by the flood regime of the river, the "beiradão", which also offer fertile fields for polyculture agricultural activities. Thus, in general, this research work seeks to understand the production process of the space inhabited by the riverside community of Boa Esperança, at first, enumerating the aspects of the landscape in the daily life of the community, as well as, in addition to these objectives adds the construction of a certain reflexive analysis on the work relations that attribute functionality to the territorial configuration of the community. It was sought to build a certain analysis focused on spatial dynamics with the empirical observation of the socio-environmental conditions existing in the daily life studied and, for this, the research team relied on the application of form interviews and the lifting of aerial images obtained with a drone that helped in the observation of the landscape. Thus, the fact that field research activities have been built with the intention of structuring data and collecting information of spatial-historical, socioeconomic and environmental relevance on the context in which the living conditions of the riverside community are developed is mentioned. of Good Hope. This, in turn, shows traces of their ancestry linked to the rubber tappers who migrated from the Northeast to work in the rubber plantations of the middle Xingu, extracting latex mainly from the native rubber trees of the region in the mid-nineteenth century, the decade 1870. Since then, labor activities such as extractivism, burning and artisanal fishing have been the basis of livelihood and trade for riverside families that were constituted with the territorialization of the aviamento system in the region, at the time of the first cycle of the rubber economy.

Keyword: Amazon. Geographic Space. Riverside.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização da comunidade ribeirinha de Boa Esperança	26
Figura 2 – Áreas dos planos de voos na comunidade de Boa Esperança	28
Figura 3 – Residência da Dona Tereza (500m, ângulo de 90°)	29
Figura 4 – Fotografia do corte da seringueira feito por pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança	33
Figura 5 – Espacialização do fluxo migratório eixo Nordeste-Norte (1870-1920)	36
Figura 6 – Mapa de concentração dos seringais no primeiro ciclo da economia gomífera	38
Figura 7 – Traços da atividade pesqueira na comunidade	45
Figura 8 – Fotografia da estrutura de habitação do pescador-ribeirinho	47
Figura 9 – Relação do pescador-ribeirinho com a Natureza	50
Figura 10 – Mapa de Zoneamento da ADA e AID	61
Figura 11 – Fotografia do “grande objeto” técnico-tecnológico UHE Belo Monte	64
Figura 12 – Conduto forçado. Panorama do complexo sistema de engenharia possível no período técnico-científico-informacional	65
Figura 13 – Mapa de espacialização da Região de Integração do Xingu (RIX)	70
Figura 14 – Dossel de matas de terras firmes que compõem as paisagens da comunidade de Boa Esperança	72
Figura 15 – Paisagens de ocupação do “beiradão” no rio Xingu	73
Figura 16 – Vegetação arbustiva de influência fluvial que cresce sobre pedregais arenosos	74
Figura 17 – Extrato da mata de cocais presente entre a floresta ombrófila das paisagens da comunidade de Boa Esperança	75
Figura 18 – Mapa de uso e cobertura do solo no entorno da comunidade de Boa Esperança (período de 1985-2020)	77
Figura 19 – Mapa de desflorestamento acumulado no entorno da comunidade (1985 a 2020)	78
Figura 20 – Arranjo geral da zona de influência do objeto técnico UHE Belo Monte	82
Figura 21 – Comparativo entre as diferentes lógicas de utilização do rio Xingu	89
Figura 22 – Preparo da terra, feito por pescador-ribeirinho na comunidade de Boa Esperança para “botar” roça de mandioca	94
Figura 23 – Torrador e Prensa: tradicionais técnicas da produção de farinha	95
Figura 24 – Roça de cacau (<i>Theobroma cacao</i>) cultivada por pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança	96

LISTA DE SIGLAS

ADA	Área Diretamente Afetada
AID	Área de Influência Direta
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
C&T	Ciência e Tecnologia
CHBM	Complexo Hidrelétrico de Belo Monte
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
GPS	Global Positioning System
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LEDTAM	Laboratório de Estudos da Dinâmicas Territoriais na Amazônia
LI	Licença de Instalação
LIP	Licença de Instalação Parcial
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
MME	Ministério de Minas e Energia
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
RIX	Região de Integração do Xingu
SIN	Sistema Interligado Brasileiro
SPVEA	Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UHEBM	Usina Hidrelétrica de Belo Monte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
QUESTÃO DE MÉTODO	18
LÓCUS DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO	26
CAPÍTULO I – DA CHEGADA AO DESCONHECIDO	32
1.1. Essência do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança	33
1.2. Da relação com a natureza a natureza da relação com a cultura indígena	40
1.3. Entre Rios, Ilhas e Florestas: o pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança	46
CAPÍTULO II – A CHEGADA DO DESCONHECIDO	54
2.1. Sistemas de objetos técnicos e a reestruturação do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança	54
2.2. Artificialização da Natureza e novos significados empregados às paisagens do rio Xingu	66
CAPÍTULO III – O ESTRANHAMENTO AO NOVO	80
3.1. Novas verticalidades no cotidiano da comunidade ribeirinha de Boa Esperança	81
3.2. A (re)significação do território usado	86
3.3. Configuração territorial da comunidade ribeirinha de Boa Esperança	89
QUESTÕES A SEREM CONSIDERADAS	97
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE 01 – Formulário para realização de entrevistas em trabalho de campo	104
APÊNDICE 02 – Termo de autorização para uso de dados, voz e imagem	106

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda questões oriundas da produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança, localizada em um arquipélago de ilhas fluviais à montante da cidade de Altamira-Pará no rio Xingu. Por estar em baixas latitudes, tal comunidade apresenta-se sob regime climático tropical de curta estação seca (clima do tipo *am*), com formações de residências palafíticas que ocupam as planícies (o “beiradão”), as quais sofrem influência direta do regime de cheia do rio, que também propõem campos férteis para atividades agrícolas no período de seca. A comunidade apresenta traços de sua ancestralidade vinculada aos seringueiros que migraram do Nordeste para trabalhar nos seringais do médio Xingu, em sua maior parcela, na extração do látex das seringueiras nativas da região em meados do século XIX, década de 1870.

Desde então, atividades de trabalho como o extrativismo, o roçado e a pesca artesanal têm sido a base de sustentação e de comércio das famílias ribeirinhas que se constituíram no processo de estruturação da economia de aviamento na região. Destarte, de maneira geral, este trabalho de pesquisa busca compreender o processo de produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança. A princípio, listando os aspectos da paisagem no cotidiano da comunidade, bem como as alterações advindas com o reordenamento compulsório que o meio ambiente – banhado pela bacia hidrográfica fluvial do Xingu no seu trecho das terras do meio – recebe a partir da intervenção de grandes objetos técnicos na região. Somado a esses objetivos, acrescenta-se o de construção de certa análise reflexiva acerca das atuais condições de trabalho que atribuem funcionalidade a (re)configuração territorial da comunidade.

É válido, também, salientar que atualmente a comunidade vive o impasse de não ser reconhecida como atingida pela ação de barramento do rio Xingu, atribuição esta gerada a partir dos estudos levantados pela Norte Energia S. A. para construção do lago reservatório da UHE Belo Monte, conforme apresentado em relatos dos moradores entrevistados. A problemática então se acentua, não apenas pelo fato de a comunidade não estar inserida, enquanto grupo dos atingidos pela reestruturação espacial causada pela modificação que a concretização do barramento no rio ocasionou, no município de Altamira-PA, mas também por ter toda Área Diretamente Afetada (ADA), ao transformar o rio Xingu em lago artificial reservatório, modificando as paisagens e a configuração territorial da comunidade e da região de entorno. Tais fatores levaram esta pesquisa a problematizar, conseqüentemente, a

contribuição do pensamento geográfico para revelação do problema vigente, bem como o uso da literatura sociológica e geográfica para uma interpretação crítica dos fatos recorrentes.

Acredita-se que a ação de barramento do rio Xingu acarretou mudanças e estranhamentos ao lugar, por parte dos moradores da comunidade ribeirinha de Boa Esperança, pertencente ao espaço geográfico receptor dos sistemas de objetos técnicos advindos da implantação da UHE Belo Monte. Isso ocorreu devido à modificação compulsória ocasionada na estrutura do regime fluvial do rio Xingu, que passou a ser não tão bem definido como antes um dia fora.

A comunidade ribeirinha de Boa Esperança não recebeu indenização nem reconhecimento, dos devidos órgãos governamentais e empresas envolvidos no projeto UHE Belo Monte, enquanto atingida pela dinâmica da área de influência direta do lago reservatório. Mediante tal acontecimento, justifica-se a necessidade de construção da presente investigação acerca das atuais condições inerentes ao cotidiano da vida dos moradores da comunidade, para apresentar de maneira concreta a realidade na qual hoje se estruturam as ações de produção do espaço geográfico com que se dá a ocupação do rio Xingu pelo povo do “beiradão”.

Assim, o aparato teórico que sustenta a discussão deste trabalho de pesquisa consiste na ideia de que a realidade concreta é síntese de diversas ações que, haja vista, o exercício de totalidade, não demanda especificamente de um único local, mas sim de uma multiplicidade de locais. Logo, a síntese de várias determinações, como se confere em *Introdução à contribuição à crítica da economia política* (MARX, 2008) e *Espaço e Método* (SANTOS, 2014). De imediato, compreende-se, de acordo com a leitura de *La production del espacio* (LEFEBVRE, 1974), que o espaço geográfico tem sido utilizado pelo sistema capitalista de produção como possibilidade à reprodução das ações capitalistas de geração de lucro absoluto, como é possível observar no caso do barramento do rio Xingu, que passa a servir de lago artificial reservatório de sustentação da casa de força da usina hidrelétrica de Belo Monte. Lógica que os sistemas de objetos técnicos atribuem verticalmente ao lugar na realidade a qual são inseridos, com a construção de grandes objetos (grandes obras artificiais) que alienam o valor da relação entre ser humano e espaço, isto sendo discutido por Milton Santos (2013) em sua obra *Técnica, Espaço, Tempo*.

Grosso modo, a metodologia geral desta pesquisa operacionaliza a proposta de Milton Santos (2014), descrita em *Metamorfoses do Espaço Habitado*, no tocante ao entendimento de que a apreensão do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa

Esperança se constrói mediante a compreensão da inter-relação entre a dinâmica espacial, a paisagem e a configuração territorial animada pelos moradores da comunidade. Levantamento e análise bibliográfica e documental em literaturas publicadas relacionadas à problemática estudada também são recursos utilizados, como artigos publicados em periódicos ligados à discussão do tema, bem como nos livros da literatura geográfica; utilizando-se também da construção de entrevistas e aplicação de formulários junto aos moradores da comunidade visitados em trabalho de campo. Para análise mais precisa e significativa do reordenamento e caracterização da paisagem sob observação, optou-se por atuar com a captura de imagens com drone, sendo que o planejamento para obtenção de imagens georreferenciadas da comunidade de Boa Esperança obedeceu, de início, a uma organização e a um planejamento laboratorial, sendo realizadas reuniões para definição da melhor estratégia e ações para garantir a obtenção dos dados prospectados.

Outrora, a comunidade, de maneira geral, aponta que grandes modificações do espaço onde esta se localiza foram apresentando-se, ao longo dos últimos anos, advindas, acredita-se, com a concretização do lago artificial reservatório da UHE Belo Monte. Dentre tais modificações estão presentes a falta de correnteza do que antes era rio, fator que tem causado elevado aquecimento da temperatura da água e também ocasionado maior retenção de dejetos, lama e lodo, prejudicando diretamente a sobrevivência da ictiofauna (animais aquáticos) típica da região, como o caso da diminuição e até mesmo do desaparecimento de algumas espécies de peixes como: Surubim, Tucunaré, Pescada e Matrinchã. Em relato de entrevista, certo ribeirão menciona que antes era possível a captura de até 200kg de peixe na semana de pesca, porém hoje, após concretização do lago e o pleno funcionamento da UHE Belo Monte, a pesca já não soma enquanto atividade financeira, ficando apenas como prática corriqueira voltada ao consumo familiar. Dessa forma, acredita-se que a comunidade tem sua essência e características reconfiguradas como resultado do envolvimento na totalidade do processo de produção do espaço na modernidade, uma vez que a nova realidade socioespacial diverge das necessidades locais, escapando ao desejo das demandas globais alinhadas à unicidade técnica.

Assim, faz-se necessário elencar as questões que impulsionaram o presente trabalho de pesquisa a discutir e apresentar, após esta introdução e antes das devidas considerações engendradas acerca do estudo proposto, no primeiro capítulo: 1) *DA CHEGADA AO DESCONHECIDO* construído a fim de compreender a: 1.1) *Essência do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança*, não desatentando 1.2) *Da relação com a*

natureza a natureza da relação com a cultura indígena, ora relação construída pelo ribeirinho morador da comunidade ao longo dos tempos em que tem vivido dependendo da Natureza como se vê em 1.3) Entre Rios, Ilhas e Florestas: o pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança. O segundo capítulo: 2) A CHEGADA DO DESCONHECIDO revela as “novidades” advindas com a implantação de 2.1) Sistemas de objetos técnicos e a reestruturação do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança, que ocorre junto ao processo de 2.2) Artificialização da Natureza e novos significados empregados às paisagens do rio Xingu. Estrutura que gerou, como dialogado no terceiro e último capítulo da pesquisa, de certo 3) O ESTRANHAMENTO AO NOVO, pelo fato de haver 3.1) Novas verticalidades no cotidiano da comunidade ribeirinha de Boa Esperança e um eminente processo de 3.2) A (re)significação do território usado como estrutura que tem influenciado na 3.3) Configuração territorial da comunidade ribeirinha de Boa Esperança.

QUESTÃO DE MÉTODO

A produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança é apreendida mediante análise da síntese, em um só momento, da junção de diferentes tempos. Uma vez superpostos, esses períodos coexistem em um mesmo processo dinâmico de inter-relações entre diferentes momentos históricos constituídos de maneira integrada, em acontecer solidário multiescalar, na construção da história do presente vivenciada no agora pelo povo pescador-ribeirinho do médio Xingu. Verdadeira inter-relação dialética e contraditória, porém articulada, dentre diferentes processos de ocupação e formação socioespacial da Amazônia e que coexistem na dinâmica espacial de produção do espaço habitado pelos povos ribeirinhos amazônidas.

Nesse viés, o espaço geográfico correspondente à Amazônia é a matéria trabalhada por excelência enquanto resultado da coexistência de uma superposição desigual de tempos, responsável por acumular os resultados das práxis acumuladas, assim como discute Santos (2012) ao mencionar o espaço como um todo. Um objeto social dinâmico, “[...] uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria [...]” (SANTOS, 2017, p. 104). Portanto, é *no* espaço geográfico e por mediação *do* espaço geográfico que consolida-se o *meio* de produção da reprodução das relações de produção, capitalistas e as não capitalistas. Logo, as forças produtivas não podem definir-se apenas pela produção de objetos e *coisas* no espaço geográfico, mas através da própria produção deste, como propôs Lefebvre (1974).

Dessa maneira, torna-se substancial compreender a produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança como um produto social em permanente processo de transformação, de acordo com a relação espaço-sociedade. Essa intervenção conceitual apresenta-se ser qualitativa, devido ater-se à compreensão dos efeitos do processo cujas variáveis são elementos indispensáveis para entendimento da produção do espaço, visto que, de acordo com a mudança da totalidade, há de imediato, mudança no todo dinâmico e suas partes constitutivas. Apresentando-se, desse modo, de fundamental importância certa periodização histórica devido às séries de transformações da organização espacial recorrentes da Divisão Social do Trabalho e sua territorialização na região do médio Xingu.

O espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser

encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas da geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social (SANTOS, 2014a, p. 30-31).

Na produção do espaço geográfico amazônico, conforme discute Herrera (2019, p. 474-475), historicamente a expansão do sistema capitalista de produção tem modificado os meios e as relações sociais em detrimento e substituição alienante dos modos tradicionais de produção – já existentes na região amazônica e atrelados à utilização não destrutiva dos recursos naturais – em prol da implantação do sistema econômico universal e globalizado, de caráter destrutivista e super-explorador. Fator que corrobora a uma mais intensiva utilização dos recursos disponíveis no espaço amazônica e que leva à escassez direta de determinados meios, “[...] ameaçando a estabilidade ecológica e populações que não acompanham a dinâmica do capital, sendo essas exploradas ou espoliadas em detrimento da produção capitalista”.

É relevante frisar, que a apreensão do espaço geográfico, bem como de sua produção total, necessita de uma abordagem analítica que procure elencar os elementos-chave para empiricizar – a luz da realidade concreta como materialização do fenômeno técnico – a relação espaço-tempo. Com isto, resgatando a estrutura que a dinâmica socioespacial na Amazônia apresenta a partir da sucessão de diferentes *períodos* no espaço, como uma comunhão de “[...] pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 24).

Esse exercício de periodização desemboca na ideia de *regime*, que apreende, em sua dinâmica, formas-conteúdo reflexo da relação de formas materiais com formas não materiais (também simbólicas) integradas no espaço. “Os níveis e a intensidade dessa interação para dentro e para fora e cada Estado variam com o tempo. Pode-se dizer, também, que a cada momento histórico a definição das disparidades regionais muda” (SANTOS, 2014, p. 99), mudando, conseqüentemente, a estrutura interna de relacionamento entre as variáveis do espaço totalidade parte da totalidade total que, dado seu caráter dinâmico e contraditório,

materializa-se no particular como forma de representação do universal.

Com efeito, é a partir dessa crucial condição, que buscar-se-á compreender a dinâmica de produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança, com a empiricização dos nexos horizontais e verticais que articulam a união dos diferentes momentos históricos organizados pelas atividades de modificação do meio, exercidas pelo homem ribeirinho, mediante emprego da técnica na transformação da paisagem com sua força de trabalho.

A princípio, pode-se apontar – na estrutura de formação socioespacial da comunidade ribeirinha de Boa Esperança – a presença do meio pré-técnico de forte atuação dos elementos da primeira Natureza, a não transformada pelo ser humano por mediação da técnica. Esse, trata-se de “[...] um período de acomodação e morosidade na relação com o meio [...]”, com a confluência de técnicas nascidas espontaneamente em lugares diferentes. Desta maneira, “[...] as localizações econômicas resultavam da combinação entre as necessidades de cada produto e as condições naturais preexistentes [...]” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 30).

Em seguida, a influência do meio técnico, no caso da proposta aqui de periodização com olhar para o contexto da comunidade de Boa Esperança, subdividi-se em período técnico originário e período técnico tradicional. Este último, ancorado no processo de industrialização em vigência na sociedade ainda nos séculos XIX e XX, promulga a difusão de objetos técnicos num processo de mecanização do espaço como “prolongamentos dos territórios, verdaderas próteses” em que “tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais” (SANTOS, 2017, p. 237). De base capitalista comercial, esse período está associado à gênese do processo de formação da comunidade a partir da demanda de migração nordestina para atuar na extração de látex das seringueiras do Xingu, na formação de um *subespaço* vinculado ao espaço global de consumo de borracha no auge da industrialização mundial e suas demandas de mercado. De outra maneira que, porém de forma cumulativa e indissociável dos demais momentos, o período técnico, que estamos denominando de originário, condiz com a influência da cultura indígena e suas técnicas de ocupação, originárias da região do médio Xingu, no modo de produção da vida ribeirinha, como exemplo da canoa utilizada pelos pescadores-ribeirinhos e as técnicas de pesca artesanal nas águas de rio doce, somadas a utilização das ervas medicinais típicas da Amazônia, heranças do contato com os indígenas.

Outrora, a presença do meio técnico-científico-informacional na estrutura de formação socioespacial da comunidade ribeirinha de Boa Esperança é representada, na

atualidade, pela influência de grandes objetos técnicos, como o mais recente deles, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, fator de reconfiguração do território amazônico com todo seu sistema de engenharia. Nessa dimensão do acontecer socioespacial “[...] a tecnologia se converte em fator autônomo do período, em lugar da própria indústria.” (SANTOS, 2014, p. 44). Portanto, tornando-se a tecnologia, de intencionalidade exógena alienante, fator de regulação e regulamentação das condicionantes de ocupação do espaço e organização logística do território amazônico.

Nesse sentido, a problemática levantada – na qual esta pesquisa guia-se à guisa de obter respostas contributivas acerca da dinâmica de produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança – está situada no confronto entre a lógica local-regional (horizontal) de apropriação do espaço geográfico situado na região político-econômica correspondente à Amazônia e suas comunidades tradicionais. Intencionalidade que se apresenta oposta à lógica global (vertical) de imposição de normas ditadas pelo capitalismo financeiro dos grandes bancos mundiais e seus mega empreendimentos que, com o fato de obter lucro absoluto, atribui a este mesmo espaço geográfico a funcionalização quantitativa de recurso para geração unicamente de riqueza monopolizada. Tratando-se, assim, de diferentes usos que produzem e disputam a racionalidade do espaço em ênfase, correspondente nesta pesquisa, em contexto situado no município de Altamira-Pará, por meio do conflito entre diferentes racionalidades de configuração do território.

Sob essa óptica, a realidade concreta que a comunidade de Boa Esperança apresenta carece de uma visão atenta a dissecar o todo, o acontecer solidário do contexto, desde sua estrutura de objetos naturais até mesmo a artificialização de tais objetos naturais, causada com mais intensidade no advento das atividades capitalistas instaladas na região. Caso da transformação do rio Xingu em lago artificial reservatório de sustentação das casas de força do grande objeto UHE Belo Monte, técnica capaz de expressar a materialização espaço-tempo das ações que animam a dinâmica capitalista de produção do espaço geográfico no atual período técnico-científico-informacional.

Tal visão holística torna-se capaz de proporcionar a construção de entendimento da totalidade com análise atenta, não à soma das partes constituintes, mas sim da interação relacional que cada parte-totalidade do processo apresenta em conjunto com relação à parte-todo. Ora por ser a história uma totalidade em movimento, processo dinâmico cujas partes inter-relacionam-se continuamente para produzir, pois, cada novo momento, a continuidade desse processo só é possível devido à contradição entre a forma e sua respectiva estrutura,

na qual o resultado produz logo novas sínteses contínuas.

Na obra *Espaço e Método*, de maneira objetiva e imediata, buscou-se uma proposta de método propriamente geográfico para apreensão da materialidade histórica, pautada no exercício de síntese à abstração da totalidade estudada. De maneira que, “seja qual for a forma de ação, entre as variáveis ou dentro delas, não se pode perder de vista o conjunto, o contexto. As ações entre as diversas variáveis estão subordinadas ao todo e aos seus movimentos” (SANTOS, 2014), por meio de investigação e explicação do movimento conjunto, do todo inseparável na materialidade, no contexto; assim pode-se valorizar cada parte dele constitutiva para, posteriormente, reconhecer esse todo em sua concretude. Convite a olhar o concreto enquanto síntese das inúmeras determinações diversas, movimento total contraditório cuja permanência deriva do atrito com seus subprocessos.

Grosso modo, esta pesquisa operacionaliza a proposta de Milton Santos (2014a), descrita em *Metamorfoses do Espaço Habitado*, no tocante ao entendimento de que a apreensão do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança se constrói mediante a compreensão da inter-relação entre a dinâmica espacial, a paisagem e a configuração territorial animada pelos moradores da comunidade, visto que, esta pesquisa é pautada fundamentalmente na leitura dialética da totalidade do espaço geográfico a partir do conceito de análise espaço-temporal: território usado. Sendo que, para tal exercício, optou-se aqui em discutir as variáveis de maneira processual mediada com estrutura, função e forma do espaço geográfico enquanto parte do todo social, instância social total estruturada pela inter-relação entre fixos e fluxos em um contínuo e dinâmico movimento histórico contraditório e por ser a história “[...] uma totalidade em movimento, um processo dinâmico cujas partes colidem continuamente para produzir cada novo movimento” (SANTOS, 2014, p. 71). Abordagem capaz de fazer-se compreender a realidade (social) concreta não mais como algo isolado e apenas inerte, outrossim, como síntese de inúmeras determinações, ou seja, “[...] unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (KARL MARX, 2008, p. 260-261).

Esta realidade concreta é resultado da práxis utilitária cotidiana representada do movimento real materializado como síntese da junção fenômeno e essência, unicamente. Um só, de fato, cuja representação não concebe certa “qualidade natural” da coisa em si e da própria realidade, mas, inversamente, diga-se no caminho da negação, torna-se a elevação

de determinantes históricas *petrificadas* na consciência dos sujeitos, já que a “[...] realidade é a unidade do fenômeno e da essência”. Pensamento dialético do qual então a realidade é abstraída diante do indispensável entendimento contraditório de que o “[...] mundo real, oculto pela pseudoconcreticidade, apesar de nela se manifestar, não é o mundo das condições reais em oposição às condições irreais, tampouco o mundo da transcendência em oposição à ilusão subjetiva; é o mundo da práxis humana” (KAREL KOSIK, 1985, p. 12-18).

Seguindo a leitura de Marx (2008a, p. 48) no segundo parágrafo de seu *Prefácio: de contribuição à crítica da economia política* correspondente a decisão de “[...] se elevar do particular ao global”. Do local – particular – é dissolvida a rede do trabalho coletivo (horizontalidades) oposta às normas de ordem universal/global (verticalidades) ao tempo que do conflito entre essas distintas ordens de produção do espaço geográfico surgem lugares diversos.

Essa é uma realidade tensa, um dinamismo que se está recriando a cada momento, uma relação permanentemente instável, e onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência. As próprias necessidades do novo regime de acumulação levam a uma maior dissociação dos respectivos processos e subprocessos, essa multiplicidade de ações fazendo do espaço um campo de forças multicomplexo, graças à individualização e especialização minuciosa dos elementos do espaço: homens, empresas, instituições, meio ambiente construído, ao mesmo tempo em que se aprofunda a relação de cada um com o sistema do mundo (SANTOS, 2017, p. 314).

A questão em si é a do território usado por agentes hegemônicos e contra-hegemônicos: produzido de maneira complexa pela disputa – e por ser conflitante, logo é territorial – de interesses que em conflitualidade constroem um espaço geográfico multidimensional e multiescalar. Embate este que se acredita estar refletido nitidamente nos diferentes modos de *(o)usar a/na Amazônia*, discutidos por Dias Mendes (2001) como oposição de desejos exógenos/exteriores aos endógenos/locais-regionais; em leitura geográfica correspondendo ao embate recorrente da disputa entre diferentes lógicas de apropriação político-funcional do espaço geográfico (amazônico).

Convertendo vantagens comparativas potenciais em vantagens competitivas reais. Imprimindo, por esse modo, marca ou sinete regional à presença universal da Região. A inserção passiva, ao contrário, resume-se às *invocações* interessadas, aliás interesseiras, que da Região se fazem para benefício alheio e muitas vezes em seu prejuízo e desvantagem. Impondo-lhe um ferrete de efetiva sujeição a outrem, um carimbo de propriedade ‘comum’, por vezes difusa, e invariavelmente alienada (MENDES, 2001, p. 47. Grifos todos do autor).

Faz-se necessário analisar o fato de que “[...] neste particular terreno, é que as ações de C&T mais se fazem na Amazônia, quando se fazem, por inevitável, do que pela Amazônia”. Na margem da “Amazônia seguidamente não respeitada, na prática, como região em si, provida de um projeto existencial endógeno, mas sequestrada como espaço a ser (ab)usado a serviço de interesses exógenos”. Para tanto, destacam-se, neste saque abusivo, as atividades relacionadas aos capitais agroindustriais e bio-tecnológicos de extração de recursos naturais, além da exploração da potencialidade humana existente, fazendo com que a região amazônica seja vista enquanto “[...] o cenário, o horto, o zoo, o armazém ou almoxarifado básico, de cujas inerências, essências e potências é preciso (usu)fruir” (MENDES, 2006, p. 18-20. Grifos sublinhados do autor).

Tais elementos levaram esta pesquisa a conduzir uma análise total da realidade concreta de modificação do espaço geográfico amazônico pelos diferentes modos de produção atrelados a sua dinâmica de produção do espaço, um exercício de análise da totalidade; ou melhor, em objetividade, do conflito entre os diferentes modos de produção que contraditoriamente se apropriam do espaço geográfico amazônico para (e a partir de) seu uso. Sendo que, para o exercício científico de reflexão incitado, é necessário “[...] que partamos do fenômeno que se quer compreender para a realidade social global”, na busca de se obter dois resultados conforme aponta M. Santos (2014, p. 95):

1. “Um melhor conhecimento da parcialidade que é o fenômeno estudado, através do reconhecimento de sua inserção no todo.”
2. “Um melhor conhecimento do todo, graças a melhor compreensão do que é uma de suas partes.”

Portanto, por tratar-se de *espaço banal* condutor de distintas ações político-econômicas, mas comuns, o uso do território, contraditoriamente, materializa-se tanto como abrigo para a vida quanto como recurso operacionalizado para geração unicamente de riqueza concentrada pela burguesia capitalista.

Dessa forma, o que interessa para nossa discussão é, então, compreender o território usado equanto sinônimo de espaço geográfico. “[...] E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma proposta totalmente empiricizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria”. Isso ocorre, uma vez que os “distintos atores não possuem o

mesmo poder de comando, o que leva a uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonzados” (SANTOS; SILVEIRA, 2016, p. 20).

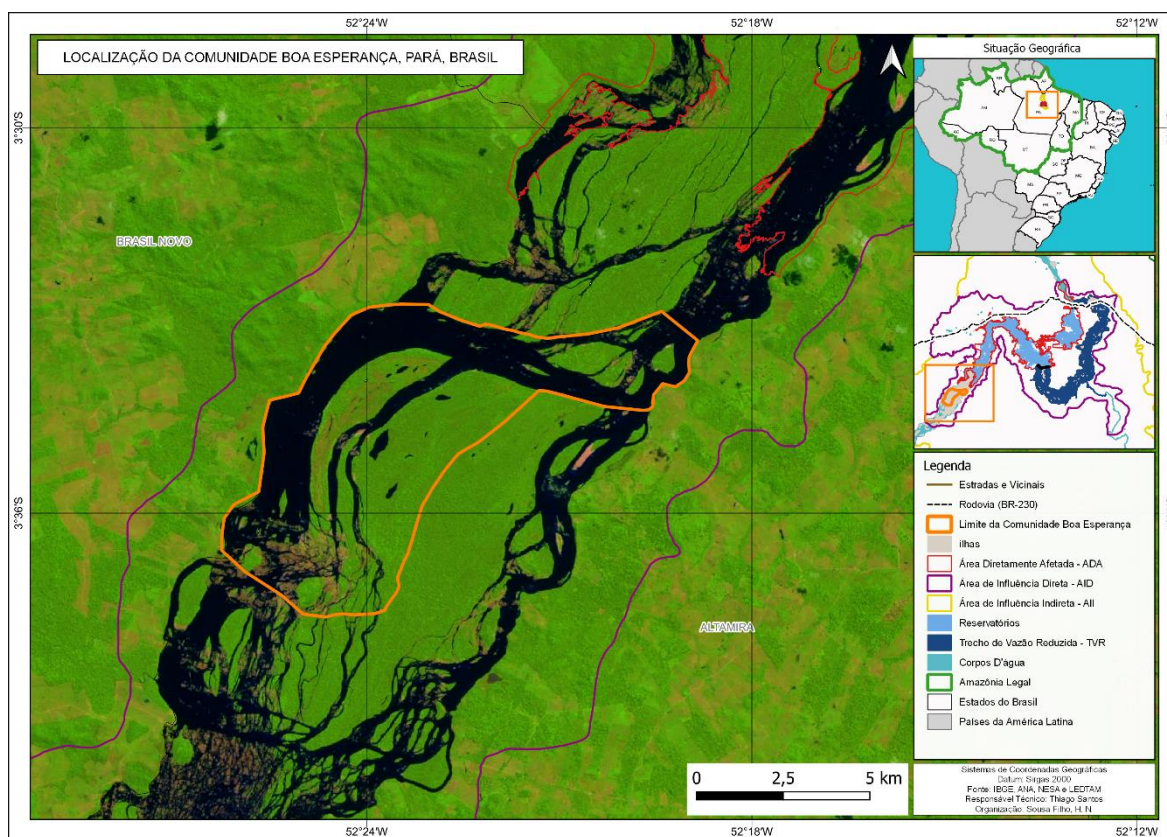
Dessa combinação temos o arranjo singular dos lugares e é nesse jogo de contradições que se pode rebuscar a totalidade. Esta, tornando-se significativa devido ao contexto apresentado para estudo permitir-nos vislumbrar, a partir do concreto, a ideia de território usado apontada por Milton Santos como aporte conceitual indispensável à análise do espaço geográfico, por esta concepção estar envolvida na análise direta de “[...] um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo” (SANTOS, 2000, p. 3).

De maneira teórica, a partir da abordagem proposta por Milton Santos (2017), para pesquisa da dinâmica e da estrutura do espaço geográfico estudado, utiliza-se da *técnica* enquanto artifício de mediação desmistificador da relação conflituosa entre diferentes “meios técnicos” de transformação dos recursos do espaço geográfico (amazônico). Essa mediação teórica “[...] nos ajuda a historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico a geografizar, isto é, a produzir uma geografia como ciência histórica [...]” (SANTOS, 2017, p. 49). Nesse sentido, são aplicadas técnicas de produção da vida empregadas pelo pescador-ribeirinho que busca re-existir ao processo de territorialização do capital e seu inventário tecnológico, o qual assombra a rotina desses indivíduos, com exploração desenfreada de recursos naturais e destruindo a natureza amazônica com emprego de técnicas complexas e de alto grau de modificação do ambiente.

LÓCUS DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

De maneira geral, pode-se observar que a comunidade ribeirinha de Boa Esperança se encontra localizada em um conjunto de ilhas à montante da cidade de Altamira e em fronteira com o município de Brasil Novo, no estado do Pará (conferir Figura 1). Sua formação socioespacial data de fins do século XIX e se deu devido à leva de migrantes nordestinos, os vulgos “arigós”, nos ditos populares da época, os quais vieram a partir da década de 1870 para atuar como seringueiros, na exploração (o corte) de seringueiras nativas do Xingu, com a finalidade de obter o látex, matéria-prima da borracha. Tal atividade foi impulsionada pela indústria da borracha ainda no primeiro ciclo da economia de aviamento.

Figura 1 – Mapa de localização da comunidade ribeirinha de Boa Esperança.



Fonte: SOUSA FILHO, H. N.; LEDTAM, 2022.

Nem sempre o povo dessa comunidade teve sua condição de produção de vida atrelada somente à extração de látex, pois esses moradores optavam por outras atividades de labor para garantir o sustento familiar como, a milenar pesca artesanal, a qual historicamente os pescadores-ribeirinhos, da comunidade de Boa Esperança, praticam a fim de manterem a

garantia de “ter o que comer” e até mesmo a produção de determinado excedente para comercialização, como o roçado, e inúmeras outras atividades extrativistas, a exemplo da caça e da coleta de produtos nativos da floresta equatorial amazônica.

É válido ressaltar também as atividades de extração das “drogas do sertão” como a castanha, que somam no inventário ribeirinho das ocupações de trabalho, além da caça do gato-maracajá para retirada e comercialização da pele, que foi muito visada como fonte de lucro, após o auge da economia de aviamento da borracha na região. Em depoimento coletado em entrevista, pode-se compreender também que alguns dos ribeirinhos tiveram vínculo com a atividade de garimpagem como fonte de renda acessível. Além disso, o roçado tem acompanhado esse povo desde os tempos de formação da comunidade até os tempos atuais como base de produção do sustento primário das famílias.

Para levantamento de dados e informações primárias, acerca das condições de vida dos moradores da comunidade, utilizaram-se técnicas quali-quantitativas de pesquisa, com entrevistas que foram armazenadas em gravadores de voz portáteis, e aplicação de formulários, além das observações empíricas realizadas a partir do contato que os pesquisadores tiveram com a realidade objeto de investigação, o que possibilitou maior familiaridade e melhor compreensão acerca da problemática vigente. Por mais que tenhamos termos de autorização, para uso da voz e imagem assinados pelos entrevistados na construção dessa pesquisa, preferimos manter o anonimato da identidade das pessoas entrevistadas. Por isso, optou-se em diferenciar os entrevistados, utilizando pseudônimos atribuídos a partir do nome de espécies de peixes nativas da Amazônia, ao invés do verdadeiro nome das pessoas cujas falas estão transcritas.

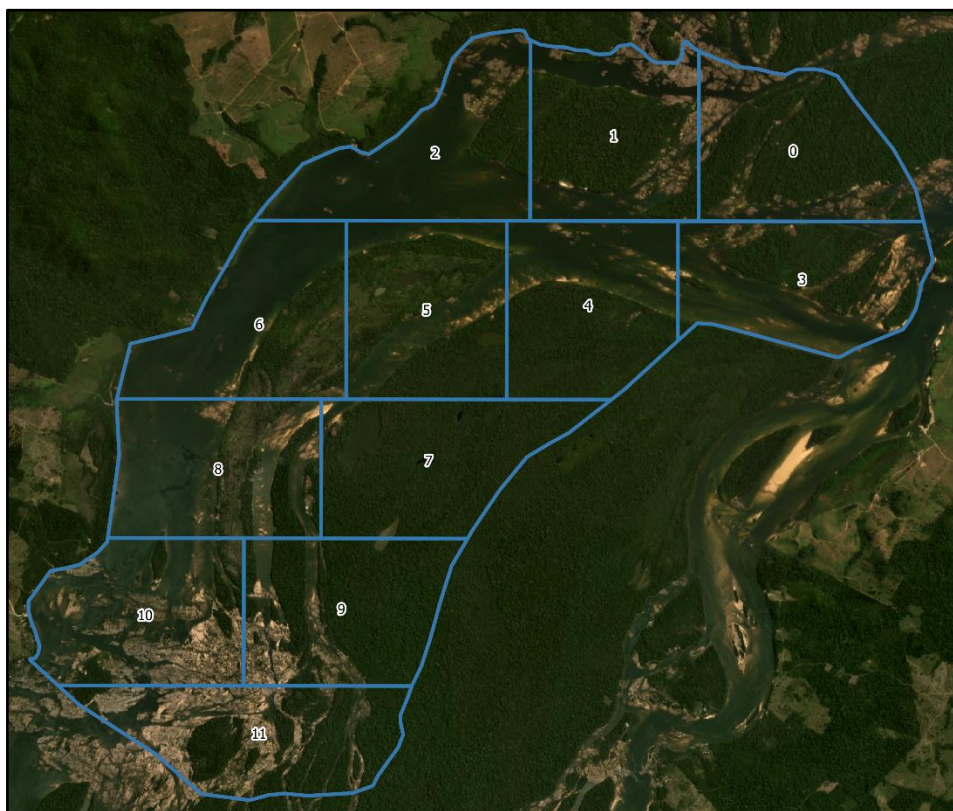
Estudos, análise bibliográfica e documental em literaturas, publicadas relacionadas à problemática estudada, também foram recursos utilizados, como artigos publicados em periódicos ligados à discussão do tema, bem como nos livros da literatura geográfica; construção de entrevistas e aplicação de formulários, junto aos moradores visitados, em trabalho de campo também apresentou-se como riquíssimo recurso para elaboração das reflexões.

Para análise mais precisa e significativa do ordenamento e caracterização da paisagem sob observação, optou-se por atuar com a captura de imagens com drone, sendo que o planejamento para obtenção de imagens georreferenciadas da comunidade de Boa Esperança obedeceu, de início, a uma organização e a um planejamento laboratorial, sendo realizadas reuniões para definição da melhor estratégia e ações para garantir a obtenção dos

dados prospectados.

Para uma mais precisa e significativa análise dos impactos e da dinâmica da paisagem sob observação, optou-se por atuar com a captura de imagens com drone, sendo que o planejamento para obtenção de imagens georreferenciadas da comunidade de Boa Esperança obedeceu, de início, uma organização e planejamento laboratorial, sendo realizadas reuniões para definição da melhor estratégia e ações para garantir a obtenção dos dados prospectados. Para tal, dividimos a comunidade em 11 subáreas, para organização dos planos de voos, considerando nessa abordagem a autonomia do drone, a capacidade das baterias e o tempo de recarregamento destas, bem como a localização dos pontos de lançamento e condições morfoclimáticas do local. A organização segue expressa adiante (figura 2).

Figura 2 – Áreas dos planos de voos na comunidade de Boa Esperança.



Fonte: Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia. Setembro de 2021.

Ao aportarmos em campo houve a necessidade de alterar as ações pensadas para obtenção das imagens. De início, pensava-se realizar um levantamento aéreo de toda a comunidade e assim fazer um mapeamento completo, mas a realidade de campo, as dimensões territoriais e as dificuldades morfoclimáticas do local sugeriram mudanças, sendo

necessária uma adaptação. Portanto, foram eleitos pontos estratégicos de coleta de dados, concentrando os levantamentos de voo nos furos mais secos, em áreas de residências com maiores contrastes altimétricos e que sofrem com as enchentes, áreas de agriculturas sujeitas a alagamento na cheia e demais áreas estratégicas.

As imagens e vídeos dessas áreas foram feitos de diversas formas, ângulos e alturas, primando sempre por imagens que apresentassem a dimensão dos impactos em curso, ocasionados pelo barramento do rio. Para concentrar essa dimensão dos impactos, foram definidas áreas-chave, desta forma, obtendo imagens em altura padrão de 500m (Figura 3), 300m e 100m, além de fotos panorâmicas. Essa opção vem da necessidade de repetir os pontos de capturas em outras excursões e assim apresentar um contraste mais preciso dos impactos gerados pelo empreendimento.

Figura 3 – Residência da Dona Tereza (500m, ângulo de 90°).



Fonte: Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia. Setembro de 2021.

Logo após o período de retorno ao contato social, pós-isolamento social propagado pela pandemia do covid-19, por parte da comunidade em relação a pessoas externas, não moradoras do local, foi possível realizar atividades de campo que se iniciaram na data de 18/09/2021, sábado, com saída do Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM) às 10h00min horas, após organização do material e embarque nos carros, nos quais seguimos em tráfego até o porto da 13, no município de Brasil Novo-PA,

localidade que chegamos às 11h30min horas. Logo em seguida e após nos encontrarmos com senhor Aurélio (ribeirinho morador da comunidade), nosso piloto e guia na expedição, saímos do porto da 13 às 12h30min horas com destino ao alojamento (casa da Dona Tereza, que é moradora pertencente à comunidade) onde chegamos no horário de 13h30min. Nesse mesmo dia, no período da tarde, realizou-se entrevista com Dona Tereza e levantamento de imagens georreferenciadas com drone.

No dia 19/09/2021, os integrantes do acampamento acordaram por volta das 06h00min horas para preparar o café da manhã e partiram às 07h30min para realização das atividades de campo. Inicialmente, coletou-se com GPS (Global Positioning System) um trajeto desde a casa de Dona Tereza até a entrada do furo seco, com visita ainda na ilha do Sr. Tomás que não se encontrava no local, o que impossibilitou a realização de entrevista com ele. Logo a ilha do Duca foi visitada, mas o morador também não se encontrava no local. Seguiu-se em viagem até o furo seco, ponto de pior navegabilidade na região, até onde nossa embarcação conseguiu chegar, logo, seguimos a pé, sendo que para estudo e reconhecimento do local atuou-se com uso do drone para levantamento de imagens georreferenciadas da área de abrangência do furo seco.

Os demais pontos de visita foram o furo do prego, a ilha do senhor Nelson, que estava no local e foi entrevistado; a ilha do Sr. Guiguito, onde se encontrou atividade agrícola de aproveitamento para plantio de árvores frutíferas; a ilha do Sr. Gelson que não se encontrava na residência. Por fim das visitas do segundo dia de campo, coletou-se informações na ilha da dona Jesus e Sr. Velho no canal da Urubuquara. É válido mencionar que o levantamento de imagens georreferenciadas esteve presente em todas as dinâmicas do campo.

O dia 20/09/2021 inicia por volta das 06h:30min com a preparação do café da manhã. Logo depois foi realizada entrevista na ilha da dona Lene e continuou-se com levantamento de imagens georreferenciadas da comunidade. Visitou-se a casa de dona Pedrina, que pouco pôde contribuir com a entrevista por estar resfriada e não poder falar por muito tempo. Além dela, direcionamo-nos ao furo do Oliveira para levantamento de imagens com drone e também à casa de seu Sebastião, o qual não foi entrevistado por não estar no local.

No dia 21/09/2021 realizou-se o levantamento de imagens georreferenciadas ainda não observadas pelo drone e organizamos acampamento para o retorno ao laboratório. Saímos da ilha grande, casa de dona Tereza, às 08h12min, com chegada ao porto da 13 às 09h:28min. Saímos do porto da 13 de Brasil Novo-PA às 09h47min e chegasse ao LEDTAM às 11:h19min, finalizando as atividades de campo no período da tarde com reunião realizada

no LEDTAM para construção do balanço das atividades realizadas em campo.

De forma prática, a fim de compreender a dimensão dos impactos causados com a consolidação do lago artificial pertencente ao grande objeto UHE Belo Monte, considera-se a necessidade da instalação de réguas altimétricas – em trabalhos posteriores – para medição da cota da água, tendo em vista a diminuição do nível da água, apontada também em relatos dos moradores da comunidade. Essas réguas servirão para auxiliar na análise de medição da topografia e altimetria fluvial. Visto isso, faz-se necessária a instalação das réguas ainda no verão, na localidade dos furos, para ter-se esse inventário da cota da água na comunidade ribeirinha de Boa Esperança. Essas medidas devem ser tomadas para depois construir-se uma nova análise com visita no mês de abril, na época da cheia e poder comparar os dados obtidos aos dados oficiais fornecidos pelo empreendimento.

CAPÍTULO I – DA CHEGADA AO DESCONHECIDO

A comunidade ribeirinha de Boa Esperança, para a qual se direciona a presente reflexão, situa-se em um conjunto de ilhas fluviais localizado no rio Xingu à montante da cidade de Altamira-PA, e conta com aproximadamente 40 famílias que descendem da dinâmica de ocupação, não indígena na Amazônia, datada do período da economia de aviamento da borracha, ainda na década de 1870.

O espaço geográfico, cuja comunidade anima, tem sua dinâmica intrínseca ao padrão de ocupação *rio-várzea-floresta*, que se manteve como fator de organização da vida das populações amazônicas em torno dos rios até a década de 1960, conforme discute Gonçalves (2001).

A ocupação das ilhas que formam a comunidade de Boa Esperança, no vale da bacia do rio Xingu, tem sua formação orientada pela necessidade de demandas exógenas à região amazônica. Tais demandas estão intimamente relacionadas ao fato de a região atuar, no período do auge de aviamento da borracha, como produtor econômico da região, servindo de território de recurso abundante de látex proveniente das seringueiras originárias do local o qual passara nos altos da década de 1900 a diferenciar-se como centro de concentração de migrantes da seca e de núcleo de extração de matéria-prima para produção de borracha destinada a atender às demandas internacionais de mercado, para industrialização.

As pessoas que foram enviadas para a extração do látex não estavam preparadas para tal atividade, pois a grande maioria veio do nordeste brasileiro, uma área muito seca, onde detinham outro tipo de adaptação ao ambiente. Esses nordestinos estavam acostumados com temperaturas elevadas e vegetação escassa, mas onde podiam se perceber no ambiente. Porém, chegando à região amazônica, encontraram uma realidade bem diferente, e tiveram que aprender a viver em uma floresta. (PEREIRA, 2014, p. 206).

Os sujeitos que formam a comunidade de Boa Esperança também são exógenas ao local de formação desta, que contém originariamente um típico clima úmido e quente, com florestas ombrófilas sempre verdes. Diferentemente da caatinga, típica de clima seco e quente com baixo ritmo de chuvas. Contradição enfrentada pelo “arigó”, aquele nordestino migrante recém chegado na desconhecida *hiléia* amazônica.

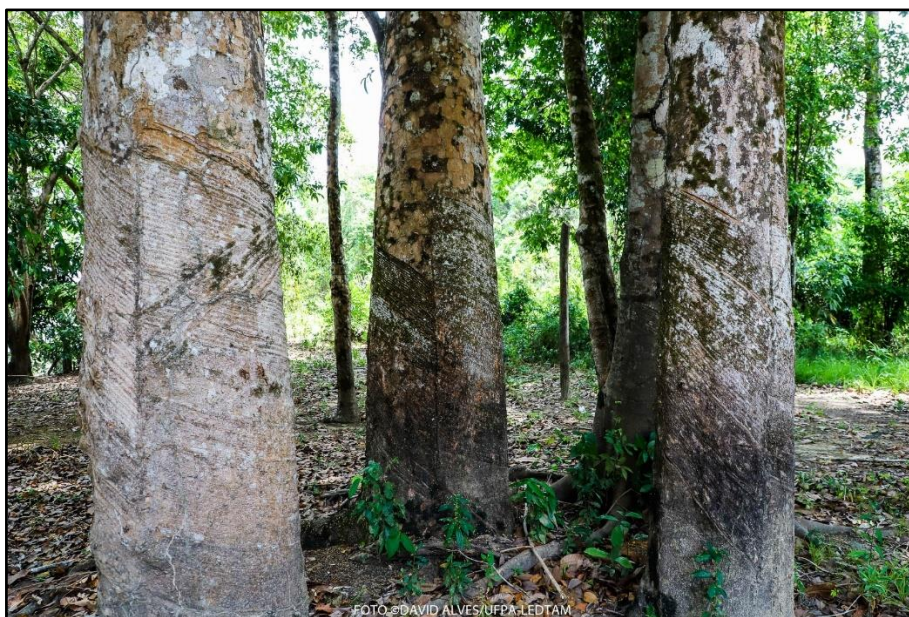
Essa demanda orientou funcionalmente a ocupação geográfica não indígena da região, na medida em que migrantes nordestinos deslocavam-se em direção a possibilidades de encontrar dias melhores com terra e emprego. Todavia, “[...] nos seringais, em meio à

floresta, deparavam-se com a dura realidade do sistema de aviação que os submetia à exploração pelos coronéis da borracha, os quais exerciam seu poder de coerção pelo domínio territorial associado ao controle do mercado.” (GONÇALVES; CORNETTA; ALVES; BARBOSA, 2016, p. 203). Logo, a chegada na paisagem amazônica veio acompanhada do estranhamento ao desconhecido... à solidão na floresta.

1.1. Essência do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança

Observa-se que a comunidade ribeirinha de Boa Esperança se encontra localizada no rio Xingu, em seu médio curso (rever Figura 1), em um conjunto de ilhas fluviais à montante da cidade de Altamira e fazendo limite em área territorial com o município de Brasil Novo, no estado do Pará. O início de sua formação socioespacial é datado de fins do século XIX devido à leva de migrantes nordestinos, os vulgos “arigós”, nos ditos populares da época, que vieram a partir da década de 1879, atuar como seringueiros na exploração (o corte) de seringueiras nativas do Xingu: *hevea brasiliensis* (ver Figura 4 adiante). Atividade realizada para obtenção do látex matéria-prima na produção de borracha, fenômeno que retrata os primórdios da ocupação não-indígena da Amazônia na região do médio Xingu, bem como também o de formação da comunidade.

Figura 4 – Fotografia do corte da seringueira feito por pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança.



Fonte: LEDTAM, setembro de 2021.

É importante ressaltar que o processo de ocupação originário da região médio Xingu,

localidade onde se formou e habita a comundiade ribeirinha de Boa Esperança, é anterior às missões de portugueses, na região, às datadas da primeira metade do século XVII, com atividades de extração do cravo de casca, caracterizando um típico primeiro ciclo econômico colonizador. Entretanto, a ocupação originária da região tem sua datação anunciada por volta do século XI, fator que influenciou a necessidade de aplicação da catequização – por parte dos Jesuítas – sobre indígenas oriundos do Xingu, segundo apontam os estudos arqueológicos de análise de cerâmicas antigas encontradas e que se diferenciam das atuais cerâmicas produzidas no mesmo território. Estes estudos foram apresentados em uma série de artigos publicados pelo Museu Nacional, no ano de 1953, por meio do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (GONÇALVES; CORNETTA; ALVES; BARBOSA, 2016, p. 202).

No entanto, a presente situação reflete o fato de a comunidade conter sua gênese de formação arraigada ao *período técnico* de produção capitalista na sociedade. Portanto, sendo este espaço habitado no médio Xingu uma parte subconjunto classificado, como acredita-se aqui, com reflexão na dinâmica dialética de contradição da totalidade, como *subespaço* do espaço total produzido pela Revolução Industrial, planejada e ocorrente nos países de primeiro mundo (Europa e Estados Unidos da América). De imediato, e de acordo com o lugar da Amazônia – como fonte de matéria-prima e recursos naturais – na Divisão Internacional do Trabalho, esse subespaço caracterizou-se em um território recurso para fornecimento do látex, capaz de fabricar borracha, muito apreciada pelas necessidades técnicas do sistema capitalista industrial de produção que perdurava nos fins do século XIX e início do século XX.

O impacto na Amazônia será enorme e é importante registrar que o surto de expansão da extração do látex deu-se antes da produção generalizada de pneumáticos, o que revela que ele se deu em função da importância da borracha como matéria-prima de componentes para as máquinas industriais e na fabricação de fios para redes elétricas e de comunicação (telégrafos, telefone, energia). (GONÇALVES, 2001, p. 83).

Milton Santos (2014, p. 50) declara que “[...] um subespaço é o teatro da ação de sistemas contemporâneos, embora haja diferentes escalas. Essas escalas também correspondem a prioridades na posse de inovações.” Nesse caso, a função que a região do médio Xingu exerceu na época áurea da economia de aviamento, como território recurso fornecedor de látex, como matéria-prima, na geração de borracha consumida no período de modificação do sistema produtivo mundial, caracterizou-se como uma espécie de subespaço

pertencente ao espaço total propagado com a industrialização.

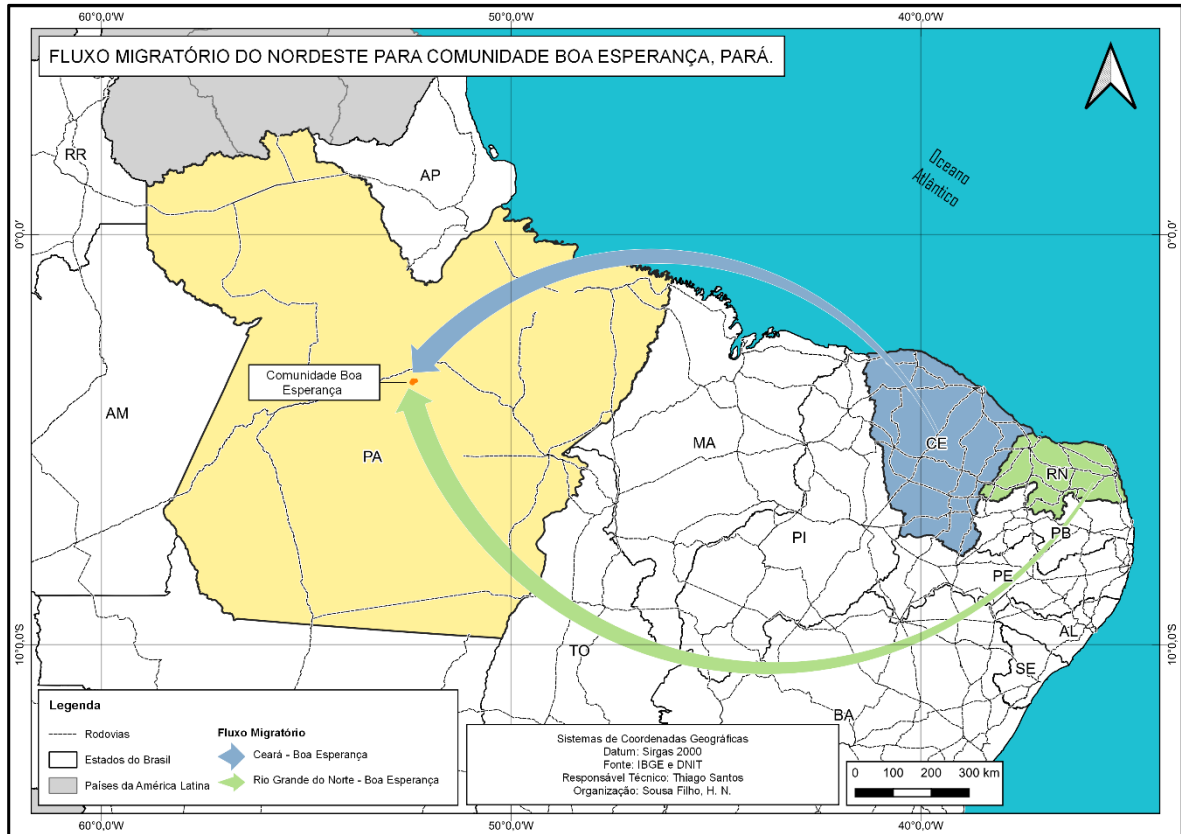
Essa intencionalidade está atrelada ao fator de ocupação não indígena da Amazônia, na região do médio Xingu, por parte de migrantes nordestinos de origem, na maioria das vezes como apontam estudos e a própria fala dos ribeirinhos entrevistados, em pesquisa empírica de campo, dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Conforme pode-se conferir no trecho de entrevista apresentado a seguir:

Meu pai, o nome dele era Martins Luiz da Silva, vindo do Ceara pra cá. O motivo do meu pai ter vindo de lá pra cá é que na época o serviço era seringa, já ouviu falar de seringueira?! Ele veio pra trabalhar na seringueira. Então os pessoal aqui, os patrões que tinham, Meireles e outros patrões né?!, que foram buscar ele e outros, os donos dos seringal. Traziam tudo pra cortar que não tinham gente aí eles traziam o pessoal pra trabalhar na seringa. Meu pai chegou trabalhando, já pra trabalhar na seringa, direto pro seringal, lá inscrito como soldado pra trabalhar na borracha, então eu até perdi um dinheiro que era pra mim, por que eu sou filho primeiro dele né?! Então, é, foi lançado um dinheiro pros seringueiros, então podia sim um filho mais velho pegar o dinheiro né?! Quando eu nasci ele já tava com mais ou meno uns cinco anos aqui, por aí assim, ele já trabalhava, era muito prático, na época que eu nasci e comecei a me entender ele era muito prático das coisas. Quando eles chegaram, você sabe como é né?!, gente que não sabe de nada fica à toa né?! Mas teve uma pessoa pra ativar neles pra cortar seringa, pra fazer difumador. Com o difumador a borracha era difumada. Ele falava muito no Ceará, que veio pra cá pra trabalhar na seringa, que pra lá não tinha serviço. Muita gente nascia e aqueles rapaz, aqueles homem, não tinha serviço. Ele veio pra cá com quê?! Com dezenove anos, ele veio novo pra cá. E aí ele começou a trabalhar e falava que veio prá cá devido esse trabalho, que lá não tinha né?! (Pescador-ribeirinho Tucunaré, setembro de 2021).

Nesse período, após a descoberta do processo de vulcanização, a goma elástica deixa de ser um produto marginalizado e passa a encabeçar as tabelas de comercialização e interesse do mercado mundial, devido seu alto valor agregado na utilização da borracha em novas funcionalidades técnicas necessárias na estrutura tecnológica da Revolução Industrial, o que basicamente aumenta a demanda por trabalhadores na extração de látex. Nesse sentido, conforme salienta Gonçalves (2001, p. 83), “[...] a goma elástica deixa de ser um produto marginal e se inscreve no cerne de novos procedimentos técnicos da Revolução Industrial, como: correia de transmissão, amortecedor de impactos das engrenagens industriais, encapamento de fios etc.”. Esse momento histórico da economia de aviamento e que se apresenta na dinâmica de formação socioespacial da comunidade ribeirinha de Boa Esperança, é de caráter extremamente técnico-industrial ao apresentar características das ações de estrutura representadas em escala global, mas, de intencionalidade vertical, organizando os processos migratórios e de ocupação tradicional da região do médio Xingu, no eixo Nordeste-Norte brasileiro, conforme espacializado na cartografia seguinte (Figura

5).

Figura 5 – Espacialização do fluxo migratório eixo Nordeste-Norte (1870-1920).



Fonte: SOUSA FILHO, H. N.; LEDTAM, 2022.

Esse processo migratório acontece concomitante à crise produtiva do setor de gado e algodão no Nordeste, sertões dos Estados de Ceará e Rio Grande do Norte, num contexto em que trabalhadores passaram a ser agenciados para dirigirem-se às regiões, até então, desconhecidas da Amazônia. Esse processo figura como consequência da inter-relação entre as ações de caráter global que refletem na dinâmica regional do espaço geográfico brasileiro, uma vez que o fluxo migratório do eixo Nordeste-Norte, no período histórico pós década de 1870, é diretamente influenciado economicamente, em escala global, pela retomada da produção norte-americana de algodão no final da Guerra Civil que assolava o país.

No momento em que os espaços nordestinos experimentam essas transformações nas suas relações agrárias, no vale amazônico também se iniciam as transformações que vão substituir o extrativismo-diversificado das drogas do sertão pelo monoextrativismo da borracha. Para essas transformações, em curso no espaço amazônico, são fundamentais as que estão ocorrendo simultaneamente no espaço pecuário-algodoeiro nordestino, cuja massa de emigrantes dirige-se para

De “arigó” da seca a seringueiro amazônida... agora o trabalhador nordestino é super-explorado pela demanda capitalista do mercado global de consumo da borracha no mundo, num período em que a produção do espaço geográfico amazônico está condicionada às leis gerais de modificação da estrutura produtiva global. Se for levado em consideração o fato de o termo revolução significar mudança do todo materializado na parte, ações do mercado da borracha que ora assinalava significativo aumento da demanda por borracha, para alimentar as necessidades da indústria, resultaram como fator de influência do processo migratório, logo de formação da comunidade.

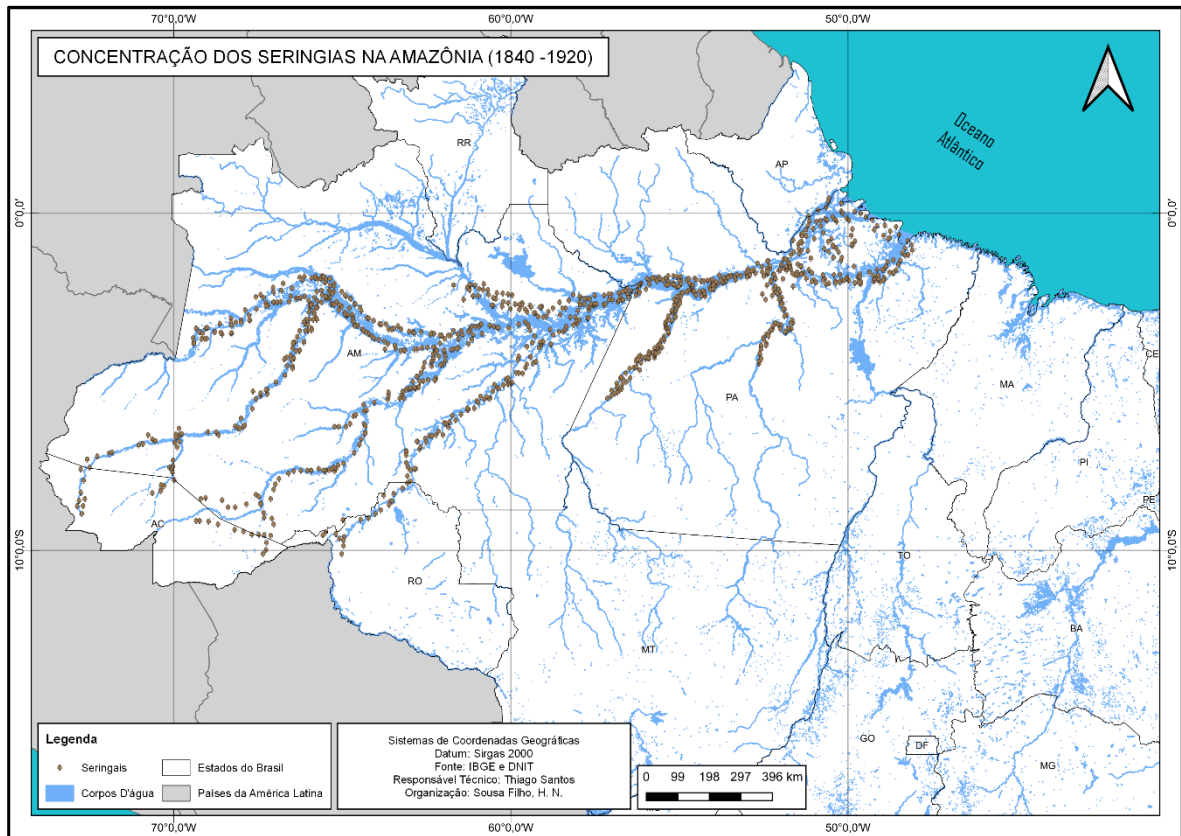
Dessa forma, a promulgação desse meio técnico, de caráter tradicional, ancorado nas leis tecnológicas da industrialização capitalista, é testemunha da emergência de um espaço automatizado e organizado pelas forças de mecanização da sociedade por meio de seu sistema produtivo. “São as lógicas e os tempos humanos impondo-se à natureza, situações em que as possibilidades técnicas presentes denotam os conflitos resultantes da emergência de sucessivos meios geográficos, todos incompletamente realizados, todos incompletamente difundidos” (SANTOS, SILVEIRA, 2008, p. 31).

Com relação à escala mundial de atuação das ações e intencionalidades que influenciou a dinâmica de produção do espaço amazônico na época, é substancial recordar o fato de que:

O crescente e promissor mercado internacional da borracha soava como música aos ouvidos da elite gomífera da Amazônia. Por ser praticamente o único fornecedor mundial, o aumento da demanda pela borracha, observado principalmente no começo do século XX, fazia elevar o preço do produto e assim aumentar os rendimentos da classe abastada. Dessa forma, as duas metrópoles da Amazônia passaram por transformações significantes neste período como resultado do aumento da riqueza da região. (OLIVEIRA; TRINDADE; MACHADO, 2012, p. 27).

A economia gomífera é a principal condição de atração dos fluxos migratórios para a região do médio Xingu, nos altos do fim do século XIX e primeira metade do século XX (conferir Figura 6 adiante). Sendo que essa concentração de fluxos migratórios se deu em decorrência da descoberta de espécies de seringueiras mais produtivas presentes na região. Com a descoberta de seringueiras da espécie *hevea brasiliensis*, consideradas mais produtivas, “[...] acabou deslocando o centro geográfico da produção de borracha para os altos cursos do Tapajós e Xingu [...]” (GONÇALVES, 2001, p. 84).

Figura 6 – Mapa de concentração dos seringais no primeiro ciclo da economia gomífera.



Fonte: SOUSA FILHO, H. N.; LEDTAM, 2022. Elaborado com base em: Gonçalves, 2001.

Todos esses eventos-fatores de organização do espaço total brasileiro, com dinâmica animada pelo movimento de migrações no eixo Nordeste-Norte, são períodos-momentos que se enxergados à luz da totalidade – enquanto unidade do diverso – são apreendidos enquanto dinâmica de cunho econômico-social global, com modificação e atuação perceptível local-regionalmente. No entanto, *a seca* apresenta-se como outro fator, porém de cunho físico-natural, que levou o nordestino a sair de sua terra natal e partir rumo ao desconhecido. De fato, pode-se apontar que o clima árido – com regime de forte insolação tropical, de baixa umidade (seco), típico de vegetação escassa e xerófitica (adaptada ao ambiente de baixa disponibilidade hídrica) acostumada a regimes climáticos de baixa pluviosidade – também influenciou no processo de saída do homem nordestino rumo à Amazônia. Pois, “[...] era nesse espaço que o sertanejo devia lutar por sua sobrevivência nos períodos em que havia chuva e em que a plantação florescia, e nos períodos de estiagem, resistir enquanto lhe fosse possível.” (LACERDA, 2006, p. 70-71).

O sujeito seringueiro amazônida, oriundo da ocupação não indígena do médio Xingu, outrora soldado da borracha e hoje pescador-ribeirinho, surge em decorrência da junção de elementos de ordem social, mas com forte influência das condições físico-naturais de seu entorno. Uma simbiose de injunções globais-regionais-locais que, relacionalmente, influenciaram-se entre si ao tempo em que influenciaram a condição de vida do migrante, que viaja para a Amazônia em busca de refúgio contra a falta de perspectiva de futuro. Seria o fato de a comunidade ribeirinha de Boa Esperança ter sua gênese na similitude entre o aumento das demandas do mercado mundial da borracha, ora impulsionados pela queda concomitante da produção de gado e algodão no Nordeste ocorrendo, paralelamente, ao fator de seca que dificultou a ocupação dos sertões do Ceará e Rio Grande do Norte nos anos de 1877, 1878 e 1888.

De acordo com Herrera; Teixeira e Santos (2019, p. 7) a ocupação das ilhas do médio Xingu, no âmbito do que corresponde a comunidade de Boa Esperança,

[...] foi influenciada diretamente pela economia externa, demanda por matéria-prima, na fabricação de pneus, para a produção de automóveis, que durante um bom período teve a Amazônia como principal fonte desse recurso. Os migrantes que ocuparam as ilhas no vale do Xingu desenvolveram a agricultura e o extrativismo, formas tradicionais da economia de subsistência das famílias na Amazônia. Com o declínio da borracha em 1912, a pesca passa a ser uma das principais atividades dessas famílias, que viviam da extração da seringa no verão amazônico e da coleta da castanha no inverno amazônico.

Tal leitura aponta para o fato de que nem sempre esse povo teve sua condição de produção da vida atrelada somente à extração de látex devido optar, posteriormente e em decorrência da necessidade de sobrevivência, advinda pós-crise do primeiro ciclo da borracha, por outras atividades de labor para garantia do sustento familiar como a milenar pesca artesanal, sendo esta atividade de subsistência que, historicamente, os pescadores-ribeirinhos da comunidade de Boa Esperança praticaram a fim de manterem a garantia de “ter o que comer”, e até mesmo a produção de determinado excedente para comercialização, somando-se a esse meio de vida o roçado e, inúmeras outras atividades extrativistas, como a caça e a coleta de produtos nativos da floresta equatorial amazônica.

Além disso, após o auge e queda da economia de aviamento, as atividades de extração das “drogas do sertão”, como a castanha, a caça e a coleta da pele do gato-maracajá, que foi por muito tempo cobiçada pelo mercado internacional de peles de animais silvestres e que chega a somar no inventário das atividades de trabalho na comunidade, serviram como alternativa econômica para o sustento da família. Em inúmeros diálogos com os moradores

da comunidade pôde-se compreender também que alguns dos ribeirinhos tiveram vínculo com atividades de garimpagem como fonte de renda extra, conforme narrado por pescadores-ribeirinhos em entrevistas realizadas em trabalho de campo. Outrossim, o roçado tem acompanhado esse povo desde os tempos de formação da comunidade até os tempos atuais como alternativa de produção para complementar o sustento.

1.2. Da relação com a natureza à natureza da relação com a cultura indígena

Esse estreitamento da relação do nordestino – recém-chegado à Amazônia – com a Natureza tem, na dinâmica da totalidade mundo, sua essência relacionalmente ancorada no período de declínio do mercado da borracha oriunda da Amazônia, na época da Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), marcada como fase de queda da economia de aviamento, devido à baixa no preço da borracha brasileira (1910-1920), quando os asiáticos apresentam forte produção, tornado-se grandes concorrentes da produção amazônica. Pois, a princípio, como abordado na discussão do tópico anterior: *Essência do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança*; era para trabalhar no seringal que o nordestino veio para Amazônia. Contudo, em 1912 é marcada a queda da economia de aviamento na região, já que a produção asiática de borracha colocou o complexo seringalista da Amazônia em crise profunda, fazendo o cabloco nordestino escapar suas necessidades ao regime da Natureza, tendo em vista que o controle de sua mão-de-obra foi um impedimento a quem sempre buscou enriquecer a suas custas (GONÇALVES, 2001).

Durante o segundo ciclo da economia gomífera, iniciado no começo da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945) e declínio econômico ocorrido nos altos dos anos de 1947, com o fim da “Batalha da Borracha”, a comunidade ribeirinha de Boa Esperança estava envolvida na captura e extração de peles de animais silvestres, muito cobiçadas pelas “madames” logo demandadas pelo mercado da Europa e dos Estados Unidos da América. No contexto local, esse momento fez com que as atividades econômicas da comunidade não se concentrassem muito atreladas a esse segundo grande período de extração do látex na Amazônia, conforme aponta Monteiro e Coelho (2004, p. 97).

Dessa forma, para Matos e Caldarelli (2017, p. 3-4):

O apelo comercial da “pele de fantasia”, especialmente do gato maracajá e das onças – pintada e preta – em pouco tempo passou a sobrepujar a procura por animais de “pele seca”. Os “gatos do mato” se tornaram os mais procurados porque

geravam maior rentabilidade – suas peles eram mais caras – e eram abundantes na região. [...] Apesar desse variado leque de animais, a caça dos felinos – gatos e onças – para a obtenção de peles, rapidamente mobilizou um número significativo de “gateiros” que se embrenhavam por meses nas matas, abandonando os seringais, castanhais e outras frentes de trabalho. As peles obtidas eram comercializadas com os intermediários já estabelecidos na região, inicialmente os regatões. No entanto, com os altos valores atingidos pelas peles de fantasia, comerciantes de seringa, castanha e mesmo de ouro, passaram também a negociar peles como atravessadores.

Por conseguinte, resta a essa atividade de extrativismo animal da caça e coleta da pele do gato maracajá-açu (*Leopardus pardalis*), do maracajá-peludo (*Leopardus wiedii*) e da onça-pintada (*Panthera onca*) o encargo de atividade mais lucrativa, ora, a mais desenvolvida pelos moradores da comunidade na época pós queda do primeiro ciclo econômico gomífero devido ao forte atrativo do comércio internacional de peles de animais silvestres originários da Amazônia. Segundo Antunes (2015), tal comércio reverberou como atividade mais econômica da região, durante grande parte do século XX. Entretanto, essa atividade econômica entra em desuso com a Lei da Fauna (nº 5.197, 1967), ainda apresentando resquícios de atuação e influência que marcaram até a década de 1980, período em que também a comunidade ribeirinha de Boa Esperança deixa de realizar esse trabalho como principal atividade lucrativa para sustento das famílias (HERRERA; TEIXEIRA; SANTOS, 2019).

Essa relação mais ítima com a natureza amazônica, extrativista de fato, a pesca artesanal emerge como necessidade de sobre-vivência, atrelada ao cotidiano dos “beiradeiros”. A partir da década de 1980, após a falência do mercado de peles de animais silvestres, essa atividade passa a ser uma das principais, dentre as atividades econômicas realizadas para sustento familiar, tornando-se, desde então, uma atividade de trabalho atrelada ao cotidiano de seu complexo econômico e cultural. Essa busca de sustento na pesca artesanal vem à tona devido também a queda da economia de aviamento, que deixou o povo do beiradão com melhor qualidade de vida quando diminuída a influência do patrão seringalista, o qual atuava sobre forte exploração do trabalhador seringueiro, que sempre se apercebia sem tempo, porém lotado de dívidas com seus patrões.

A realização dessas atividades econômicas de subsistência, mas também de economia de excedentes, demandou certo conhecimento dos recursos que a natureza amazônica oferecia à época, o que subentende-se ser de uma influência do período pré-técnico na dinâmica de produção do espaço engendrada pela comunidade de Boa Esperança. A coleta direta daquilo que a Natureza dispõe como recurso faz prevalecer o sentido da

primeira Natureza na relação homem-natureza. A presença desse período remete a leis gerais de utilização da Natureza sem “grandes transformações”, já que “as técnicas de trabalho se casavam com as dádivas da natureza” (SANTOS, 2017, p. 235). Não que a vivência da comunidade tenha ocorrido nesse período da história originária (ou pré-história), de fato, mas, essas demandas de soberania da Natureza, em relação ao destino do homem (ribeirinho) no Xingu, apresentam-se fielmente se tal contexto for analisado sob a óptica de que é o sujeito que demanda diretamente das leis da Natureza para sua sobrevivência, e não o inverso. Todavia, numa relação de caráter não destrutivista do ser humano em relação à Natureza, chegando a ser, até certo ponto, uma relação de abrigo e completude para o homem.

No processo de chegada dos migrantes nordestinos para a região do médio Xingu, houve o momento de contato entre indígenas e não indígenas, nestes, classificando-se, de imediato, o cabloco do sertão que buscou refúgio nas terras baixas florestadas equatoriais, fugindo do desemprego e da seca, por ora, muito presentes no sertão nordestino. Sob esse viés, as relações dos seringueiros com os indígenas, da região do médio Xingu, podem ser interpretadas em dois momentos: **a)** uma relação tipicamente de conflito por disputas pela utilização e habitação das florestas, que se estendeu até a década de 1970, com a “pacificação” do povo indígena da região e a formação de aldeamentos, além de fortes ações da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e; **b)** posteriormente, conforme fora se intensificando o fluxo de migrantes para a região, ao ponto em que intensificava também o contato com indígenas originários do local, na construção de uma relação de miscigenação oriunda de casamentos entre homens “arigós” e mulheres indígenas, certas vezes, capturadas na mata.

Para Marin (2010, p. 18-19), como consequência desse processo:

Os impactos sobre os grupos indígenas foram de duas ordens. Primeira, as ilhas e as florestas de terra firme por eles ocupadas tornaram-se objeto de disputa. Os indígenas, qualificados de “índios bravos” eram atacados com armas de fogo, eles se defendiam com morretes, flechas e excepcionalmente armas. Segunda, o seringalista utilizou-se de diversos meios para obrigar membros de aldeias, famílias a trabalhar nos seringais (ataques diretos às malocas, estímulo às guerras entre grupos indígenas, endividamento e o comércio de armas).

Esse primeiro momento, referente ao final do século XIX, é marcado por conflitos que foram “travados” entre seringalistas e indígenas, sendo que estes, por sua vez, defendiam e atacavam àqueles invasores de seus territórios originários, expulsando-os ao isolamento

das ilhas fluviais; e, por invasores acrescentam-se os grupos de trabalhadores (seringueiros) que eram organizados pelos patrões da borracha para atacar e combater os indígenas. Dentre estes, temos os moradores da comunidade de Boa Esperança, que chegaram a vivenciar, até mesmo, ora como protagonistas, na época de chegada à região do médio Xingu, após terem vindo dos sertões nordestinos diversos conflitos com indígenas já habitantes originários das paisagens locais.

Essa dimensão do conflito entre indígenas e não indígenas, recém-chegados à região, pode ser também comparada ao relato de entrevista, adquirido em visita a campo na comunidade ribeirinha de Boa Esperança. Vejamos:

Meu pai, os pais dele vieram de fora. Minha avó, que é a mãe do meu pai, ela veio do Rio Grande do Norte. [...] o meu pai veio pra cá quando criança, aí ele foi crescendo e vieram morar pra cá pro rio Xingu, começando a trabalhar com a seringa. Cortando seringa, caçando o gato, fazendo borracha pra poder vender pra tirar o sustento da família. Aí ele trabalhou com a mãe dele por muito tempo, depois casou [...] aí por muito tempo a gente ficou aqui morando nessa região da Boa Esperança. Aí depois ele desceu, era o tempo dos índios, era muito perigoso. A gente só poderia mesmo morar nas ilhas, por que nas terra que a gente chama, aquelas terras firme alí, a gente não podia morar por causa dos índios atacavam né?! E os trabalhos, como eram mais seringa, só viviam mesmo nas ilhas, e caçada de gato. Quando eles passaram a morar mais pra terra, trabalhavam com roça, juntando castanha, mesmo assim de lá continuavam os mesmos trabalhos daqui. (Pescadora-ribeirinha Acari Zebra, setembro de 2021).

Essa relação de extrativismo das especiarias da natureza amazônica surge como herança da relação com a natureza, ora também aprendida com experiências do contato com os indígenas da região, uma apropriação que o seringueiro utiliza da Natureza como forma de garantir o sustento de sua família. Como no caso do extrativismo animal da pele do gato, o extrativismo vegetal da coleta de castanha-do-pará, o roçado e a pesca artesanal que tornaram-se atividades de trabalho, conforme conferiu-se a pouco apresentado em trecho do relato de entrevista realizada em setembro de 2021, com a pescadora-ribeirinha Acari Zebra.

Nos altos da década de 1970 já se aponta uma relação mais harmoniosa entre indígenas e os recém-chegados a seus territórios originários, os seringueiros não indígenas. Esse segundo momento do contato é marcado por uma relação de miscigenação com a realização de casamentos entre essas diferentes culturas, o que posteriormente dá luz ao surgimento do pescador-ribeirinho do médio Xingu. Assim, pode-se apontar que a “[...] união entre os migrantes recém-chegados à floresta e as mulheres indígenas favoreceu o surgimento de um modo de vida que combinava técnicas e conhecimentos indígenas com elementos trazidos pelos migrantes [...]” (DE FRANCESCO; *et al*, 2017, p. 45).

Desse modo, heranças técnicas originárias foram transmutadas do cotidiano indígena ao sertanejo ribeirinho da época, por serem de influência direta da cultura indígena na produção do espaço não indígena da região. Processo esse que pode ser tomado como uma transição de períodos: do pré-técnico ao técnico tradicional (industrial), por apresentar-se como limiar da confluência entre essas duas distintas temporalidades, nas quais estão arraigadas as práticas de trabalho desse povo. Seria, no caso, o que estamos classificando aqui como *período técnico originário* para dar ênfase na forte intencionalidade das técnicas indígenas, de relacionamento com o meio natural, atuantes como elementos de mediação da produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança.

A esse respeito percebe-se que:

[...] a ação de um sistema temporal deixa, sempre, rastros, [...]. Frequentemente se está na presença de superposições, exceto no caso de espaços virgens, tocados, pela primeira vez, por um impacto mecanizador com origem em forças externas. [...] considerando-se que em cada sistema existe uma combinação de variáveis de diferentes escalas e períodos de tempo, cada sistema transmite elementos diferentemente datados. (SANTOS, 2014, p. 50-51).

Destarte, adiante e dotada de tamanhas heranças técnicas originárias, a vida dos seringueiros, da comunidade ribeirinha de Boa Esperança, toma novos rumos com o incremento da pesca artesanal como profissão lucrativa (ver Figura 7 a seguir) nos altos da década de 1980, após o fim da economia baseada na comercialização da pele de animais silvestres da Amazônia. É marcada, então, uma fase de estreitamento das relações do ribeirinho com a sede municipal, a cidade de Altamira e essa aproximação advém da necessidade de se obter lucro com a comercialização do excedente garantido com o pescado, constituindo-se em uma nova realidade de trabalho vivenciada pelos trabalhadores da comunidade e que, acredita-se, ressignificou, de imediato, o sentido de ser ribeirinho no médio Xingu, onde as novas relações de trabalho – incrementadas com a pesca artesanal – insidem no auto-reconhecimento desse povo que passou, desde então, e até os dias atuais, a se autodenominar como pescador-ribeirinho.

Figura 7 – Traços da atividade pesqueira na comunidade.



FOTO ©DAVID ALVES/UFPA-LEDTAM

Fonte: LEDTAM, 2022.

Vale ressaltar, que nesse momento em que o ribeirinho da comunidade de Boa Esperança passa a ter seu complexo cultural animado pela economia da pesca artesanal, ele também constrói um maior vínculo com a sede do município de Altamira. Tal condição ocorre devido à existência de uma certa necessidade em escoar o excedente oriundo da atividade pesqueira, sendo que este produto tende a ser comercializado nos mercados e feiras municipais de Altamira. Desse modo, após o período de encerramento da atividade de obtenção de lucro com a caça, coleta e comercialização de “peles secas” na Amazônia, o ribeirinho apresenta maior dependência da pesca artesanal, passando a atuar como pescador-ribeirinho, com maior proximidade com a cidade.

Nessa perspectiva, pode-se mencionar que há, a partir de então, a construção de uma relação ilhas-cidade marcada pela condição de dependência econômica. Tal relação é estruturada pela relação de comércio, dada a necessidade de o pescador-ribeirinho escoar o pescado na região do médio Xingu para obter lucro, a qual é construída por intermédio da atividade econômica da pesca artesanal nesse período e, a partir de desse momento, a vida como pescador retrata um novo significado no cotidiano da comunidade ribeirinha de Boa Esperança. Como observado, essa condição de pescador-ribeirinho apresenta-se como

principal fonte de renda e modo de trabalho, que seguiu sendo realizada pela comunidade até o período de construção da UHE Belo Monte, quando o peixe começa a evadir-se da região impactada pelo grande empreendimento (conferir tópico 2.3 do capítulo 2).

1.3. Entre Rios, Ilhas e Florestas: o pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança

Dentre a simbiose de elementos temporais de diferentes períodos históricos correlacionando-se à produção do espaço geográfico correspondente à região do médio Xingu, o nordestino, outrora “peão da borracha” ou quando mais nobre um “soldado”, transmuta-se à condição de pescador-ribeirinho. Um sujeito que nasce da íntima relação com o meio natural e da transformação técnica *lenta*, digamos assim, da Natureza, por tratar-se de uma relação de maior dependência do homem ao meio natural e seus possíveis recursos. De fato, sob tal condição, o pescador-ribeirinho vive como ser integrante da paisagem e não como ser exterior dominante da paisagem, isso porque não há pescador-ribeirinho sem um rio, o rio Xingu no caso, o que vale de signo para construir um significado de “ser” no espaço.

Outrossim, a vida do pescador-ribeirinho nas florestas do médio Xingu envolveu, até meados do século XX, uma multiplicidade de atividades de trabalho simultaneamente indispensáveis, sobretudo, à permanência no território amazônico. Ao corte das seringueiras, juntamente à coleta e defumação do látex, acrescenta-se a coleta de produtos da natureza, tais quais, como a castanha-do-pará e outros produtos extrativistas como açaí, cupuaçu, frutas típicas, ervas e produtos medicinais como óleo de copaíba e andiróba. O extrativismo animal da pesca e caça também está muito presente no cotidiano do pescador-ribeirinho, pois soma a esse riquíssimo inventário de demandas de trabalho, sendo que o roçado em pequena dimensão apresenta-se nessa realidade mencionada.

Essa estrutura de vínculo com a Natureza, condição nuclear da produção do espaço habitado pelo pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança, pode ser assimilada na fotografia (Figura 8) a seguir:

Figura 8 – Fotografia da estrutura de habitação do pescador-ribeirinho.



Fonte: LEDTAM, setembro de 2021.

O extrativismo para o pescador-ribeirinho do médio Xingu, no âmbito da comunidade ribeirinha de Boa Esperança, é uma atividade que define a organização social referente ao espaço geográfico amazônico, desde seus remotos processos migratórios, os quais deram origem a sua chegada à Amazônia. Tal atividade está ligada aos cablocos e indígenas, traduzida ao cotidiano do pescador-ribeirinho, fato visto como atraso pelo colonizador, porém, não pelo indígena e pelo ribeirinho que vê na diversidade da fauna e da flora amazônicas a perspectiva de futuro e sobre-vivência. Além do fato da piscosidade do rio Xingu sempre lhes ter permitido maior autonomia, por fazer com que o povo não dependesse direta e exclusivamente do trabalho servil para terceiros, pelo fato de sua temporalidade “escorregar” da vontade do patrão à vontade da Natureza.

Nesse sentido, uma noção da condição de pescador-ribeirinho que vive do extrativismo vegetal e animal, daquilo que os rios, as ilhas e as florestas possibilitam como sustento; pode ser apreendida na fotografia acima apresentada (rever Figura 6). Relação social de autonomia pautada numa economia “natural de subsistência” (GONÇALVES,

2001, p. 89), que outrora não era praticada quando este sujeito era um seringueiro explorado pelo seringalista; e de base com soberania alimentar associada à policultura, à pesca e ao extrativismo dos produtos típicos da floresta tropical ombrófila densa. Sendo possível, de tal maneira, a identificação de um formato de ocupação tradicional na Amazônia vinculado ao, assim como aponta Gonçalves (2001, p. 94), “[...] intercâmbio orgânico com os ecossistemas: o rio, vertedouro natural de toda a água que circula através da floresta, solo e atmosfera, que serviu para diferentes atividades que se desenvolveram explorando a floresta [...]”, os rios e as ilhas

A respeito dessa autonomia praticada pelo ribeirinho da Amazônia, que ora ele herdara do convívio mais harmônico com os povos originários, Arenz (2000, p. 12) em sua obra *Filhos e filhas do beiradão: a formação sócio-histórica dos ribeirinhos da Amazônia* ressalta o fato de que:

[...] os ribeirinhos conseguiram resistir a uma colonização total, resgatando os eixos principais das culturas e de seus antepassados indígenas, tanto em termos econômicos (integração à natureza, extrativismo vegetal) e sociais (vivência autônoma em pequenas comunidades) quanto em religiosos (prática da pajelança como expressão de sua cosmovisão própria). A Língua Portuguesa e a religião católica são “pontes” para o mundo dos “brancos”, mas não determinam e nem expressam, por completo, a autonomia social e cultural dos ribeirinhos.

Para a pesquisadora Lourdes Gonçalves Furtado e o pesquisador Francisco Rente Neto, em artigo publicado no ano de 2015, na revista *cadernos de campo*, cujo tema é: *A ribeiridade amazônica: algumas reflexões*; a partir da presente leitura de Arenz (2000), pode-se afirmar que a utilização e a confecção de redes, canoas (*ígara*), utensílios de caça e coleta, ambos extrativistas, “[...] podem ser encontrados e são heranças deixadas pelas culturas indígenas para as populações ribeirinhas [...]”. Dessa forma sendo, contudo, as técnicas agrícolas de policulturas, baseadas na derrubada e queimada da floresta, junto às culturas de alimentos básicos como feijão, milho e mandioca, tomados de origem indígena. Assim como “[...] da mesma forma que a maioria dos nomes da flora, da fauna e da maior parte das localidades deriva dos grupos indígenas que habitavam o local no passado [...]” (RENTE NETO; FURTADO, p. 161).

Furtado e Rente Neto (2015) discutem esta condição a partir da proposta do conceito de *Ribeiridade*, apresentado pela autora pela primeira vez em: *Gens de mer et contraintes sociales: les pêcheurs côtiers de l'état du Pará, nord du Brésil* (2002). Texto em que a autora remete essa condição do ribeirinho da Amazônia ter sua vida material e social relaciona

ao mundo das águas, ao universo haliêutico, no mundo das várias pescas e coletas dos produtos da natureza, o que permite analisar o conceito “[...] referindo-o a um modo de vida muito peculiar a um espaço físico bem característico da Região Amazônica, qual seja, o rio e seu entorno. Esse modo de vida pode ser observado no perfil sociocultural daqueles que habitam próximo aos rios na Amazônia [...]”, na medida em que sua “[...] convivência e articulação com a natureza estabelecem uma maneira de ser, agir e pensar muito íntima a esse meio natural” (RENTE NETO; FURTADO, 2015, p.159).

O termo ribeirinho, contudo, busca identificar um perfil sociocultural de grupos caboclos que se estabeleceram às margens dos rios, num espaço dinâmico que articula as relações de sociabilidade e culturais dentro das particularidades desse espaço, onde a marca dessa configuração pode ser vista nos comportamentos, na maneira de viver, em sua alimentação, nas crenças, em sua religiosidade etc., específicos daquele espaço. Não se trata de uma tipologia do caboclo amazônico, uma vez que não se destaca como uma variante deste, mas sim de uma expressão cultural que envolve particularidades imanentes a essa definição. (RENTE NETO; FURTADO, 2015, p.160).

A partir dessa colocação torna-se possível, assim, apontar o fato de o conceito ribeirinho estar ligado diretamente ao caráter da relação estabelecida com o rio, como no caso da comunidade de Boa Esperança, para quem esse elemento natural é o principal símbolo definidor de seu significado cultural. “O modo de vida na beira do rio também traduz, desse modo, essa profunda articulação com a natureza, sendo a água o elemento essencial da cultura dessas populações ribeirinhas” (RENTE NETO; FURTADO, 2015, p.162). Ora, para o ser que vive no “beiradão” do rio esse entorno de seu cotidiano constitui um espaço geográfico cuja dinâmica de vida, como todo seu arranjo de relações sociais deflagram certa expressão sociocultural diferente, ao refletir tais elementos intrínsecos à estrutura significativa de sua cultura – sendo o rio e seus arredores a condição *sine qua non* de sua existência, bem como da comunidade como um todo.

A paisagem de ocupação do rio e seu entorno apresenta-se como significado da própria condição de produção do espaço habitado pelo pescador-ribeirinho de Boa Esperança, da forma que o rio, as ilhas e as florestas são ambientes naturais característicos de sua *ribeiridade* e comungam diretamente na formação de sua produção da vida. Isso ocorre pelo fato desse sujeito possuir até mesmo, em sua adjetivação evocativa, o sentido do espaço que habita, e que nele trabalha e produz, sendo esse espaço o produzido a partir do processo de ocupação das paisagens formadas pelo rio Xingu e seu “beiradão”. Dessa forma, o rio apresenta-se, no processo de produção do espaço animado pela comunidade, não apenas

como objeto natural espacialmente disposto como recurso, mas sim como símbolo da própria condição de ser ribeirinho, cuja atividade de trabalho é a de pescador; dessa fusão entre elementos naturais, sociais e culturais no espaço surge o sujeito pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança (ver Figura 9 adiante).

Figura 9 – Relação do pescador-ribeirinho com a Natureza.



Fonte: LEDTAM, setembro de 2021.

Tal situação levanta certa problemática, que se acredita ser geográfica por excelência, diretamente associada ao surgimento da necessidade de apreensão do fenômeno de formação-forma-funcionalidade do significado simbólico, de função sociocultural no espaço estar diretamente arraigada a um elemento natural, não social, diante de sua forma-funcionalidade. Como no caso do ser pescador-ribeirinho de Boa Esperança ter essa condição de vida simbolicamente associada à funcionalidade que este sujeito, por ora, tem atribuído ao rio Xingu, que desemboca, por sua vez, como *sígnio* responsável por comportar a base de construção do significado de ser ribeirinho: aquele que no rio (*ri*) vive na beira (*beirinho*). Desse modo, cabe à reflexão geográfica aqui construída, a missão de compreensão do processo de produção do espaço habitado pelo pescador-ribeirinho a partir de uma leitura

que não negue o elemento rio enquanto objeto natural, pertencente à dimensão material do espaço – a paisagem, mas carregado de significados que norteiam a condição de vida desses sujeitos.

É necessário, dessa forma, não negligenciar o fato de ser preciso refletir sobre a influência que a Paisagem geográfica, enquanto dimensão materialmente sensível do espaço exerce na dinâmica de produção do espaço habitado pelo pescador-ribeirinho transpassando da então conhecida influência de servir, como recurso de elemento significativo para a vida. Em Santos (2012, p. 53-54) é mencionado que o traço comum da paisagem “[...] é ser a combinação de objetos naturais e de objetos técnicos, e ser o resultado da acumulação da atividade de gerações, [...] um ponto determinado no tempo, [...] representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade [...]”. A Paisagem surge como representação material do vivido pelo indivíduo na dinâmica de produção do espaço, o resultado material direto – a *impressão* – da relação que a sociedade constrói com o meio geográfico e seus objetos (naturais e artificiais), na medida em que a paisagem “[...] é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos” (SANTOS, 2014a, p. 68).

Consoante a esses fatos, pode-se afirmar que:

A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções, e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores (SANTOS, 2014a, p. 71).

De ante-mão, o rio – verdadeiro objeto natural pertencente à dinâmica de produção do espaço que o pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança vivencia – emerge como significado da vida e da possibilidade de trabalho para esse povo. Milton Santos aborda a questão de o espaço em si conter, na sua essência, símbolos que possuem seus significados atrelados a signos (objetos) contidos na configuração territorial, pois, “[...] há objetos que já nascem como ideologia e como realidade ao mesmo tempo. É assim que eles se dão como indivíduos e que eles participam da realidade social [...]”. Seria o caso do rio Xingu? Uma vez que este, enquanto símbolo, “[...] guarda a mesma identidade, não importa qual seja o contexto, mesmo numa situação de movimento e mudança [...]” (SANTOS, 2017, p. 127-128).

Nessa lógica, é essa estrutura significativa que faz crer que o rio surge como símbolo de representação do sujeito pescador-ribeirinho no espaço, numa significação que se

estrutura a partir da relação resultado da apropriação da Natureza enquanto dádiva para perpetuar a vida, o meio natural como possibilidade para o trabalho. No todo, a Paisagem geográfica que envolve o cotidiano do pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança, o rio, de fato, apresenta-se como “[...] o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza [...]” (SANTOS, p. 103).

Na relação signo-símbolo-espaço geográfico, percebe-se que, como elemento de mediação representativa, o signo, aqui tomando enquanto o rio Xingu, assume papel fundamental na dinâmica de produção do espaço que o sujeito pescador-ribeirinho habita. Dessa forma, este mesmo signo assume uma estrutura significativa enraizada no significado que o *ser* atribui às formas contidas em seu cotidiano, apropriadas simbolicamente para representar a identidade do povo “beiradeiro”. Assim, percebe-se que a dinâmica de produção do espaço geográfico correspondente ao território usado pela comunidade de Boa Esperança tem em si a sua essência – no atual contexto – atrelada ao existir sob condição de relação direta com o mundo das águas da Amazônia.

Para Ernst Cassirer (1994, p. 141), em sua obra *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*, “[...] é inegável que o pensamento simbólico e o comportamento simbólico tenham traços mais característicos da vida humana e que todo processo da cultura humana está baseada nessas condições”. Na dinâmica espacial cuja vida da comunidade de Boa Esperança anima cotidianamente o significado simbólico do rio, um elemento natural pertencente à dimensão materialmente sensível, que é a paisagem geográfica. Essa forma-conteúdo possui princípio próprio do ser pescador-ribeirinho, um princípio especificamente interno a vontade do sujeito no lugar, capaz de determinar a cultura e os significados específicos de cada estrutura interna em si, no âmbito de cada dimensão da forma simbólica que o rio comporta. É nessas estruturas que o homem constrói suas demandas e realiza seus feitos, ao relacionar-se com as funcionalidades necessárias ao seu mundo, místico e linguístico.

A partir dessa perspectiva de apreensão das formas simbólicas atreladas ao movimento espacial relacionada à comunidade ribeirinha de Boa Esperança, a Paisagem geográfica pondera uma possibilidade de apreensão mais humanística por optar pela espacialização da materialidade significada pelo sujeito. Outrossim, para Jean-Marc Bess (2006, p. 40), “[...] a paisagem *evidencia* aquilo de que trata a geografia, ou seja, a experiência sensível da Terra como espaço aberto, espaço a ser percorrido e descoberto”.

Todavia, a paisagem, que é resultado da ocupação não indígena na região do médio Xingu, atribui formas-significantes (material, mas, como agora em ênfase, imaterial) assumindo o papel de evidenciar a produção do espaço habitado pelo pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança, como elemento variável-chave no processo espacial-histórico de ocupação tradicional da região.

Antes então da instituição de qualquer experiência visual, antes de qualquer espetáculo, e dando ao espetáculo sua verdadeira dimensão, a paisagem é *expressão*, e, mais precisamente, expressão da existência. Ela é portadora de um sentido, porque ela é a marca espacial do encontro entre a Terra e o projeto humano. A paisagem é essencialmente mais *mundo* do que *natureza*, ela é o mundo humano, a *cultura* como encontro da liberdade humana com o lugar do seu desenvolvimento: a Terra. (BESS, 2006, p. 92. *Grifos do autor*).

Ademais, o nordestino, ao vir fugido da seca e da falta de emprego no sertão, passou a viver, nesse período de sua trajetória socioespacial, uma condição de conexão com a Natureza amazônica. O pescador-ribeirinho apropria-se do rio como símbolo de seu *ser* a partir *do* processo de apropriação do sentido da dinâmica espacial impressa na paisagem geográfica, assumindo uma representação de *si* vinculada a de *ser*. Dessa maneira, a paisagem formando-se “[...] neste plano da percepção sensível e do sentimento estético que a natureza passa a ser apresentada como totalidade e como cosmos [...]”, assume a representação “[...] que exhibe um tipo de espaço e um modelo de exploração deste espaço completamente específicos [...]” (BESS 2006, p. 38).

Assim, a relação do pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança com o rio Xingu apresenta a possibilidade de compreensão do fato de que o rio é um objeto natural e que possui grande carga de significados, estes, simbolicamente, entrelaçados à (trans)formação do ser no espaço. O rio é um símbolo, elemento natural que carrega o simbolismo do significado de que, ser o ribeirinho, com estrutura característica do meio natural, corrobora diretamente no sentido de construção da identidade comum da comunidade. Dessa forma, o espaço geográfico relacionalmente associado ao cotidiano, referente ao contexto analisado, salta a perspectiva de imutabilidade e apresenta variáveis-chave que possibilitam entender a totalidade do processo de formação espacial-histórica da comunidade de Boa Esperança.

CAPÍTULO II – A CHEGADA DO DESCONHECIDO

Grandes obras, ou sistemas de objetos de essência puramente técnica-tecnológica, territorializam-se nos lugares como força desconhecida, capaz de reestruturar toda uma realidade social, sem mesmo sequer se preocupar com o fato de a sociedade que anima tal contexto absorva e assimile toda a carga de informação que acompanha a chegada da “novidade”, velada, ou não. Dessa maneira, a forma técnica em si vai criando corpo e quando nos espantamos, a sociedade de maneira geral, se depara com um conjunto de exterioridades – *verticalidades* – que demandam vontades alheias ao local. No contexto de construção da presente análise e reflexão não é diferente, conforme se verificará à frente, pois as grandes obras de engenharia inseridas no espaço amazônico tem causado esse ar de estranhamento ou, em certos casos, como narra a história, até mesmo de medo no cotidiano dos amazônidas.

2.1. Sistemas de objetos técnicos e a reestruturação do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança.

A moderna fase do planejamento econômico de integração da Amazônia tem seu início atrelado à década de 1953, com a criação e implantação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Esta teve seu fim com a ascensão da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966 e finalizando a delimitação da Amazônia Legal (com superfície estimada em cerca de 5,2 milhões de km² abarcando todos os sete (7) estados da então região Norte mais o oeste do Maranhão e a porção norte do estado do Mato Grosso).

A partir do período da década de 1970, que marca a inauguração da inserção de grandes empreendimentos para a Amazônia, momento simbolizado pelo evento de abertura da Transamazônica (rodovia BR-230), a comunidade de Boa Esperança sofre influência do movimento atrelado ao processo de planejamento e integração da região Norte, devido aberturas de vicinais que seguem o modelo “espinhela de peixe” (AB’SÁBER, 2005) que acompanharam o processo de abertura da grande rodovia. Esse espaço, por ser destinado à produção agropecuária, demanda acentuado desflorestamento da cobertura vegetal e uso do solo nas proximidades das florestas utilizadas para atividade extrativista, por parte dos moradores da comunidade. Logo, a prevaência da pastagem, cuja intensificação do desflorestamento é nítida, na década de 1990, acentua a influência dos impactos atrelados à

abertura da rodovia BR-230 sobre o cotidiano da comunidade.

Quadro de reconfiguração do ordenamento territorial da região Amazônica marcado com a implantação de grandes projetos econômico-administrativos financiados pelo Estado em aliança com o capital estrangeiro, ainda no contexto de aumento da dívida externa que os governos militares ocasionaram na tentativa de “abertura” econômica. Processo que, desde então, apresentou-se em seis (6) principais fases de implantação do desenvolvimento capitalista na região. De acordo com Gerd Kohlhepp (2002), essa espacialização das práticas capitalistas de organização do território amazônico é efetuada em uma série de implantação de ações para o desenvolvimento da região, a saber:

1 – *O Programa para a Integração Nacional (PIN), na primeira metade dos anos 1970*: “O programa de desenvolvimento infra-estrutural foi baseado no conceito de planejamento de eixos de desenvolvimento, realizado por construção de numerosas estradas de longa distância, como a Tranzamazônica e a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém e também a Cuiabá-Porto Velho-Manaus. As estradas pioneiras serviram de roteiros de migração para a Amazônia e foram planejadas para o estabelecimento de áreas de atividades econômicas na forma dos chamados ‘corredores de desenvolvimento’ [...]” (2002, p.38).

2 – *O Programa Polamazônia de 1974 a 1980*: “[...] as estratégias de planejamento regional na Amazônia foram concentradas no conceito de pólos de crescimento, tema discutido na América Latina desde meados dos anos 1960. [...] Investidores de capital nacional e internacional foram atraídos por reduções consideráveis de taxas tributárias e também por outros benefícios” (2002, p. 39-40).

3 – *Programas de desenvolvimento rural integrados do início dos anos 1980*: “[...] O Programa Polonoroeste em Rondônia e no noroeste de Mato Grosso, financiado pelo Banco Mundial, criou um novo conceito para um desenvolvimento integrado orientado para a pobreza nas áreas rurais de zona pioneira, [...] Vastas áreas florestais foram devastadas e, em muitos casos, assentados foram expulsos por grileiros e por fazendeiros de gado.” (2002, p. 40-41).

4 – *Mega-programas e projetos dos anos 1980*: “A falta de participação regional e local em todos os setores e a chamada integração ao mercado mundial intensificaram a chamada síndrome de ‘periferia da periferia’ na região de planejamento do Grande Carajás. Numerosos conflitos de interesse, a falta de respeito pelos limites das reservas indígenas, a insegurança com respeito a direitos legais e a continuada escalada da competição pelo uso da terra levaram a uma situação na qual a coexistência dos grupos sociais e seus objetivos econômicos ressaltaram a falha de objetivos comuns de desenvolvimento para a região Amazônica” (2002, p. 42).

5 – *O Programa Piloto: uma nova iniciativa do desenvolvimento regional sustentável*: “Como consequência da preocupação internacional com a destruição das florestas tropicais, criou-se o Programa Piloto Internacional para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7), por iniciativa alemã, na reunião de cúpula dos países do G-7 em Houston, em julho de 1990 (KOHLHEPP, 1995). [...] um conjunto de projetos que devem contribuir para o uso sustentável dos recursos naturais e para uma substancial redução da taxa de desflorestamento” (2002, p. 42).

6 – *O Mega-Programa Avança Brasil*: “O principal objetivo do planejamento infra-estrutural nesse grupo de projetos é possibilitar o transporte da produção agrícola, por meio da conexão dos sistemas de transporte fluviais e rodoviários” (2002, p. 49).

Essa realidade de reorganização econômica e produtiva do território nacional, com a inserção da região amazônica no quadro dos investimentos governamentais, apresenta um novo momento de mudanças do planejamento político-econômico regional em maio de 2001, com a criação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e a então necessária extinção da SUDAM. Sendo este primeiro órgão o que surge com proposta de modernização tecnológica da produção, aliada a incentivos fiscais para atrair o investimento de interesses exógenos da região capazes de promover a intensificação da frente de utilização dos recursos dispostos na Amazônia (KOHLHEPP, 2002, p. 51).

Tais medidas revelam aspectos do desenvolvimento desigual propagado pelo capital financeiro (dos grandes bancos mundiais) internacional, que subsidia de forma direta a destruição da “biosociodiversidade” da região amazônica por meio de empréstimos e da financeirização direta dos mega-produtores agroindustriais e de grandes empreendimentos, para aquisição de novas tecnologias capazes de, cada vez mais, fornecer uma maior eficácia na produção ou na captação de recursos hidroenergéticos ou mineralógicos desse território. Um enigma que paira é a respeito de se entender a *invenção* da ideia de Amazônia como fonte de recursos a serem explorados pelo sistema capitalista de des-envolvimento político-econômico, para avanço da nação e acima de tudo de nações externas, mas não das nações regionais. Ações que fazem da região um verdadeiro “objeto” direito de todos, mas responsabilidade de poucos que da permanência *do e no* seu território originário dependem, bem como de sua preservação.

Seria o caso do empreendimento Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM)?

O referido projeto é um grande objeto técnico, cuja Licença de Instalação N° 795/2011 foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que, ao ocasionar o barramento do rio Xingu, tem promovido impactos ambientais, econômicos e sociais às famílias que habitam as ilhas formadoras da comunidade. Lógica científico-tecnológica de uso dos recursos disponíveis no território, por parte do sistema capitalista de produção. Ações de cunho hegemônico-monopolista das grandes construtoras nacionais (a exemplo, a Andrade Gutierrez,) e seus devidos bancos financiadores beneficiados diretamente, em instância superior, na acumulação de capital gerada no processo em parceria com o governo nacional, na formação de uma Superestrutura, que outrora foi lida por Marx e Engels (2009) em *A ideologia alemã*, como o resultado do casamento indissociável entre o Estado e o sistema capitalista nacional, ambos subalternizados ao capital financeiro internacional.

Nesse sentido, a UHE Belo Monte está ancorada como obra prioritária para o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído em 2007 pelo governo brasileiro, entretanto, para compreensão de seu planejamento, faz-se necessário um resgate espacial-histórico a partir de leitura feita sobre seu processo de licenciamento. Os trabalhos de projeção dessa usina começaram no período de governo militar, na década de 1970, com início dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, “[...] estudos, cujas conclusões foram publicadas pelo governo brasileiro no Plano 2010 - Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010[...]”, tomado “[...] como a melhor opção para iniciar a integração das usinas do Rio Xingu ao Sistema Interligado Brasileiro [...]” (FLEURY; ALMEIDA, 2013, p. 142). No princípio do planejamento (1975), o projeto chamava-se Kararaô (grito de guerra indígena da etnia Kaiapó), significado ironicamente atribuído ao empreendimento contrariado, sobretudo, pelas nações indígenas impactadas, que resistem.

Assim, a trajetória de licenciamento da UHE Belo Monte é marcada por oscilações e contraversões acerca da aceitação e operacionalização do empreendimento por parte da comunidade local que se apresentou, ao longo do período de licenciamento da obra, pouco consultada e engajada na participação ativa no processo.

É de conhecimento geral que os estudos de viabilidade técnica e econômica do complexo hidrelétrico de Altamira foram iniciados em 1980 pela Eletronorte, tomado, inicialmente, como uma área de maior concepção e com maior área de projeção para ser inundada. Em escala global das ações e intencionalidades políticas e econômicas, pode-se elencar a ocorrência do “primeiro choque” internacional do petróleo, deflagrado no ano de 1973, que culminou em incentivos diretos ao governo nacional para que este passasse a investir mais em fontes de energias renováveis (FAINGUELERNT, 2016).

Sob o poder do governo de José Sarney (1985-1990) a UHE Belo Monte é tida como meio para integrar as usinas do rio Xingu ao Sistema Interligado Brasileiro (SIN), ao modo em que o Plano 2010 é divulgado em 1987 após ser elaborado pela Eletrobrás e o Ministério de Minas e Energia (MME). Outrora, o Relatório Final de Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Xingu tem sua aprovação executada em 1988, paralelamente ao também evento de promulgação de nossa Carta Magna Constituição Federal (CF de 1988). Dessa forma, a Eletronorte solicitou, no final da década de 1980, aprovação e concessão da UHE Belo Monte ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) que, por sua vez, aprovou o relatório final de inventário no ano de 1988.

Posteriormente, na década de 1990, a autora Fainguelernt (2016, p. 251) ressalta que o

fato de que:

[...] ocorreu o início da liberalização da economia, caracterizada pelas opções do governo brasileiro em adotar os preceitos da ofensiva neoliberal no mundo. Tais preceitos preconizavam a reorientação do papel do setor produtivo estatal, constrangimentos dos gastos públicos para políticas sociais e de defesa de direitos e promoção e estímulo às privatizações de setores estratégicos. Tais privatizações atingiram diversos setores da economia, inclusive o setor energético. Neste setor as privatizações ocorreram principalmente no campo de distribuição de energia elétrica e não na geração de energia. É importante ressaltar as contradições - ou o desmonte - que foi realizado nesse período, na contramão dos esforços de se constituir um sistema integrado de gestão do setor elétrico como política pública, e não meramente como mercadoria a ser operacionalizada.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi aprovado um novo projeto pelo DNAEE juntamente com a Eletrobrás, o que chega a reconhecer Belo Monte como estratégia energética, para suprir a necessidade de energia frente às crises energéticas, por parte do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), para desenvolvimento da hidroeletricidade até o ano de 2010. Em seguida, no ano de 2002, sob a égide das animações do governo (2002-2010) de Luís Inácio da Silva (vulgo Lula) novas ambições saltam sobre a perspectiva de instauração do projeto de Belo Monte, mas é somente no governo da primeira presidenta brasileira Dilma Rouseff (2011) – ex-ministra de Minas e Energia e também ex-chefe da Casa Civil – que a licença de instalação (LI) foi concedida pelo IBAMA, em junho de 2011. Outrora, a obra funcionava sob licença prévia (LP) emitida em fevereiro de 2010 e, posteriormente, sob licença de instalação parcial (LIP) de fevereiro de 2011, ambas concedidas pelo mesmo Órgão governamental competente (IBAMA).

Nesse período, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou os estudos de viabilidade de Belo Monte, sendo que as obras, de fato, iniciaram em 2013 e já em 2014 a Norte Energia apontava 70% de conclusão das obras de construção da barragem, com licença de operação (LO) concedida pelo governo em novembro de 2015, mesmo sem o cumprimento legal das condicionantes necessárias para implantação do projeto houve o enchimento do lago reservatório (FAINGUELERNT, 2016).

Segundo o resgate histórico, independentemente do distinto contexto em que estava inserido, seja no momento de elaboração (1975) ou de retomada do projeto (2001), o polêmico processo de licenciamento ambiental em questão repercutiu diretamente sobre a garantia de direitos das populações atingidas pelo empreendimento. Atualmente, se faz necessário coordenar obras e ações com a população local, de forma a tentar minimizar impactos sociais e ambientais e reverter a situação caótica da cidade de Altamira, que encontra-se, após um processo de aumento populacional e deslocamentos compulsórios, com maiores índices de criminalidade, prostituição e condições precárias de saúde.

(FAINGUELERNT, 2016, p. 260).

Há controvérsas no licenciamento da UHE Belo Monte, conforme discute Fleury e Almeida (2013, p. 145), pelo fato de a licença parcial de instalação emergir como “inovação” nos regulamentos de licenciamento ambiental, tanto da usina hidrelétrica do Rio Madeira como na do Rio Xingu. De imediato, esse licenciamento permitiu, como início das operações, a supressão de 238 hectares de floresta, e a também efetivar a construção dos acampamentos (canteiros de obras) do sítio Pimental e de Belo Monte. Assim, percebe-se que há cerca de quarenta anos a obra é almejada pelo governo federal e suas parcerias, surgindo no imaginário da população local enquanto possibilidade de vida e de trabalho.

No cenário controverso de licenciamento e instalação da UHE Belo Monte, para os autores Fleury e Almeida (2013, p. 152), entre os elementos-chave que merecem ser destacados estão,

[...] nada é tão proeminente quanto a disputa pela definição de desenvolvimento. Se em um contexto de crescimento econômico e estabilidade política, como o que se encontra o Brasil nos últimos anos, nada pode soar mais ofensivo no embate público do que a acusação de ser contra o desenvolvimento, a disputa tem se deslocado para qual o tipo de desenvolvimento desejável. E, nessa classificação, lugar central no debate cabe a qual relação com a natureza implicada neste desenvolvimento, bem como a definição de quem são os sujeitos habilitados a intervir nos rumos desses processos.

Os autores Herrera e Santana (2016), em artigo intitulado: *Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorialização e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu*, apontam o fato evidente da existência de duas lógicas de apropriação do território na região pós-inserção do grande empreendimento de Belo Monte. A primeira ancorada a uma concepção do território enquanto recurso, com capacidade única de ser usado como fonte de geração de lucro por parte dos atores capitalistas de ideologia hegemônica, como a que sustenta os “pilares” para firmar o objeto da UHE Belo Monte em nosso território. Mas, em oposição, há a possibilidade de assistir o território como abrigo para plenitude da vida das comunidades originárias e tradicionais que habitam a Amazônia, compromissadas em construir certa gestão territorial de fato sustentável e menos danosa à Natureza.

O contexto de barragens na Amazônia é marcado pela construção de um estado de instabilidade socioambiental nos lugares de suas respectivas instalações e operações, não sendo diferente no caso da UHE Belo Monte. Nesse sentido, o pesquisador Philip Faenside

atribui a indagação de ser essa: *A ponta de lança da construção de barragens na Amazônia?*. Pois, para esse pesquisador, a “[...] hidrelétrica de Belo Monte em si tem impactos substanciais [...]”, dessa forma as controvérsas se acentuam, uma vez que não é normal o impacto do lago artificial reservatório da UHE Belo Monte sobre as comunidades tradicionais e originárias da região de entorno do projeto. Além do fato de que “[...] elas não foram classificadas como “diretamente impactadas” no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e não tiveram as consultas e as compensações que as pessoas diretamente impactadas teriam direito [...]” (FAENSIDE, 2015, p. 246).

Jean Hébette (2004, p. 150), ao destacar: *O impacto social dos grandes projetos na Amazônia* chama atenção para o fato de que:

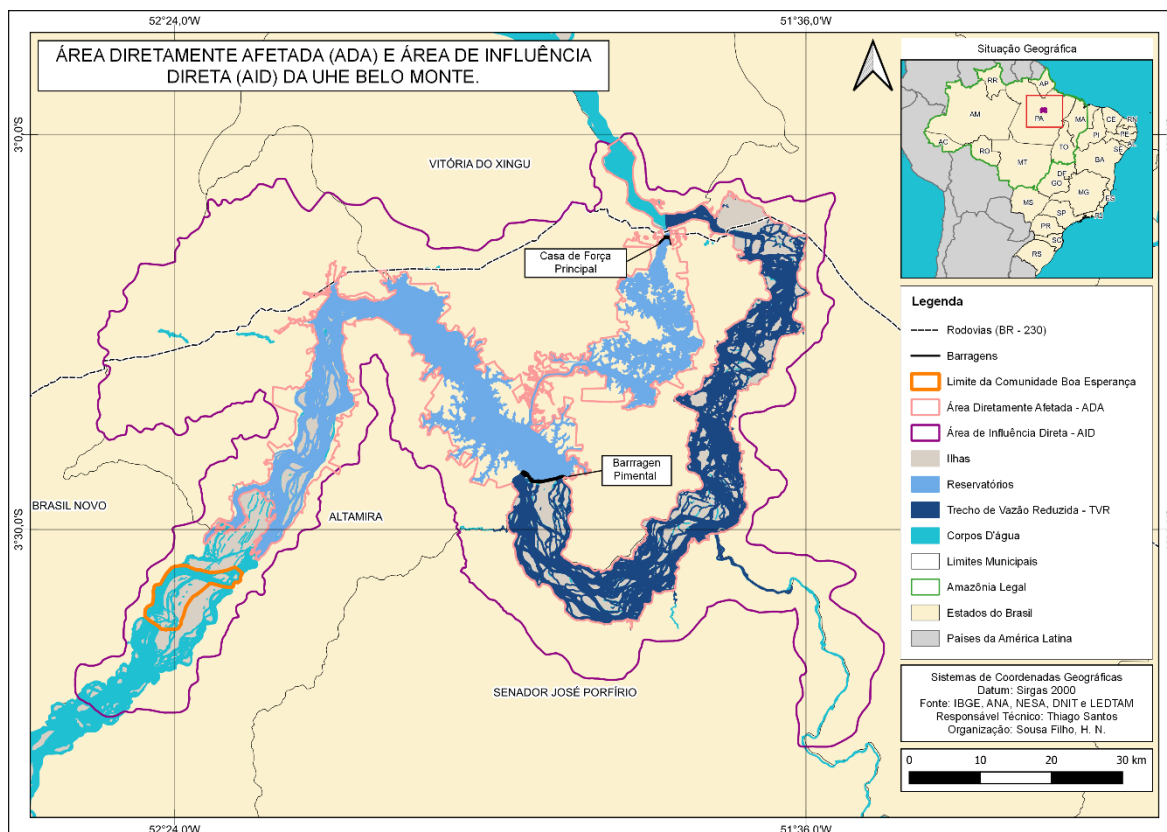
Convém ressaltar, de início, que esses projetos vêm de pára-quadras: são jogados de fora, não em função de uma realidade social local e para atender a interesses regionais, mas sim em função de interesses alheios à região. Eles são idealizados em função dos recursos existentes na região, mas não com vistas às necessidades da população residente. Atendem a objetivos do capital, que nem é, basicamente, capital brasileiro. Poderão ter alguns reflexos secundários favoráveis à população, mas seria muito ilusório pensar que seu impacto fosse globalmente positivo, pois não foram concebidos para tal fim.

No contexto vigente, a comunidade ribeirinha alvo da pesquisa de campo vive um impasse gerado como impacto social negativo, por não ser reconhecida como atingida diretamente pela influência da intrusão de grandes projetos na Amazônia, conforme apresentado em relatos dos moradores entrevistados, que retratam o novo contexto no qual vivem hoje após operação da UHE Belo Monte, que iniciou no ano de 2015. A problemática então se acentua pela não inserção da comunidade, enquanto grupo dos atingidos pela reestruturação espacial causada pela modificação que a concretização da barragem causou no município de Altamira-PA, ao transformar o rio Xingu em lago artificial com seu barramento na região da volta grande do Xingu. Ação que acarretou mudanças energéticas e estranhas ao cotidiano das comunidades pertencentes ao espaço geográfico receptor desse grande projeto orquestrado pela Norte Energia S.A.

Sendo assim, a comunidade ribeirinha de Boa Esperança não recebeu indenização nem reconhecimento, dos devidos órgãos governamentais e empresas envolvidos no projeto UHE Belo Monte, enquanto população atingida pela dinâmica da área de influência direta do lago (ver Figura 10 à frente), o que tem justificado as atividades do Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM) enquanto entidade científica que permanentemente, nas palavras de seu coordenador José Antônio Herrera, tem como

missão construir uma interpretação de forma “crítica acerca das implicações dos grandes empreendimentos no território” amazônica.

Figura 10 – Mapa de Zoneamento da ADA e AID.



Fonte: SOUSA FILHO, H. N.; LEDTAM, 2022.

Se observarmos analiticamente a espacialização (ver Figura 10) da comunidade de Boa Esperança em relação à Área Diretamente Afetada (ADA), percebe-se que de fato a comunidade está situada na Área de Influência Direta (AID), argumento usado como base do discurso que sustenta a alegação da Norte Energia, a que afirma que a comunidade está sendo atingida pela dinâmica de influência do reservatório, por não estar situada na zona da ADA. Logo, não se caracterizando como área atingida pelo empreendimento, posicionamento que tem sido defendido como crucial, por parte do empreendedor, para não dispor de reconhecimento legal da comunidade como grupo prejudicado pelas intervenções que o reordenamento compulsório, ocasionado pela UHE Belo Monte, provocou sobre o ambiente e suas populações do rio Xingu.

Conforme apresentado de maneira marcante no trecho de entrevista transcrito a seguir, percebe-se uma realidade contrária à defendida pela visão do empreendedor que não

reconhece e não ideniza a comunidade como atingida pelas interferências da UHE Belo Monte, no território da bacia hidrográfica do Xingu, após represamento do rio e formação do lago artificial reservatório. Vejamos:

[...] Tenho 56 anos que estou aqui, e estou muito feliz de estar aqui! Só o que me deixou um pouco mais assim triste, é, depois da construção da hidrelétrica, porque, é, ficou assim um pouco escasso de tudo pra nós, no caso do rio. O rio, certo que, tem o verão e tem o inverno, na época do inverno ele sempre alagou, mas, passava de 4 anos, 5 anos, pra poder vir aquela cheia e fazer sair todo mundo daqui pra ir lá pro outro lado pra terra. E agora não, a gente todo ano a gente tem esse problema, né?! Quando ele seca, ele seca muito, e quando enche, ele enche muito, então ele ficou descontrolado, né?! Então, nessa situação, ficou difícil pra gente aqui, a respeito de peixe, ficou escasso o peixe. Tem uma época que a água tá tão suja que a gente não pode nem beber a água do rio. Não corre mais, fica parado. Mais quente porque não corre, seca muito. (Pescadora-ribeirinha Acari Zebra, setembro de 2021).

As dificuldades elencadas na expressão da pescadora-ribeirinha contrariam o Ministério de Minas e Energia, que afirmou: *Belo Monte vai produzir energia com respeito ao meio ambiente*. As dificuldades são bem presentes no cotidiano vivenciado hoje pelos moradores da comunidade, que sempre tiveram sua dinâmica de trabalho atrelada ao rio, porém, atualmente, não podem mais depender da dinâmica do rio, pois ela é influenciada pela necessidade do capital, e não mais da Natureza, tendo em vista que esta, também agora, está subalternizada aos mandos da economia liberal. A utilização do rio como recurso por parte do empreendimento de Belo Monte colocou em “xeque” a continuidade do pescador-ribeirinho em seu território, digamos que ancestral, por impedir o acesso direto do sujeito ao seu território como abrigo para geração de vida.

Mas, de fato, qual visão especificamente geográfica pode-se atribuir aos grandes projetos na Amazônia?

Tomado como exemplo contextual as grandes rodovias e também a implantação de barragens na Amazônia, como apresentado na discussão construída nesta pesquisa, atribui-se a materialização desses grandes eventos à classificação de “grandes objetos” técnicos-tecnológicos. Formas espaciais carregadas de significado e de intencionalidades que não se amostram imediatamente, mas, sim, mediante análise dialética das contradições instauradas a partir do momento da chegada desses grandes feitos da engenharia moderna nos locais. Essas estruturas complexas chegam a causar certo teor de desconhecimento, por haver desconhecimento de fato, de tamanha multiplicidade de informações, que demandam muito tempo para serem assimiladas, o que não tem sido permitido à população amazônica, a qual

tanto tem se deparado com novos recursos tecnológicos estranhos em seu espaço.

Para Milton Santos (1995, p. 16-17), ao se pronunciar a respeito da inserção de grandes objetos na região amazônica, levanta o debate de que:

Os objetos técnicos funcionam apenas à base das informações que recebem dos centros de comando, sejam onde estiverem esses comandos e esses objetos. Essa é a problemática regional de uma região como esta, uma região que resta natural, para uma quantidade de coisas e que, de sopetão, recebe objetos imensos, cheios de intencionalidades estranhas, dotados de uma força que jamais antes se viu a serviço do que não está aqui. Esta é uma realidade dramática, mas que cumpre estudar e analisar.

Mas afinal de contas, o que seriam esses “grandes objetos” que vêm sendo implantados no território amazônico, como no caso do atual contexto do município de Altamira e sua região de influência receptora, tanto da BR-230 quanto da UHE Belo Monte?

Em leitura mais abrangente pode-se denominar esse processo como difusão de Sistemas de Objetos Técnicos, na região amazônica como no caso estudado, que leva a criação de “[...] uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza “natural”, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada [...]” (SANTOS, 1995, p. 14). Esses sistemas técnicos dominantes, os que servem aos atores hegemônicos (capitalistas), mais atuais, servem ao domínio da cultura, da política e da economia por parte de seus controladores, que tendem a implantá-los com a mesma composição em diferentes espaços. Essa estrutura obedece a uma lógica complexa que está materializada em sua forma-conteúdo (ver Figura 11 a seguir), assim faz-se necessário examinar a dinâmica desses grandes feitos de engenharia a partir de sua ligação com a dinâmica-mundo, pelo simples fato desses objetos técnicos obedecerem às demandas exteriores aos seus locais de instalação, e apresentarem uma complexidade estruturalmente diferente a do lugar.

Figura 11 – Fotografia do “grande objeto” técnico-tecnológico UHE Belo Monte.



Fonte: SOUSA FILHO, H. N., maio de 2022.

A complexidade desse sistema de engenharia está diretamente expressa em sua forma-conteúdo representada pela figura anterior, de maneira que a tecnologia empregada nessa obra retrata o período técnico-científico-informacional que vivenciamos na atualidade. “Por sua mera presença física, os objetos técnicos têm apenas uma significação paisagística. Mas sua presença indica que eles estão em disponibilidade, em espera [...]” (SANTOS, 2012, p. 82-83). E nesse período tecnológico a técnica atua como intermediária entre a natureza e a sociedade, desde os tempos mais remotos da história, convertida em elaboração científica sofisticada “[...] que acabou por subverter as relações do homem com o meio, do homem com o homem, do homem com as coisas, bem como as relações das classes sociais entre si e as relações entre nações [...]” (SANTOS, 2012, p. 16).

Essa é uma típica característica do período técnico-científico-informacional estruturado como “[...] verdadeira tecnoesfera, uma natureza crescentemente artificializada, marcada pela presença de grandes objetos geográficos, idealizados e construídos pelo homem, articulados entre si e em sistemas [...]” (SANTOS, 2013, p. 120). Paralelamente a

esse processo e unicidade técnica, a economia moderna mundializada atribui influências exógenas cada vez mais “deformantes”, com estrutura endógena cada vez mais “deformada” aos locais (SANTOS, 2012). Sobre a comunidade de Boa Esperança a influência desse processo recai materialmente na modificação do ambiente que afeta o cotidiano da comunidade retratado na entrevista analisada anteriormente, na qual a pescadora-ribeirinha denuncia a irregularidade do rio e a escassez da fauna aquática. Ambos os fatores ocasionados após a operacionalização funcional da barragem e toda sua complexa estrutura e forma de funcionamento (verificar Figura 12).

Figura 12 – Conduto forçado. Panorama do complexo sistema de engenharia possível no período técnico-científico-informacional.



Fonte: SOUSA FILHO, H. N., maio de 2022.

A técnica é tempo congelado e revela uma história, já que na realidade toda técnica é “história embutida”, por meio dos objetos, a técnica é história no momento de sua criação até o de sua instalação no território. Portanto, a instalação de técnicas no espaço revelam as condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitem a

chegada desses objetos e sua operacionalização (SANTOS, 2017, p. 48). A esse respeito, verifica-se que os “grandes objetos” implantados na Amazônia, como a rodovia federal BR-230 na década de 1970 e a UHE Belo Monte, mais recentemente no ano de 2010 a 2015, surgem como materialização do tempo técnico em que a ciência age em prol de beneficiamentos tecnológicos que tragam mais eficácia ao uso do território pelo capital investido nessas grandes obras de engenharia.

Esse cenário da instalação dos grandes objetos técnicos na Amazônia, como caso em estudo da UHE Belo Monte, instalada na volta grande do Xingu, resulta do fenômeno técnico, produto, resultante do processo de dado evento histórico que acarreta significativas e visíveis modificações na dinâmica do espaço habitado pela comunidade; na verdade acredita-se que eles sejam “[...] produtos da história dos homens e dos lugares, localizados no espaço” (SANTOS, 1995). Desse modo, estariam, pois carregados de informações e embebidos pela aceitação do povo local hipnotizado pelo discurso da melhoria e do emprego que traz desenvolvimento?

Sabe-se que a proposta da melhoria de vida vem atrelada ao discurso do desenvolvimento, que acompanha a proposta de progresso advinda com esses grandes projetos, ao serem implantados nos territórios, promovendo uma alienação do espaço provocada pelo aumento das *disparidades tecnológicas e organizacionais entre lugares*. Com a “[...] especialização crescente da produção, numa base regional, mas não raro ligada a interesses distantes, assim como a multiplicação das trocas, contribuem igualmente para tornar o homem estranho ao seu trabalho, estranho ao seu espaço [...]” (SANTOS, 2012, p. 28). Modo de organização esse que está intrínseco ao espaço amazônico, mas a comunidade ainda re-existe e continua habitando as ilhas que formam os limites em área do território pertencente ao seu eterno, mesmo em meio às tamanhas dificuldades, o pescador-ribeirinho de Boa Esperança não abandona seu território, se recusa a perder as esperanças e até mesmo a perder seu lugar de vivência íntima com a Natureza.

2.2. Artificialização da Natureza e novos significados empregados às paisagens do rio Xingu.

A região Amazônia Legal, então analisada a partir da ideia de diferenciação espacial, é possível de compreensão a partir da apreensão da formação de diferentes arranjos territoriais materializados regionalmente no espaço geográfico, de maneira diferencial e

combinada, devido inúmeras possibilidades do acontecer social, emergentes no cotidiano cuja dinâmica só é possível por ser animada por relações sociais, logo, de poder. É o fato de atentar-se, enquanto pesquisador, para a emergência da diferenciação de áreas – diferenciação regional ou regionalização – engendrada mediante, não apenas por elementos histórico-naturais, mas por diferentes conflitos de relações de poder da dinâmica social econômica e política, processual e relacionalmente distribuídas em rede solidária multidimensional, cujo acontecer independe de força maior por ter sua gênese na própria vida social.

Portanto, tal estudo regional a partir da diferenciação espacial, marcada na atualidade, sobretudo pela implantação de novas tecnologias – impostas pela intrusão do atual meio “técnico-científico-informacional” nos lugares, onde se chocam – entram em conflito técnico com as diferentes formas técnicas presentes na (re)construção espacial-histórica do presente e se cruzam no desencontro dos diferentes modos de produção funcional do território mediante a *convivência de diversos modos de existência técnica, que coexistem e se afrontam* (SANTOS, 2017, p. 180) – com as heranças locais do passado.

Entretanto, a repartição de recursos é um fator indispensável à análise geográfica da divisão do trabalho por carregar em si a possibilidade de “ser vista como um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente” (SANTOS, 2017, p. 132). É o valor atribuído a cada recurso, e sua respectiva distribuição no lugar, que possibilita seu uso, enquanto fator condicionante e/ou condicionado no processo de territorialização da divisão social do trabalho, à medida que fora dos lugares, por mais concreto que seja, recursos não passam de abstrações. Por isso, tal distribuição de determinadas atividades, quer dizer, “distribuição da totalidade de recursos”, resulta da divisão do trabalho.

Desta feita, há de se falar dos tempos que compõem todo esse processo, a moda de sua época da divisão do trabalho, pois cada momento histórico reformula a divisão do trabalho. Em cada lugar e/ou subespaço está sempre surgindo uma nova divisão do trabalho sem que as antigas deixem de existir por completo; outrossim, algumas adaptadas. Tais mudanças acabam por distinguir os lugares, uns dos outros, devido cada qual estar carregado de combinação específica de temporalidades, o que se vincula diretamente a ideia de sobreposição de temporalidades no lugar. Isso ocorre pelo fato de que cada “lugar, cada subespaço, assiste, como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho” (SANTOS, 2017, p. 136).

Dessa forma, faz-se necessário remeter o presente estudo à Fletir, juntamente com

Milton Santos e Maria Laura Silveira, sobre o fato de que:

A influência do fenômeno da globalização e a instalação do meio técnico-científico-informacional em certas manchas do território regional, [...] vão-se dar sobre um quadro socioespacial praticamente engessado. Essa situação abre a perspectiva de importantes fraturas na história social, com mudanças brutais dos papéis econômicos e políticos de grupos e pessoas e também de lugares (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 272).

No caso da comunidade de Boa Esperança, a “[...] ordem global da UHE de Belo Monte materializou no lugar forças e fluxos de ordem externa à cotidianidade das populações que habitam as ilhas do Rio Xingu, provocando alterações sociais e ambientais que requalificaram a existência do lugar [...]” (HERRERA; TEIXEIRA; SANTOS, 2019, p. 19). Desse modo, a “inovação tecnológica representada pelas redes transnacionais de circulação e comunicação permite, a um só tempo, a globalização como diferenciação espacial” – o que corrobora a uma descentralização (privatização pelo capital financeiro internacional) do Poder de Estado – “induzidas tanto pela lógica da acumulação como pela lógica cultural, e resultando na valorização seletiva de territórios” (BECKER, 2000, p.287). Tais ações fazem crer na afirmação de Cesar Ajara (1992), que define a Amazônia Legal como espaço cuja redefinição econômico-tecnológica soma para a criação de novas territorialidades, estranhas e estrangeiras, que em si disputam a posse das espacialidades regionais por não incorporar em seu planejamento a participação ativa da população local em relação a seus direitos enquanto amazônida.

Vale ressaltar que a alienação capitalista do espaço amazônico ocorre de acordo com a substituição gradativa dos tradicionais modos de produção da região pelos exteriores, tomados enquanto exógenos ao local. A artificialização da Natureza na região do Xingu, na região de influência do município de Altamira, segue essa demanda de atender as necessidades externas com relação à região, por serem planejadas em situações alheias ao cotidiano dos povos localizados no espaço amazônico. Fato esse que colabora com certa resignificação do espaço amazônico que deixa de ser apreendido e produzido como fonte de vida, passando a possuir valor de mercadoria, por ser transmutado para recurso capaz de gerar lucro para o sistema econômico capitalista de geração de riqueza.

O homem também vai impondo à natureza suas próprias formas, a que podemos chamar formas ou objetos culturais, artificiais, históricos. Essas formas históricas não são as mesmas através dos tempos; aqueles acréscimos dos tempos primitivos são diferentes dos atuais. Hoje, as formas impostas à natureza são muito mais complexas, resultado também de uma série de heranças. [...] A natureza conhece

um processo de humanização cada vez maior, ganhando a cada passo elementos que são resultado da cultura. Torna-se cada dia mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada. [...] O processo de culturalização da natureza torna-se, cada vez mais, o processo de sua tecnificação. As técnicas, mais e mais, vão se incorporando a natureza, e esta fica cada vez mais socializada, pois é cada dia mais o resultado do trabalho de um maior número de pessoas. (SANTOS, 2014a, p. 97).

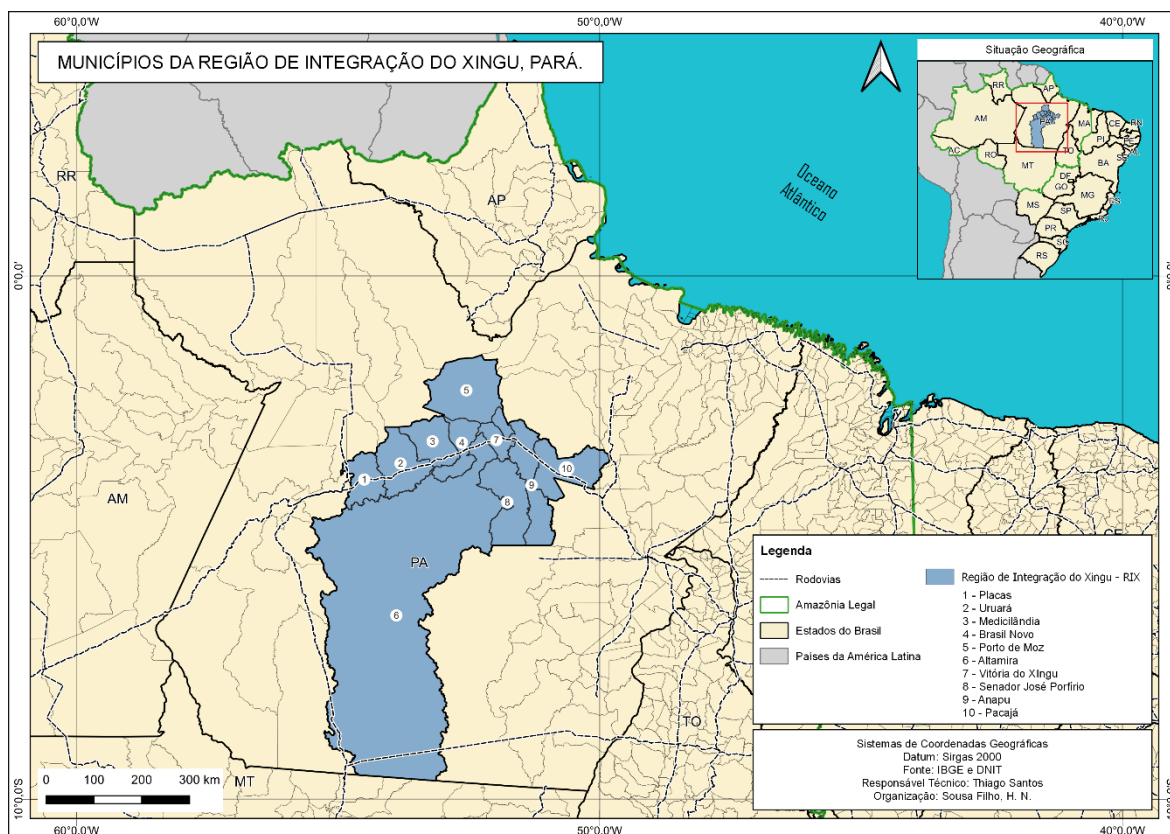
Como crítica central ressalta-se o fato do processo de formação de consciência abstrata que garante a exteriorização do ser (da cultura) como elemento não pertencente à Natureza “natural”. Consciência advinda acredita-se, de uma herança ocidental atrelada a um conceito de natureza não natural, emergente à dominação da Natureza pelo homem (não entendendo estar constituída como um todo onde a sociedade é parte) e sobre a diferença, pois, a partir de tais princípios o homem: branco, rico e “ocidental”. Na maioria dos casos, esse homem torna-se dominador de tais recursos e logo produtor de mais, e cada vez mais riquezas exteriorizando a cultura da natureza, quebrando a junção do conjunto que, em suma, podemos entender como meio ambiente. Reforçando tal colocação, enfatiza Gonçalves (1990, p. 23) que toda “[...] sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura”.

É preciso saltar duma velha e tradicional visão responsável por categorizar o meio ambiente apenas como “espaço absoluto” à compreensão, acredita-se aqui, desse conjunto de elementos materiais e imateriais quanto “espaço relacional” (HARVEY, 2015). Ora o meio ambiente não pode mais ser apreendido apenas como conjunto de coisas materiais (objetos) uma vez que ele constrói-se também da teia relacional humana formadora do espaço, que em contexto atual apresenta-se em infinitas e substantivas redes tecnológicas e informacionais.

Ao apanhar a Região de Integração do Xingu (ver Figura 13), enquanto contexto regional estudado – em mediação com a perspectiva do reordenamento compulsório da paisagem geográfica causado pela implantação dos grandes empreendimentos capitalistas nessa região, resultante da dinâmica capitalista de produção do espaço – aponta-se certa caracterização das estratégias político-econômicas governamentais voltadas ao desenvolvimento (desigual) em planos de integração da região amazônica. Com listagem dos grandes projetos responsáveis pelo desenvolvimento econômico, acredita-se, pela mudança drástica da dinâmica regional de utilização dos recursos oriundos da região, uma

mudança advinda com a invasão efetiva de aparatos científico-tecnológicos destrutivos, senão alienantes e de capitais internacionais, que disputam reservas de valor e geração de lucro à custa da permanência ou devastação dos domínios morfoclimáticos e fitogeográficos da Amazônia e dos Cerrados.

Figura 13 – Mapa de espacialização da Região de Integração do Xingu (RIX).



Fonte: SOUSA FILHO, H. N.; LEDTAM, 2022.

Nesse contexto influenciado pela BR-230 Transamazônica, atualmente, para os autores Sousa Filho e Pereira de Brito (2022), visualiza-se um quadro de destruição intensiva do domínio morfoclimático e fitogeográfico das terras baixas florestadas da Amazônia, que vem se perpetuando com forte intensidade exploratória dos recursos naturais da região. Nas últimas cinco décadas, ocorreu uma expansão acentuada, desde a abertura da rodovia federal Transamazônica, e a estadual PA-150 na região do trecho de ligação sul-norte oriental da Amazônia (paraense) com eixos de devastação na média de 50 quilômetros, nas bandas do eixo retangular em torno da rodovia, com estilo replicado nos caminhos perpendiculares, chamados de ramais e seus respectivos sub-ramais, perpendicularmente implantados, engendrando o circuito de devastação em espinhelas-de-peixe. Soma-se essa tragédia a abertura de linhões

mantida sob controle de proprietários fazendeiros, que arrancam para si o domínio dos interiores da selva amazônica. Assim, resta acrescentar o “arco da devastação” (AB’SÁBER, 2005) de escala regional mais abrangente (Norte do Mato Grosso, Rondônia, norte do Tocantins e sudeste do Pará) e responsável por representar a zona de maior devastação e de maior potencial de degradação do domínio das terras baixas florestadas equatoriais, devido intensiva expansão de práticas exploratórias de recursos madeireiros e implantação de vastos campos para atividade agrária pastoril. Há também implantação de lavouras de soja, como caso da região de Santarém no oeste do estado do Pará.

Mais recentemente, como visto anteriormente, a UHE Belo Monte intensifica a força que os grandes objetos técnicos efetuam, como as aberturas de rodovias sobre o território amazônico, que passa a ser reconfigurado de acordo com a lógica sobreposta advinda de instância exterior ao local de materialização das demandas de investimento e desenvolvimento capitalista. É no local que as consequências do processo de artificialização da Natureza se materializam e se esclarecem a luz da empiricização do conteúdo das formas no espaço. Esse processo, por ser apreendido a partir da análise atenta da modificação da paisagem como no caso das sucessões de materialização dos efeitos das ações da sociedade sobre a Natureza, são impressas, por mediação técnica na paisagem geográfica, como as consequências de modificação das paisagens.

Em geral, as paisagens cotidianas da comunidade ribeirinha de Boa Esperança, situada na porção oriental do domínio morfoclimático e fitogeográfico das terras baixas florestadas equatoriais no sudoeste do estado do Pará, apresentam vegetação característica das matas de terras firmes que estão situadas nas áreas mais elevadas, que não são atingidas pelas inundações amazônicas. Aí se encontram o dossel das árvores de grande porte (conforme representado na Figura 14), com 60 a 65m de altura em média. A floresta é compacta, o conjunto das copas das árvores é contínuo e o ambiente é úmido e escuro.

Figura 14 – Dossel de matas de terras firmes que compõem as paisagens da comunidade de Boa Esperança.



Fonte: Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia. Setembro de 2021.

A paisagem cotidiana da comunidade também conta com ocupação das margens do leito do rio que localizam-se nas planícies que sofrem influência dos períodos de enchentes junto ao rio Xingu e seus paranás-mirins¹ (ver Figura 15), os quais apresentam águas claras advindas dos planaltos cristalinos, de coloração transparente na vazante, porém, de cor esverdeada no período de cheia devido grande quantidade de partículas de musgo, em suspensão na água nessa época, que são arrastadas das regiões florestadas, como ocorre aqui na região da terra do meio banhada pelas águas do Xingu (SIOLI, 2006; VALVERDE, 1992). Sua vegetação varia de acordo com o período de inundação e também pode apresentar espécies de maior porte, como a Seringueira.

¹ Herrera; Teixeira e Santos (2019, p. 4) salientam que a comunidade de Boa Esperança é circundada por paranás-mirins. Os autores e a autora demarcam ainda que: “Segundo Andrade (1956), paraná-mirim é o braço do rio que contorna ilhas fluviais, termo tem origem aborígene que corresponde a braço do rio para paraná, e mirim corresponde não somente a pequeno, mas também à porção do rio que deriva do leito principal. Neste sentido, o autor aponta que paraná-mirim se distingue completamente de furo porque envolve sempre o leito principal de onde se engalhou e permite a navegação, sendo uma porção estreita do braço do rio. Já o furo é a comunicação natural entre dois rios e uma lagoa (ANDRADE, 1956, p. 5)”.

Figura 15 – Paisagens de ocupação do “beiradão” no rio Xingu.



Fonte: Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia. Setembro de 2021.

As ocupações em moradias palafíticas dos ribeirinhos da comunidade de Boa Esperança estão situadas no “beiradão do rio” (conforme circulado em vermelho na figura 14), pois são planícies de inundação e extrema fertilidade, onde o fenômeno de ocupação tem estabilidade e sedentarização, com ricos espaços geográficos da íntima interação dos meios natural e humano. Graças à prática de culturas, como, excepcionalmente, da mandioca e de espécies de batatas ricas em aminoácidos, portadores de vitaminas propícias para ajudar na alimentação dos sujeitos, combatendo a desnutrição destes e possibilitando a plenitude da vida amazônica nos campos parcialmente alagados e arenosos.

Observa-se também que nas paisagens da comunidade de Boa Esperança há (ver Figura 16) a presença de vegetação com influência fluvial e/ou lacustre – arbustiva (vegetação dos pedrais, vegetação arbustiva sobre afloramento rochoso – pedregal ou lajeiro). Essa vegetação se acomoda “nas fraturas e falhas das rochas, onde se acumula algum sedimento arenoso; das espécies estão o camu-camu ou caçari (*Myrciaria dubia*), um arbusto de até 5m de altura. Associadas vivem outras espécies vegetais como o acapurana (*Campsiandra laurifolia* Caesalpiniaceae), *Acosmium nitens* (Fabaceae)” (OLIVEIRA, 2017, p. 165).

Figura 16 – Vegetação arbustiva de influência fluvial que cresce sobre pedregais arenosos.



Fonte: Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia. Setembro de 2021.

Em observação prática de campo foi possível também apreender imagens de manchas da mata de cocais presentes na região, provenientes, acredita-se, da influência de uma descontínua faixa de transição entre a área *core* do domínio das terras baixas florestadas equatoriais e a mata de cocais oriunda dos babaçuais do meio-norte. Extrato de vegetação hidrófila com característica palmácea de babaçu (que surge ao longo do leito do rio onde há terreno alagado) no caso das paisagens da comunidade de Boa Esperança (conferir Figura 17).

Figura 17 – Extrato da mata de cocais presente entre a floresta ombrófila das paisagens da comunidade de Boa Esperança.



Fonte: Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia. Setembro de 2021.

De acordo com a comunidade, grandes modificações do espaço que habita foram apresentando-se a partir da concretização do lago artificial da UHE Belo Monte, no ano de 2015. Dentre tais modificações estão presentes a falta de correnteza do que antes era rio, fator que tem causado elevado o aquecimento da temperatura da água e também ocasionado maior retenção de dejetos, lama e lodo, prejudicando diretamente a sobrevivência da ictiofauna (animais aquáticos) típica da região, como o caso da diminuição e até mesmo do sumiço de algumas espécies de peixes como: Surubim, Tucunaré, Pescada e Matrinchã.

Sob esse aspecto, em relato de entrevista, um pescador-ribeirinho salientou que antes era possível a captura de até 200 kg de peixe na semana de pesca, porém hoje, após a concretização do lago e o pleno funcionamento da UHE Belo Monte, a pesca já não soma enquanto atividade financeira, ficando apenas como prática corriqueira voltada somente para o consumo familiar. Isto devido à exacerbada diminuição das espécies de peixes antes disponíveis, ora tende-se a se viver da aposentadoria e/ou do roçado de mandioca e produção de hortas, pois o peixe não supre nem mesmo a demanda de alimentação, quiçá a do comércio do excedente. Essa situação pode ser conferida na entrevista do pescador-ribeirinho

apresentada a seguir:

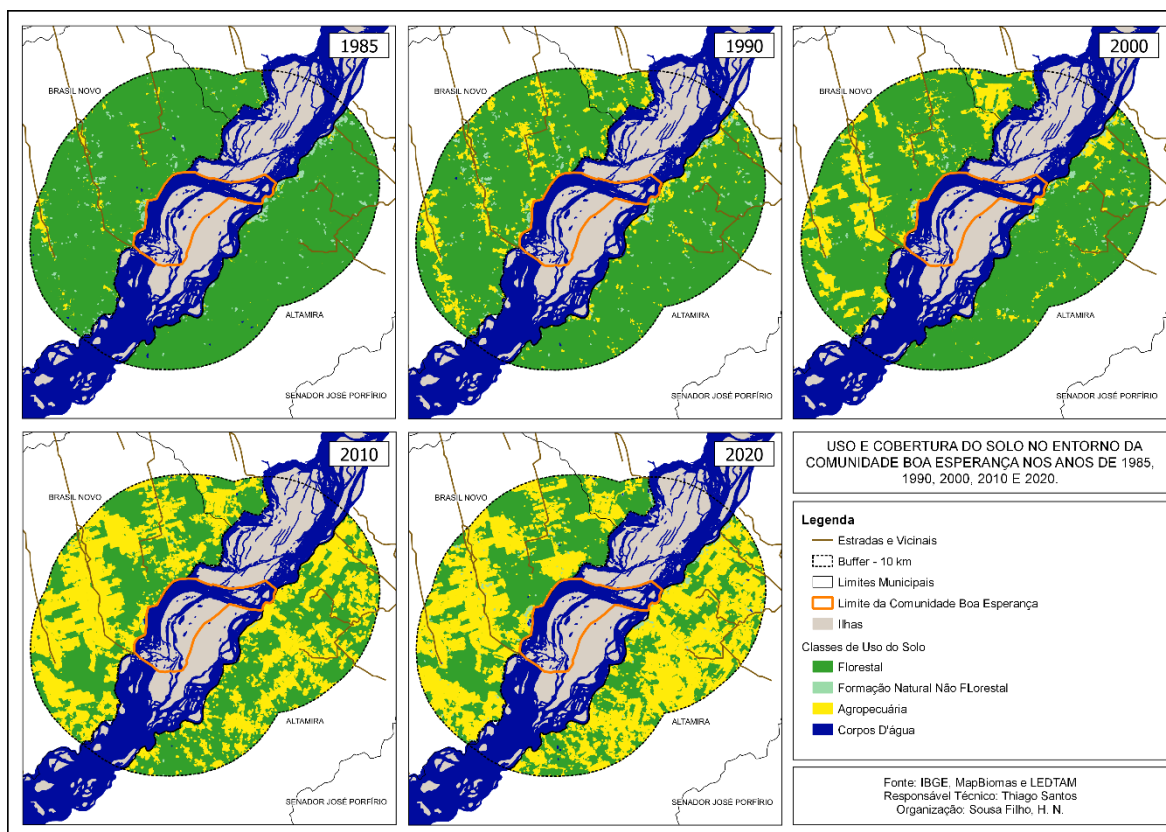
Todos os peixes diminuíram muito a quantidade, mas o surubim praticamente desapareceu é muito difícil conseguir pescar ele agora, logo início da barragem deu muito pescada aqui muita mesmo, mas depois desapareceu também ficou pior que antes, o peixe que conseguimos pescar mais fácil aqui é pacu quando tem mariposa, o peixe que ainda mais tem na nossa região e a Curimatá e o acari pois a lama aumentou e ficou bom pra eles. (Pescador-ribeirinho Pacu, 2020).

Para Barros; Brabo e Ferreira (2020, p. 12), a respeito do impacto sobre a fauna ictiológica do Xingu após o barramento da UHE Belo Monte, ressaltam:

Apesar de ser considerada uma fonte de energia mais sustentável do que a de origem vegetal, as usinas hidrelétricas de Tucuruí e Belo Monte promoveram impactos que comprometeram a biodiversidade aquática e o modo de vida de populações nativas. Dentre os principais podemos destacar as alterações limnéticas, como o fluxo e qualidade de água; interferência sobre a migração de espécies, como a piracema, que prejudicaram de algum modo a reprodução; destruição de habitats naturais para reprodução e alocação de espécies endêmicas; interferência sobre os estoques pesqueiros e consequentemente a produção pesqueira local.

Essa falta de trabalho na pesca apresenta-se como grande dificuldade para habitação das ilhas por parte dos ribeirinhos. Junto a esse fator está presente também a situação, conforme os moradores da comunidade relatam a ocorrência de novas aberturas na floresta de terra firme, que ao longo dos anos foi deixando de ser utilizada, para práticas extrativistas, devido ao avanço das práticas agropecuárias nas terras aos arredores das ilhas da comunidade. A floresta, como fonte de vida, também tem se tornado uma possibilidade escassa, devido às características da territorialização do sistema capitalista de produção na Região de Integração do Xingu (RIX), que apresentam aberturas de estradas vicinais e fazendas, estando presente o desflorestamento (conferir na Figura 18) para utilização de pastagem, isso de fato observado na espacialização da cobertura e uso do solo acumulados nas últimas décadas.

Figura 18 – Mapa de uso e cobertura do solo no entorno da comunidade de Boa Esperança (período de 1985-2020).



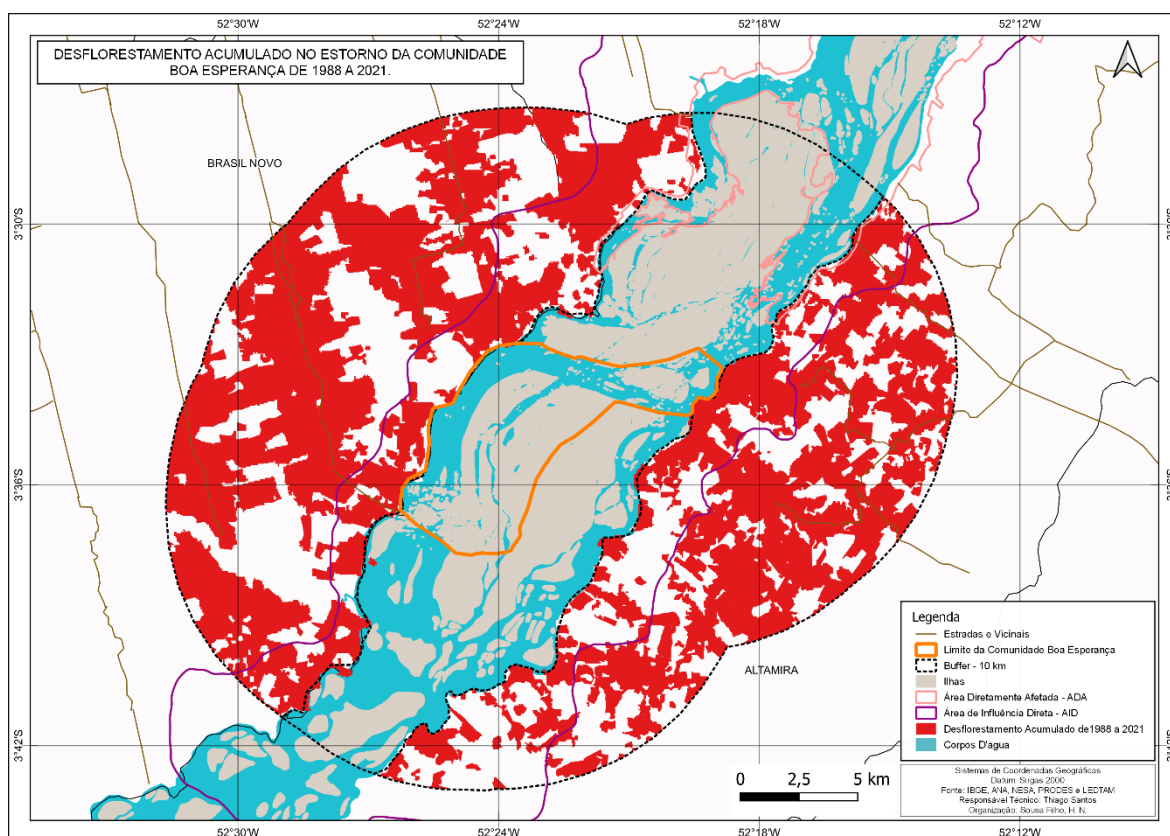
Fonte: SOUSA FILHO, N. N.; LEDTAM, 2022.

A presente cartografia, que representa a espacialização da territorialização das práticas capitalistas de produção, nos arredores do território da comunidade de Boa Esperança, aponta intenso desflorestamento e impactos na vegetação utilizada pela cultura extrativista local, pelo fato do aumento significativo das zonas de pastagem, conforme é possível conferir na série de 1985 a 2020 representada (na Figura 18). Esse aumento das zonas não florestadas tem impactos diretos nas relações cotidianas vivenciadas pelos moradores ribeirinhos das ilhas impedidos de utilizar daquilo que a floresta da terra firme oferta, pelo fato de a devastação praticada limitar o acesso às zonas florestadas, uma vez que se instaurou um sistema de latifúndio nas zonas municipais que chegam a fazer limite com o território da comunidade. Vale ressaltar que o uso e a cobertura do solo no entorno da comunidade estão voltados à utilização das práticas agropecuárias na região (ver figura 19), notadamente o símbolo dos municípios de Altamira e Brasil Novo que apresentam sua dinâmica de economia diretamente atrelada ao agronegócio.

Assim sendo, a diminuição das zonas florestadas tem causado impactos diretos aos

moradores da comunidade, o que é possível perceber ao analisar o trecho da entrevista seguinte, na qual nota-se a percepção do sujeito que sofre com o aumento da temperatura, que acredita ser ocasionada pela derruba das matas. Dessa forma, tal diminuição das zonas florestais de ocupação dos ribeirinhos da comunidade de Boa Esperança acumula um padrão de forte desflorestamento.

Figura 19 – Mapa de desflorestamento acumulado no entorno da comunidade (1985 a 2020).



Fonte: SOUSA FILHO, H. N.; LEDTAM, 2022.

Dessa maneira, por entender-se a necessidade de um estudo que não abandone o exercício da *totalidade* – tão importante para disciplina Geografia – ao promover um olhar que se eleve do local para então, e ainda a partir deste, encontrar as diferentes escalas de ações (de poder) acionadas na formação de “múltiplos territórios”: à multiterritorialidade dado envolvimento científico-tecnológico que certo local experimentara com a introspecção das técnicas globais de produção no lugar. Deve-se levar em consideração que refletir a respeito da essência do espaço geográfico é pensar a materialização das dinâmicas socioespaciais na paisagem. Isso, por serem responsáveis por transformar as estruturas de

determinado local após envolvimento com sistemas globais de engenharia inseridos nos lugares.

O rio, que era símbolo de vida para o *ser* ribeirinho, torna-se valor de riqueza para o empreendedor acionista da UHE Belo Monte, num novo significado do rio como recurso. O mesmo rio que era fonte de vida tornou-se um lago artificial, recurso fonte de lucro para o sistema capitalista de produção de riqueza, na junção de grandes empresas (empreiteiras) de capital privado, com empréstimo direto de fundos públicos ofertados pelo governo federal, além da aplicação de capital dos acionistas estrangeiros: “associação” que viabilizou a transformação da bacia do médio Xingu, com aplicação desse complexo sistema de engenharia (UHE Belo Monte) que impactou diretamente o meio natural e seus ecossistemas, bem como reordenou as regras de produção do espaço geográfico na região integrada pelo rio Xingu e Transamazônica.

A abordagem histórica que se constrói a partir da década de 2015, período de consolidação do lago artificial construído como reservatório da UHE Belo Monte, aponta para uma nova fase de apropriação do recurso natural hidrológico do rio Xingu, ao mesmo instante de caráter monopolista e destrutivista, uma lógica científico-tecnológica de uso do território, por parte do capital hegemônico-monopolista das grandes construtoras nacionais e seus devidos bancos financiadores, beneficiados diretamente em instância superior na acumulação de capital, gerada no processo, em parceria com o governo nacional. Cria-se assim, uma Superestrutura resultado do casamento indissociável entre o Estado e o sistema capitalista nacional subserviente ao internacional.

Na medida em que – por tratar-se de *espaço banal* condutor de distintas ações político-econômicas, mas comuns – o uso do território contraditoriamente também se materializa enquanto recurso operacionalizado para geração unicamente de riqueza concentrada pela burguesia capitalista, caso da estruturação do objeto técnico UHE Belo Monte e seus acionistas. Assim sendo, esse *processo*: “[...] definido como uma ação contínua desenvolve-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança” (SANTOS, 2014, p. 69); resulta nas disparidades entre o uso sustentável do território como abrigo da vida para os pescadores-ribeirinhos em oposição ao uso forçado, que os agentes capitalistas envolvidos na administração do objeto técnico UHE Belo Monte fazem do território quantitativamente vinculado à ideia de recurso como fonte da geração de cada vez mais riqueza.

CAPÍTULO III – O ESTRANHAMENTO AO NOVO

“O presente é o real, o atual que se esvai; e sobre ele, como sobre o passado, não temos qualquer força. O futuro é que constitui o domínio da vontade e é sobre ele que devemos centrar o nosso esforço, de modo a tornar possível e eficaz a nossa ação” (SANTOS, 2014a, p. 94).

As formas-conteúdos, como os sistemas de objetos técnicos-tecnológicos implantados na Amazônia, nas últimas décadas (BR-230 Transamazônica e UHE Belo Monte – contexto do município de Altamira-PA), são inseridas nos territórios e junto com sua presença reorganizam toda a dinâmica de produção do espaço geográfico (amazônico). Para o local da dinâmica típica do lugar, essas estruturas chegam como novidade, como *coisa* desconhecida, mas que promete desenvolvimento e novidades inovadoras, velando a real intencionalidade agregada ao seu conteúdo, utiliza-se de um discurso de geração de possibilidade para “maquiar” sua funcionalidade política. “*Ontem*, o homem se comunicava com o seu pedaço da natureza praticamente sem mediação; *hoje*, a própria definição do que é esse entorno, próximo ou distante, o Local ou o Mundo, é cheia de mistérios” (SANTOS, 2013, p.20. *Grifos do autor*).

Nesse sentido, o espaço geográfico é o produto direto do conflito combinado e cooperado entre o *novo* e o *velho*, tempos espaciais, “[...] se encontram ambos, permanentemente, em estado de mudança, que é dialética”. Mesmo sendo contraditórios, apresentam funcionalidade complementar e conjunta, porém com combinações que tendem a variar segundo a dinâmica dos lugares. Ao *novo* atribui-se o cenário das inovações científicas e tecnológicas, sendo que, ao *velho* está contida a dimensão das relações sociais, da massa do povo, o domínio das forças produtivas que permanecem ou permaneceram ao logo do tempo (SANTOS, 2014, p. 106).

Nesse “campo” de forças entre velhas e novas formas-conteúdos há a ocorrência da contradição entre o externo, ação de intencionalidade exógena sem necessariamente ser do exterior, e interno enquanto “*internalização* do externo” (SANTOS, 2014). Ainda mais no contexto global de mundialização da economia capitalista, onde as técnicas são cada vez mais importadas dos países de primeiro mundo portadores de capital tecnológico avançado. Aos fatores externos, as forças intencionalmente demandadas de “fora”, cabe sempre a responsabilidade de colaborar com a satisfação das vontades estrangeiras, na medida em que tais necessidades exógenas nem sempre compactuam com as demandas internas do local.

Essas forças ocorrem em dialética única ao co-relacionarem-se em um jogo de

contradições entre o velho e o inovado, a novidade, que, ao ser inserida em determinada realidade, não necessariamente copactua com as demandas do local de sua materialização. Sobre o contexto da comunidade ribeirinha de Boa Esperança, o novo chegou com certo teor de mudança, de transformação de fato, isso devido ao fato de a atual apropriação capitalista do espaço geográfico, produzido pela dinâmica de fluxo do rio Xingu, fluxo econômico e cultural, ser remetida ao patamar de mais um dentre muitos recursos para geração capitalista de riqueza que, ao apropriar-se do rio, transformando-o em lago artificial reservatório, modifica a funcionalidade dessa materialidade que deixa de servir como base para a vida e passar servir de base para a geração de lucro. Inovações surgem no espaço geográfico como possibilidade de eficiência e, de acordo com a produção capitalista *do* e *no* espaço, coabitam e atribuem novas funcionalidades a velhas formas que já preexistem no espaço.

3.1. Novas verticalidades no cotidiano da comunidade ribeirinha de Boa Esperança.

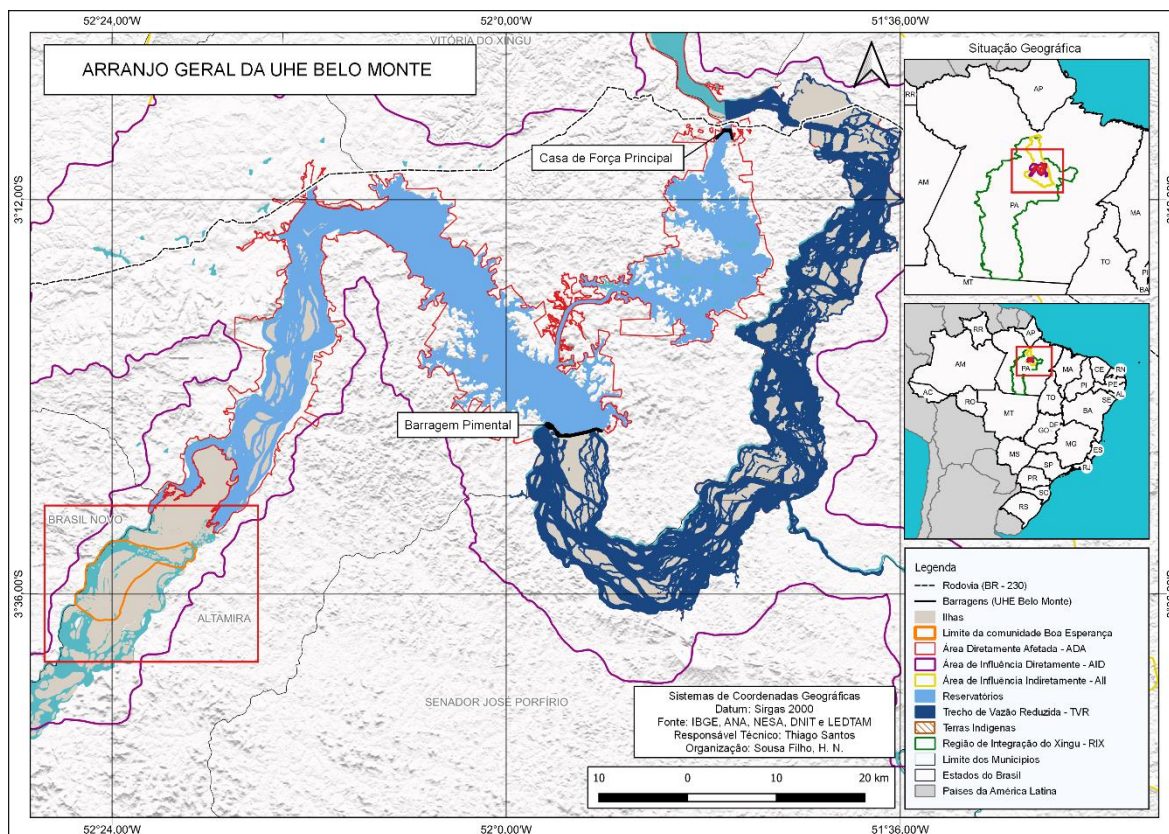
A produção do espaço geográfico é caracterizada por um conflito entre diferentes dimensões temporais de ações e intencionalidades, essa batalha entre diferente intencionalidade é a marca símbolo da escala geográfica, atrelada ao caráter relacional que a dinâmica espacial apresenta. Nessa perspectiva, o espaço geográfico demanda de uma série de ações que se inter-relacionam diretamente ligadas a determinadas dimensões datadas de diferentes temporalidades, como pedaços de tempo, que influenciam e pelo espaço geográfico são influenciados. Essa noção de escala aponta uma demanda que apresenta, diretamente, a força transtemporal que age no movimento do espaço.

Nesse sentido, a transformação do espaço correspondente ao ambiente das águas do rio Xingu, em seu médio curso, em mercadoria, está significada na nova função que o empreendimento atribui a esse objeto natural. Historicamente, o rio tem sido utilizado, pelas populações originárias e tradicionais da região, como possibilidade de realização das atividades de trabalho e da construção das vivências no lugar, porém, na atual história de chegada dos “grandes objetos” para a região, houve uma repentina modificação das estruturas de maneira geral. Não mais como fonte de trabalho e vida para o povo, pois, o espaço geográfico correspondente e vinculado à dinâmica das águas claras e esverdeadas do rio Xingu foi funcionalmente modificado passando, depois de apropriado pelo empreendimento capitalista e seu complexo sistema de engenharia personificado no objeto técnico UHE Belo Monte, a exercer função de recurso em disponibilidade para “matar a

sede” de lucro dos acionistas ligados à obra.

A espacialização de todo esse contexto de modificação e influência do grande empreendimento, sobre a região integrada pela bacia hidrográfica do rio Xingu, como se discute, pode ser representada no arranjo geral da UHE Belo Monte apresentado a seguir (na Figura 20):

Figura 20 – Arranjo geral da zona de influência do objeto técnico UHE Belo Monte.



Fonte: SOUSA FILHO, H. N.; LEDTAM, 2022.

Toda essa sucessiva (re) organização espacial moderna que atinge a região, e de cujo capitalista trazida pelas políticas territoriais do Brasil pós 1970, interferem em diferentes condicionantes ao cotidiano que a comunidade ribeirinha de Boa Esperança vivencia, tais *intencionalidades* precisam ser compreendidas como (novas) *verticalidades*, que influenciam diretamente nas relações sociais e na estruturação do trabalho pelos sujeitos da comunidade. Porém, seria uma traição ao exercício geográfico de captura cognitiva da realidade ressaltar o debate a respeito da ideia de verticalidades, atreladas à dinâmica de produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança, sem antes dispor de uma evocação ao problema da escala geográfica no exercício de apreensão do

espaço geográfico estudado.

Dito isto, pois, algo que é vertical referente a ideias e ações – das *intencionalidades* – conjugadas em *verticalidades* reflete uma conjunção de forças exógenas ao local de materialização da contradição dialética, que é o espaço total como um todo dinâmico e relacional. Por ser a escala “[...] um limite e um conteúdo, que estão sempre mudando, ao sabor das variáveis dinâmicas, as quais decidem sobre o acontecer regional ou local” (SANTOS, 2017, p. 151).

Esse jogo de *interações* entre distintas *intenções* é próprio da escala geográfica!

Por conseguinte, se tomarmos o espaço geográfico enquanto um continuum conjunto de ações inter-relacionando-se entre si, faz-se necessária a reflexão de perspectiva multiescalar do espaço, pois seus conflitos de diferentes interesses envolvidos na ação política cotidiana são mediados pelas ideias que se apresentam em configuração multifacetada de poderes expressos *em e de* diferentes contextos (global, nacional, regional, local e do corpo). Sendo que, “qualquer que seja a escala, quanto mais variada e complexa for a sociedade, maior será a diferença entre as necessidades dos grupos e das classes sociais e de cada território ocupado por eles”, o que requer certa flexibilidade no exercício de análise das diferentes localizações desses grupos sociais no espaço (CASTRO, 2005, p. 41).

Fica, portanto, a cargo da escala geográfica – diferentemente da escala cartográfica tida “como uma fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas de sua representação gráfica” (CASTRO, 2006, p. 117) – a função de “artifício metodológico” capaz de indicar o significado de certos “recortes territoriais”, mediando a análise da interação de determinada problemática, expressa em diferentes recortes espaço-temporais. “A escala é, portanto o artifício analítico que dá visibilidade ao real”, às reais intenções, bem como seu conflito direto, que animam o espaço (CASTRO, 2006, p. 133).

Em Racine, Raffestin e Ruffy (1983, p. 124), sobre a escala cartográfica e sua diferenciação da escala geográfica, notamos que a “escala cartográfica exprime a representação do espaço como ‘forma geométrica’, enquanto a escala que poderíamos e, sob muitos aspectos, deveríamos qualificar de geográfica, exprime a representação da relação que as sociedades mantêm com esta ‘forma geométrica’”.

Iná de Castro (2006) ressalta sobre o problema da escala assinalando para sua:

[...] realidade de um termo polissêmico que significa na geografia tanto a fração de divisão de uma superfície representada, como também um indicador do tamanho do espaço considerado, neste caso uma classificação das ordens de

grandeza; em algumas disciplinas específicas, muitas outras significações remetem ao sentido de medida do fenômeno. [...] uma régua de valores crescentes e proporcionais [...]. [...] O problema do tamanho é, na realidade, intrínseco à análise espacial e os recortes escolhidos são aqueles dos fenômenos que são privilegiados por ela. Na geografia humana os recortes utilizados têm sido o lugar (e seus diversos desdobramentos – cidade, bairro, rua, aldeia etc.), a região, a nação e o mundo. (p. 119-121).

A escala geográfica é a dimensão *miserável* necessária, inseparável da “ação e do poder”, para percepção da complexidade da dinâmica de um dado espaço e suas distintas configurações territoriais. *Miserável* se levamos como primeira consideração a infinita complexidade que dada realidade socioespacial apresenta, visto a impossibilidade de sua percepção de forma total, mas capaz de construir certa apreensão da totalidade do território mediante análise do conflito relacional de poderes atuantes, dentre esferas de diferentes contextos. Há “[...] um filtro que *empobrece* a realidade, mas que preserva aquilo que é pertinente em relação a uma dada intenção. [...] É um recorte no interior de um combinatório. [...]” (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983, p. 128-129).

É tal que a escala, assim como define Castro (2006, p. 136),

[...] é a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida, é uma forma de dar-lhe uma figuração, uma representação, um ponto de vista que modifica a percepção mesma da natureza deste espaço, e, finalmente, um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem o espaço observado. As escalas, portanto, definem modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadoras e não uma progressão linear de medidas de aproximação sucessivas.

Nesse viés, a dimensão geográfica espacializante é responsável por apreender a correlação entre as ações dos poderes territorializados no espaço; a escala geográfica, então se torna recurso de mediação analítica de compreensão da complexidade do contexto de apropriação do rio Xingu, enquanto base de produção de espaços geográficos distintos. Flexivelmente, tal suporte epistemológico permite a construção – no processo de saturação de determinada realidade concreta – do relacional no espaço geográfico, mediante um olhar aos conflitos de intencionalidades, ou seja, da essência relacional expressa em diferentes *recortes* espaço-temporais, e não apenas geométricos.

E por que relacionar a ideia de *verticalidade* à reconfiguração espacial vivenciada atualmente pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança?

Pelo fato de que as novas relações vivenciadas *na* e *pela* comunidade, como movimento de formação da história do presente, não serem tipicamente demandas *da*

comunidade, não são de caráter global de organização produtiva capitalista. Nessa situação “os vetores de modernização são entrópicos”, ou seja, dissolvem certo caos sistêmico organizado a vontade do sistema ecocômico-produtivo global, pelo fato de o espaço geográfico servir como mediação das atividades de produção do capital... e, cada vez menos, do homem.

A respeito dessa explanação, Milton Santos, ao discutir as questões políticas das *verticalidades* e *horizontalidades*, corrobora em mesmo sentido ao abordar o fato de que:

Nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical – seria melhor falar de unificação – está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas. (SANTOS, 2017, p. 287).

A questão em si é a das demandas de utilização do espaço geográfico amazônico, e seus mais diversificados recursos, por agentes hegemônicos em oposição aos contra-hegemônicos. O embate é produzido de maneira complexa pela disputa – e por ser conflitante, logo, é territorial – de interesses que em conflitualidade constroem espaços geográficos, multidimensional e multiescalar. Embate este que se acredita estar refletido nitidamente nos diferentes modos de (o)usar a/na Amazônia, como oposição de desejos exógenos/exterores aos endógenos/locais-regionais; em leitura geográfica, correspondendo ao embate recorrente da disputa entre diferentes lógicas de apropriação político-funcional do espaço geográfico amazônico. Sobre tal pensamento Becker (2005, p. 72) comenta que:

Com as resistências regionais, os conflitos na região alcançam um patamar mais elevado. Não se trata mais apenas de conflito pela terra; é o conflito de uma região em relação às demandas externas. Esses conflitos de interesse, assim como as ações deles decorrentes contribuem para manter imagens obsoletas sobre a região, dificultando a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento. [...] Para que se possa mudar esse padrão de desenvolvimento é necessário entender os diferentes projetos geopolíticos e seus atores, que estão na base dos conflitos, para tentar encontrar modos de compatibilizar o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais e a inclusão social.

Ao cartografar essa reflexão, apreende-se que a produção do espaço amazônico correspondente aos domínios da comunidade de Boa Esperança é, em si, um mosaico conjunto da junção entre as distintas ações que animam o espaço, sendo oriundas de instância *global*, de lógica capitalista em si como organizadora das políticas de mercado; de estrutura *nacional* que, por força do caráter neoliberal da economia, tende a replicar as demandas

internacionais do capital financeiro mundializado, mas que se relaciona com a instância *regional* de ações voltadas à projeção de políticas públicas governamentais de ordenamento territorial, organizadas logisticamente e evocadas pelo governo federal, como no caso das políticas de desenvolvimento para a Amazônia (SUDAM, SPVEA, ADA, entre outras). Ao *local* resta comportar a materialização da contradição imposta pelo desenvolvimento desigual e combinado do sistema econômico capitalista, pois a contradição oriunda da produção capitalista do espaço é materializada no *corpo*, e por atingir a vida humana está ligada aos efeitos das vivências e experiências de cada *lugar*.

Para a comunidade ribeirinha de Boa Esperança essa inter-relação entre ações de distintas intencionalidades, internas e/ou externas, se transmuta no fato de a comunidade vivenciar os efeitos diretos de vontades que não são próprias de seu cotidiano, como o caso de não serem beneficiados, nem mesmo utilizar da energia elétrica produzida pela UHE Belo Monte, na medida em que são prejudicados diretos pela instalação desse grande empreendimento (rever discussão no capítulo 2 da dissertação). Diferentemente da lógica capitalista empenhada pelo empreendedor, que visa o lucro em detrimento da utilização do espaço e suas possibilidades como recursos, o rio como espaço para a comunidade de Boa Esperança é significado de vida e prosperidade, lugar de repouso e experiências com a terra. Lógica esta que apresenta certa disparidade em relação às intencionalidades de uso do mesmo espaço geográfico como recurso, como meio de geração de riqueza e acúmulo de lucro, como prega a lógica de mercado imposta pelo sistema capitalista de produção que retoma este mesmo espaço como uma mercadoria.

3.2. A significação do território usado.

Portanto, por tratar-se de ser *espaço banal* condutor de distintas ações político-econômicas, mas comuns, o território usado contraditoriamente materializa-se enquanto recurso operacionalizado para geração unicamente de riqueza, concentrada pela burguesia capitalista. O caso aqui discutido é o da territorialização do modo capitalista de produção propulsor do objeto técnico UHE Belo Monte, elemento-fator na dinâmica de disputa entre territorialidades distintas na Amazônia altamirense, como os ribeirinhos da comunidade de Boa Esperança, localizada na região do rio Xingu situada à montante do lago reservatório da barragem (rever Figura 20), em oposição ao então consolidado reservatório parte da estruturação do objeto técnico UHE Belo Monte a partir de 2015. Fator que a cada dia tem

impossibilitado, progressivamente, a viabilidade de uso das águas do Xingu por parte deste povo ribeirinho que tradicionalmente, desde fins do século XIX, ocupa a região com emprego de modo de vida extrativista, hoje ameaçado pelas consequências ocasionadas pelo barramento do rio que a usina provocou.

Milton Santos (2000) apresenta a ideia de ser o espaço geográfico sinônimo de *território usado*, por atores hegemônicos e hegemonzados. Capitalistas em disputa com não capitalistas; entre patrões e empregados, entre as empresas e o povo, a contrapartida da luta pela defesa do território frente àqueles que o espoliam para gerar cada vez mais e mais recursos e riquezas. Uma oposição entre a apropriação do espaço enquanto valor de troca em contradição a, na maioria das vezes, então, já existente apropriação do espaço geográfico como valor de uso, que geralmente defronta o novo.

Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. Por outro lado, as situações resultantes nos possibilitam, a cada momento, entender que se faz mister considerar o comportamento de todos os homens, instituições, capitais e firmas. Os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando levando a uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonzados. Dessa combinação temos o arranjo singular dos lugares. [...] Os atores hegemonzados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade. (SANTOS, 2000, p. 108).

Dessa forma, realizar uma leitura voltada para a compreensão da dinâmica do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança, seria o equivalente a refletir sobre o fato de a comunidade, que a mais de um século tem suas “raízes” fincadas no ambiente do Xingu, deparar-se, atualmente, com a impossibilidade de habitação das ilhas e de utilização do rio, devido à irregularidade trazida pela instalação do empreendimento de barramento do rio na região. A lógica de utilização do espaço relacionado à bacia hidrográfica do rio Xingu (com seus ecossistemas e sociedades), a de construção do território usado propriamente, é revertida à vontade de beneficiar os grandes acionistas e as empreiteiras associadas ao capital que está ligado aos investimentos efetuados sobre a construção da barragem. De imediato, o rio deixa de servir como base das relações de trabalho do pescador e ribeirinho, passando à funcionalidade de recurso, em disponibilidade livre para a dinâmica global-nacional de mercado, surgindo como base de geração de riqueza e lucro; atribui-se ao rio Xingu certo

valor de troca e torna-lhe mercadoria.

Para o *uso* do território enquanto recurso, os atores hegemônicos se apropriam de todo um suporte técnico-científico global para realizar suas particularidades de forma acelerada e desigual. Enquanto que os sujeitos do lugar *usam* deste mesmo território como um abrigo para tentarem sobreviver a partir do emprego de suas tradicionais policulturas e práticas extrativistas. E é exatamente nesta história, ou melhor, contexto espacial-histórico de contrapontos que a fronteira materializa-se pelo confronto de diferentes formas técnicas de produção funcional dos territórios.

Essa idéia de território usado [...] pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se o tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto – e a expressão de novo é de François Perroux – como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos. [...] (SANTOS, 1999, p. 19).

No caso do pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança, exemplificando melhor o processo, até então, apresentado como disparidade entre as lógicas de uso do espaço, deve-se mencionar que tal fenômeno não se entende apenas como perda do direito ao espaço que habitam essas pessoas tradicionalmente, mas também pelo fato de não viverem mais um estado ancestral de bem estar recíproco com a natureza, dadas as atuais dificuldades advindas, conforme relatam os ribeirinhos, após construção da UHE Belo Monte e o barramento do rio. Contudo, entende-se, a priori, que a essência da problemática está contida no fato desses sujeitos ribeirinhos encontrarem-se hoje em um contexto fragilizado e conflituoso, estado de propagação da violência contra direitos básicos desse povo, como o direito de habitação. Elementos que levaram esta pesquisa a conduzir uma análise total da realidade concreta de modificação do espaço geográfico amazônico, com visão empenhada em apreender a forma-conteúdo dos diferentes modos de produção (ver figura 21) atrelados à dinâmica de apropriação do espaço na região do rio Xingu. Um exercício de análise da totalidade, ou melhor, em objetividade, apreendendo as faces do conflito entre os diferentes modos de produção que se apropriam do espaço geográfico amazônico para (e a partir de) seu uso.

Figura 21 – Comparativo entre as diferentes lógicas de utilização do rio Xingu.



Fonte: LEDTAM, 2021.

Assim, o território usado para construção desta reflexão entende-se enquanto base comum da vida, “[...] mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado [...]” (SANTOS, 2002, p. 16), que tem sua materialização no processo de apropriação do espaço pela sociedade, determinado por diferentes sistemas econômicos que apresentam-se no domínio de dado espaço geográfico. Mas, são também os símbolos da vida significados na experiência vivida em *lugar*, os conflitos ocasionados por interesses divergentes, relacional por natureza e é fruto da relação entre sociedade e espaço, não podendo ser apreendido apenas como chão, palco ou área, mas também, e sobretudo, enquanto materialização de relações de *poder* através da apropriação do espaço.

3.3. Configuração territorial da comunidade ribeirinha de Boa Esperança.

A configuração territorial é a relação de apropriação do espaço mais a própria matéria trabalhada pelas relações de trabalho que insidem no espaço geográfico, objetos e coisas em si, os naturais e artificiais. As transformações (ou novas verticalidades) que reconfiguram o território usado na região do município de Altamira, ou seja, nesse espaço geográfico como um todo, implicam em novas relações de trabalho para a comunidade de Boa Esperança. Tais implicações resultam do fato desta comunidade ter sua dinâmica de configuração espacial alterada pelo ordenamento vertical imposto pelas normas do sistema de objetos técnicos que se apresenta instalado no local.

Essa comunidade de pescadores-ribeirinhos apresenta dinâmica de trabalho historicamente atrelada a práticas de extrativismo animal e vegetal, ocupando seu tempo com

atividades de trabalho ligadas à extração e coleta diretamente daquilo que o meio natural dispõe: extração de látex, da pele do gato, da castanha-do-pará, da piscosidade do rio, das ervas medicinais e madeiras para moradia disponíveis na floresta, além de animais que, caçados, servem de alimentação. São todas ocupações cotidianas que configuram a rotina do pescador-ribeirinho de Boa Esperança. Porém, essa estrutura de trabalho do ribeirinho tem sido modificada com a influência direta das ações que são exógenas às necessidades do seu cotidiano, pois suas ambições não envolvem a utilização do rio Xingu como objeto natural que serve de recurso disponível a ser super-explorado economicamente, mas sim o tem enquanto espaço de realização da vida.

A comunidade aponta que grandes modificações do espaço, no qual a referida comunidade habita, foram apresentando-se ao longo dos últimos anos advindas, acredita-se, com a concretização do lago artificial reservatório da UHE Belo Monte, a partir do ano de 2015. Dentre tais modificações estão presentes a falta de correnteza do rio (que foi transformado em lago após seu barramento), elevado aquecimento da temperatura da água e maior retenção de dejetos, lama e lodo, chegando a prejudicar diretamente a sobrevivência da ictiofauna (animais aquáticos) típica da região, como o caso da diminuição e até mesmo do desaparecimento de algumas espécies de pescado, tais como: Surubim, Tucunaré, Pescada e Matrinhã.

Em relatos de entrevistas, os pescadores-ribeirinhos mencionam que antes era possível a captura de até 200 kg de peixe na semana de pesca, porém hoje, após a concretização do lago e o pleno funcionamento da UHE Belo Monte, a pesca já não soma enquanto atividade financeira, ficando apenas como prática corriqueira voltada ao consumo familiar, quando possível. Dessa forma, a comunidade tem sua essência modificada na totalidade do processo, uma vez que a nova realidade socioespacial, empregada na região, diverge das necessidades locais, escapando ao desejo das demandas globais alinhadas à unicidade técnica do capitalismo vigente, cujos efeitos de sua territorialização são sentidos pelos sujeitos que do lugar dependem.

Vejamos na entrevista a seguir as consequências do barramento do rio Xingu sobre o ambiente habitado pela comunidade, conforme relata pescadora-ribeirinha:

Toda espécie diminuiu, pega, mas é pouco. Tem dias que vai pescar e não pega nem para comer. Antes pegava tucunaré de 2 a 4 kg e hoje não dá nem um quilo. A pescada também, Matrinhã sumiu do mapa. Quando pega são pequenos. Curimatá, tucunaré, pacu, pescada, surubim. Diminuiu e muito a quantidade e tamanho de peixe que pesca. Antes os peixes eram maiores, mas agora não pega

nada, só lodo na malhadeira. Aumentou os pescadores e sumiu os peixes. Acabou as cachoeiras, até aqui nos Araras. Pacu de seringa (diminuiu). Piranha, Matrinchá (sumiu). (Pescadora-ribeirinha Acari Zebra, 2020).

Ao utilizar o rio Xingu como capital-recurso, o empreendimento hidrelétrico de Belo Monte dificulta a atividade pesqueira, não apenas para os moradores da comunidade de Boa Esperança (como relatado no trecho de entrevista), mas também para outros sujeitos pertencentes a outros povos que habitam a região ameaçada de ocorrência do fim da pesca artesanal, dado reordenamento compulsório que a instalação do lago provocou sobre o ambiente da Volta Grande do Xingu e suas zonas de influência. Fator que corrobora em determinada reorganização do espaço geográfico no âmbito da comunidade, que passa a ter suas relações de trabalho com a pesca artesanal limitadas por influência da modificação que a instalação desse objeto técnico tem causado.

Tanto o atual cenário de reorganização do espaço na região do município de Altamira, após a inserção da UHE Belo Monte no território de influência do município, o que tem transformado a relação dos sujeitos do lugar com seu meio natural; quanto, datado de um período anterior, existe o fato de a influência que a abertura da BR-230 Transamazônica insidiosa sobre a comunidade. Fato que ocorreu a partir do processo de abertura da frente de exploração e devastação da Floresta Amazônica, a partir da década de 1970, para ocupação agropecuária, situação que, desde então, tem limitado a utilização das florestas de arredores da comunidade, por parte dos ribeirinhos, para atividades de extrativismo.

O lugar da região Amazônica na divisão territorial do trabalho é referenciado globalmente como o de suporte de recursos naturais e mineralógicos disponíveis para o mundo, além de a região ser vista como fonte hidrológica do mundo. No entanto, as políticas de organização de produção no espaço amazônico difundem práticas de superexploração e deterioração das sociobiodiversidades amazônicas, pelo fato de as atuais frentes de exploração de recursos, que estão distribuídas na região, não disporem de vínculo com o lugar. Fator que reverbera na não verificação dos prejuízos socioambientais que os grandes empreendimentos econômicos deflagram a partir do processo de utilização dos recursos de maneira a não respeitar, de fato, o tempo da Natureza.

Para quem realmente se autoreconhece amazônica, como o povo da comunidade ribeirinha de Boa Esperança, as relações de trabalho, próprias da diferenciação espacial que o lugar da Amazônia apresenta, são de cunho saudoso às demandas que a Natureza exhibe. Com respeito aos tempos da Natureza, aos tempos de oferta de suas benéncias, não

sobrepondo sua vontade à própria do meio natural, mas, toda vida, vivendo em comunhão e relação íntima com o ambiente natural que o circunda. Há certo teor de reciprocidade entre o sujeito ribeirinho e às paisagens que ele habita, como se de fato este ser amazônida se apresentasse como parte intrínseca do meio em unidade total, fazendo com que a configuração territorial construída pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança, no rio Xingu-Altamira-Pará, apresente-se alinhada ao trabalho de manejo e extração dos produtos naturais da Floresta Equatorial Amazônica e do rio Xingu, além do cultivo de policulturas nas zonas férteis do “beiradão” do rio.

Para o pensamento geográfico miltoniano, a configuração territorial é o conjunto de elementos artificiais e naturais que fisicamente caracterizam uma área juntamente com as relações que constroem o território em si. É “o território mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem”. Ela, a área, é sempre um sistema, uma totalidade inerte, é um todo, conjunto total e integral, “de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível”. Nessa totalidade o conjunto de fixos, tanto os naturais quanto os artificiais, tendem à formação de sistemas de engenharia fixados no ambiente (SANTOS, 2014a, p. 83-85).

Cabe salientar que a representação espacial dos sistemas de objetos técnicos *na e para* a comunidade ribeirinha de Boa Esperança corrobora em estranhamento a estrutura de engenharia que efetua certa modificação do ambiente, e na medida em que reconfigura a dinâmica espacial correspondente ao territorial integrado pelo rio Xingu. Esse estranhamento ocorre justamente pelo fato de as demandas do empreendimento, seu sentido de uso do rio e seu espaço de influência, divergirem das necessidades próprias do local, próprias do lugar, de fato. A exploração do rio enquanto recurso, executada pelas necessidades do empreendimento, fazem com que as vontades endógenas sejam esfaceladas frente à aquisição de lucro em detrimento da natureza.

[...] A tendência a uma interdependência maior é acompanhada de maior diversificação e expansão dos objetos técnicos no espaço. Ao mesmo tempo em que as atividades capitalistas vão aumentando a sua presença no território, o oposto se dá com os espaços indiferenciados. [...] Na sua evolução os sistemas de engenharia levam também de uma divisão de trabalho local simples a uma cooperação geograficamente estendida e complexa, de poucas a muitas intermediações, com o uso de técnicas cada vez mais estranhas ao grupo [...] (SANTOS, 2014a, p. 89).

O grande objeto técnico da UHE Belo Monte apresenta intencionalidade oposta ao modo de trabalho empregado pelo pescador-ribeirinho, pelo fato de sua condição de

utilização do rio estar atrelada à funcionalidade deste enquanto recurso, ou seja, utilizar-se desse elemento da paisagem como um meio de geração de riqueza capitalizada. Fato que acarreta transformações diretas nas condições de trabalho da comunidade ribeirinha de Boa Esperança, devido ao impacto socioambiental que o barramento do rio Xingu, por parte do sistema de engenharia da UHE Belo Monte, tem causado nas populações locais, uma vez que a implantação desse empreendimento reassentou várias famílias e modificou o interior das estruturas locais, política e economicamente, através do arrendamento direto das vontades que pudessem soar contrárias, antes mesmo que estas pudessem atentar-se da realidade concreta essencial.

Por conseguinte, o pescador-ribeirinho, diante das atuais dificuldades em realizar as atividades de pesca artesanal, para sustento familiar, tem reforçado as atividades de agricultura como o roçado de pequeno porte (conferir Figura 22), atividade de trabalho que sempre acompanhou o ribeirinho em seu inventário cotidiano de ocupações diárias. Entretanto, uma vez sem opção para atuar na pesca devido à modificação da ictiofauna na região do médio curso do rio Xingu, a atividade agrícola de policultura passou a se sobrepor como fundamental para a sobrevivência das famílias. Esse processo origina determinada ressignificação do trabalho ribeirinho na comunidade, tendo em vista que esta tem suas referências com o rio modificadas compulsoriamente após o barramento do rio, que passou a deixar de “ter vida”, como pronunciado repetidas vezes pelos moradores da comunidade em diálogos de entrevistas.

Figura 22 – Preparo da terra, feito por pescador-ribeirinho na comunidade de Boa Esperança para “botar” roça de mandioca.



Fonte: SOUSA FILHO, H. N.; LEDTAM, setembro 2021.

Muitos ribeirinhos relatam também que dependem da aposentadoria como renda fundamental para garantir o sustento mínimo da família que geralmente conta com mais de um aposentado. Dessa maneira, é perceptível que a aposentadoria, adquirida via governo federal, surge como alternativa de renda, tendo em vista que muitos trabalhadores precisaram abdicar da pesca artesanal, que não dá mais lucro, como atividade de trabalho. Dessa forma, não é possível deixar de notar que os moradores da comunidade apresentam-se, em seus próprios dizeres, muitas vezes “nas mãos do INSS” para sobrevivência e sustento familiar.

Secularmente, o roçado de mandioca tem sido fonte de sustento garantindo na dieta básica do ribeirinho da comunidade de Boa Esperança, sendo a produção de farinha importante atividade de trabalho para garantir a base alimentar por muitos meses. Para não dependerem muito “das coisas da rua”, como alguns alimentos básicos, os moradores da comunidade escolhem produzir em excesso para estocagem, na premissa de se garantir por alguns meses com relação à alimentação própria. Essa estratégia pode ser verificada no caso da produção e estocagem de farinha, que é realizada anualmente, como forma de se precaver de eventualidades, caso as dificuldades venham à tona em algum momento. Essas técnicas

de produção de farinha realizadas no âmbito da comunidade podem ser visualizadas a seguir (na Figura 23):

Figura 23 – Torrador e Prensa: tradicionais técnicas da produção de farinha.

Fonte: SOUSA FILHO, H. N.; setembro 2021.



Durante as investigações empíricas, pôde-se observar também que alguns moradores da comunidade têm investido no plantio de cacau (*Theobroma cacao*) como atividade rentável, a fim de obter algum lucro com a venda das amêndoas após serem secas. A produção (conferir a Figura 24) e comercialização do cacau, enquanto produto cerealista, surge como possibilidade de obtenção de renda por alguns dos ribeirinhos que moram nos domínios da comunidade. Entretanto, é preciso ressaltar o fato de a comunidade habitar, próximo a uma zona de forte influência do comércio do cacau, situada, nos arredores do município de Medicilândia, um dos maiores produtores e fornecedores do mundo, e que detém, atualmente, o título de Capital Nacional do Cacau.

Figura 24 – Roça de cacau (*Theobroma cacao*) cultivada por pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança.



Fonte: LEDTAM, setembro 2021.

Assim, essas atividades de trabalho são tidas enquanto ações estratégicas para sobreviver mediante as recentes dificuldades, apontadas pelos moradores da comunidade com relação à impossibilidade de realização da pesca artesanal, que foram geradas e emergiram no território após a instalação do grande objeto UHE Belo Monte. São impasses advindos com a chegada das demandas verticais impostas pela ordem capitalista global ao lugar que, por sua vez, como se pôde notar, apresenta re-existência ao não desvirtuar seu significado cotidiano do labor de tradicionais práticas herdadas de temporalidades ancestrais. Um povo que mantém a produção do espaço geográfico ribeirinho de ocupação do “beiradão” do rio Xingu, nas zonas possíveis de produção de roçado que tornam possível a continuidade da vida, re-existindo ao processo de territorialização das práticas capitalistas de produção na Amazônia. Mesmo com os impeditivos constantes que afetam a possibilidade de habitação dos ribeirinhos, estes não abdicam de seu espaço de vivência nas margens do rio Xingu, não deixam de produzir o seu futuro um dia após o outro, lutando contra todas as possíveis contradições que a sociedade capitalista possa disseminar sobre seus caminhos.

QUESTÕES A SEREM CONSIDERADAS

De maneira geral a presente pesquisa compreende o processo de produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança, através da análise dos aspectos da paisagem no cotidiano da comunidade, bem como das alterações advindas com o reordenamento compulsório que o meio ambiente – banhado pela bacia hidrográfica fluvial do Xingu no seu trecho das terras do meio – recebeu com a intervenção de grandes objetos técnicos na região. Dispondo de certa reflexão, por conseguinte, às atuais condições de trabalho que atribuem funcionalidade a (re)configuração territorial funcionalizada pelo pescador-ribeirinho.

Assim, pôde-se compreender que a comunidade de Boa Esperança possui sua formação espacial-histórica tradicionalmente vinculada a uma dinâmica espacial que é resultado decorrente da junção entre ações de elementos de ordem social mais às de influência das condições físico-naturais de seu entorno. Uma simbiose de injunções globais-regionais-locais que, relacionalmente, influenciaram-se entre si ao tempo em que influenciaram a condição de vida do migrante que viaja para a Amazônia em busca de refúgio contra a falta de perspectiva de futuro. Seria o fato de a comunidade ribeirinha de Boa Esperança ter sua gênese na similitude entre o aumento das demandas do mercado mundial da borracha, ora impulsionados pela queda concomitante da produção de gado e algodão no Nordeste ocorrendo, paralelamente, ao fator de seca que dificultou a ocupação dos sertões do Ceará e Rio Grande do Norte nos anos de 1877, 1878 e 1888.

Mais recentemente os “grandes objetos”, ao territorializarem-se com todo seu complexo sistema de engenharia na Amazônia, acabaram promovendo uma espécie de ação de alienação do espaço, pelo fato de modificarem a estrutura de concepção e uso do espaço correspondente a estrutura fluvial do rio Xingu, objeto diretamente modificado (artificializado) e, por força dessa condição, tem deixado de ter utilidade para os povos da região, que desse elemento do espaço depende sua vida. Dessa forma, foi possível observar que a modificação compulsória, da bacia hidrográfica do rio Xingu, acarretou drásticas alterações na paisagem geográfica analisada, sobretudo no que tange a supressão da cobertura vegetal e a alteração na composição limnológica do rio ocasionada devido à ação de barramento do mesmo para construção do lago reservatório da UHE Belo Monte.

Dessa maneira, a comunidade, uma vez inserida nesse contexto, passa a vivenciar certas dificuldades para continuidade e habitação nas ilhas, uma vez que não foram

reconhecidos e idenizados pelo empreendedor e as devidas estruturas governamentais responsáveis pelo projeto de Belo Monte. Outrora, existe o fato de esse sistema de objetos técnicos possuir intencionalidade de utilização do espaço totalmente oposta ao modo de trabalho empregado pelo pescador-ribeirinho, pelo fato da condição de utilização do rio por parte do empreendimento estar atrelada à funcionalidade elemento natural enquanto recurso, ou seja, utilizar-se desse elemento da paisagem como um meio de geração de riqueza capitalizada. Tal ação acarreta transformações diretas nas condições de trabalho da comunidade ribeirinha de Boa Esperança devido ao impacto socioambiental que o barramento do rio Xingu, por parte do sistema de engenharia da UHE Belo Monte, tem causado nas populações locais da região.

Com efeito, a partir da construção da presente pesquisa pôde-se compreender que a produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança caracteriza-se pela relação do pescador-ribeirinho com o rio Xingu, que é um objeto natural, mas que possui grande carga de significados, estes, simbolicamente entrelaçados à (trans)formação do ser ribeirinho no espaço geográfico. O rio é apropriado simbolicamente por esses sujeitos, como elemento natural que carrega o simbolismo do significado de ser ribeirinho, com estrutura característica do meio natural, mas que corrobora diretamente no sentido de construção da identidade comum da comunidade. Desse modo, o espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança apresenta-se como junção de diferentes tempos. Uma vez superpostos, esses períodos coexistem em um mesmo processo dinâmico de superposição entre diferentes momentos históricos, em acontecer simultâneo, na construção da história do presente vivenciada pelo povo pescador-ribeirinho do médio Xingu.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Dossiê Amazônia brasileira I. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 3-35, 2005.
- ANDRADE, G. O. Furos, paranás e igarapés: análise genética de alguns elementos do sistema potamográfico amazônico. *Revista Geográfica*, v. 22, n. 48, p. 03-36, 1958.
- ARENZ, K. **Filhos e filhas do beiradão**: a formação sócio-histórica dos ribeirinhos da Amazônia. Santarém: Faculdade Integrada do Tapajós, 2000.
- AJARA, C. A (re)valorização do espaço geográfico no contexto de (re)definição de um projeto geopolítico nacional: um foco sobre o confronto de territorialidades na Amazônia brasileira. **Revista brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 49-59, out./dez., 1992.
- ANTUNES, A. P. **Um século de caça comercial na Amazônia**. 2015. 123 f. Tese (Doutorado em Biologia) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, INPA, Manaus, 2015.
- BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C. CORRÊA, R. L. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 271-307.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. São Paulo, **Estudos Avançados**, 2005, p. 71-86.
- BESS, Jean-Marc. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. (tradução de: Vladimir Bartolini). São Paulo: Perspectiva, 2006. (Coleção Estudos).
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Belo Monte vai produzir energia com respeito ao meio ambiente**. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/web/guest/destaques-do-setor-de-energia/belo-monte#wrapper>>. Acessado em: 15 nov. 2021.
- CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, ROBERTO, L. C. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 117-140.
- DAS NEVES BARROS, K. D.; BRABO, M. F.; FERREIRA, A. C. Impactos de usinas hidrelétricas sobre os recursos pesqueiros amazônicos: os casos de Tucuruí e Belo Monte. **Gaia Scientia**, [S. l.], v. 14, n. 4, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1981-1268.2020v14n4.51868. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/gaia/article/view/51868>. Acesso em: 6 ago. 2022.

DE FRANCESCO, A. A.; FREITAS, A.; BAITELLO, C.; GRAÇA, D. S. História de ocupação do beiradão no Médio rio Xingu. In: MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C. **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**: relatório da SBPC. São Paulo: SBPC, 2017, p. 41-65.

FAINGUELERNT, M. B. A trajetória histórica do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 245-264, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC0259R1V1922016>>. Acesso em: abr. 2022.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade (Online)**, v. 16, p. 141-156, 2013.

FURTADO, G.; MANESCHY, M. C. Gens de mer et contraintes sociales: les pêcheurs côtiers de l'état du Pará, nord du Brésil. In: **Colloque national et international – entre terre et mer – sociétés littorales et pluriactivités XV-XX siècles**, 2002, Lorient, França.

GONÇALVES, A. C. O.; CORNETTA, A.; ALVES, F.; BARBOSA, L. J. G. Médio Xingu. In: ALVES, Fábio (Org.). **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: IPEA, 2016. v. 1, p. 199-274.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 2º. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. Tradução livre: Letícia Gianella. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 35, p. 126-152, 1º semestre de 2015.

HÉBETTE, J. Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

HERRERA, J. A. Desenvolvimento capitalista e a produção do espaço agrário amazônico, **GEOSUL (UFSC)**, v. 34, p. 473-499, 2019.

HERRERA, J. A.; SANTANA, N. C. Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorialização e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu. **Geosp** – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 2, p. 250-266, mês. 2016. ISSN 2179-0892. Disponível em: . doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2014.84539>. Acesso em: 15 jan.2022.

HERRERA, J. A.; TEIXEIRA, B. E. S.; SANTOS, L. C. B. A comunidade Boa Esperança, Altamira-PA: interpretações da ordem global no lugar, **InterEspaço**, Grajaú-MA, v. 5, n. 18, p. 1-21, set./dez. 2019.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v 16, n 45, p. 37-61, 2002.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. (tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio). 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LACERDA, F. G. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. 2006. 346 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LEFEBVRE, H. La producción del espacio. **Papers: revista de sociología**, 1974, p. 219-229.

MARIN, R. E. A. Visão histórica da região do Rio Xingu: economia e diversidade étnica. **Papers do NAEA (UFPA)**, v. 1, p. 1-23, 2010.

MARX, K. Introdução à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 239-274.

MARX, K. Prefácio: de Contribuição à crítica da economia política. In: MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução: Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008a, p. 47-52.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATOS, F. ; CALDARELLI, C. E. Liberdade na pele: gateiros e o comércio de “peles de fantasia” no Baixo Xingu (décadas de 1960-1970). **XXIX Simpósio Nacional de História**. 2017. p. 1-16. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>, Acesso em: 18 mai. 2022.

MENDES, A. D. **A invenção da Amazônia**. 3 ed. Belém: Banco da Amazônia, 2006.

MENDES, A. D. **Amazônia: modos de (o)usar**. Manaus: Editora Valer, 2001.

MONTEIRO, M. A.; COELHO, M. C. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém (NAEA/UFPA), v. 7, n. 1, p. 91-122, 2004.

MOREIRA, R. **Mudar para manter exatamente igual: os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

OLIVEIRA, R. D. **Dinâmica de inundação das planícies fluviais do rio Xingu, na região do complexo hidrelétrico de Belo Monte – Altamira-PA**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2017. (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, W. P.; TRINDADE, J. R. B.; MACHADO, N. M. Borracha, nordestino e

floresta: a economia e a sociedade amazônica nos dois ciclos gomíferos. In: **Cadernos CEPEC/UFPA**, v. 1, n° 1, p. 4-35, fev. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/6773/5365>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PEREIRA, G. L. Soldados da borracha: esquecidos ou não lembrados?. **Revista Margens**, Pará, p.19-27, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/3250#:~:text=Eles%20foram%20recrutados%20pelo%20governo,e%20aos%20aliados%20da%20guerra>. Acesso em: 25 mai. 2022.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, C. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia. **Revista brasileira de geografia**, v. 1, n. 1, p. 123-135, 1983.

RENTE NETO, F.; FURTADO, L. G. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [S. l.], v. 24, n. 24, p. 158-182, 2015. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v24i24p158-182. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/97408>. Acesso em: 23 jul. 2022.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. – 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M. *et al.* O papel ativo da Geografia: um manifesto. **XII Encontro Nacional de Geógrafos**, Florianópolis, julho de 2000.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E. E.; MAIA, M. L. **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: NAEA-UFPA, 1995. p.. 13-20.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5 ed. 3 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. 5 ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, M. O retorno do território. In: **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/Annablume, 2002, p. 15-20.

SANTOS, M. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise, **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. A questão: o uso do território. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 19-22.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SIOLI, H. 50 anos de pesquisas em limnologia na Amazônia. **Acta Amazônica**, v. 36, n. 3, p. 287-298, 2006.

SOUSA FILHO, H. N.; PEREIRA DE BRITO, E. Olhares amazônidas em suas paisagens. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 12, n. 1, p. 36–53, 2021. DOI: 10.14393/OREG-v12-n1-2021-59088. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/59088>. Acesso em: 23 jul. 2022.

VALVERDE, O. A Amazônia: o meio ambiente. In: PARÁ. **Secretaria de Estado de Educação**. Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas e temas especiais. 2 ed. Belém: CEJUP, 1992, p. 57-70.

APÊNDICE 01 – Formulário para realização de entrevistas em trabalho de campo.

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA TRABALHO EM CAMPO

DADOS DA PESQUISA			
PESQUISADOR:	Anderson N. de S. Filho		DATA: 19/09/21
MUNICÍPIO:	Altamira		
COMUNIDADE:	de Boa Esperança		
LATITUDE:	S = 03.58020°	LONGITUDE:	W = 052.39957°
NOME DA ILHA:	Ilha Grande	NOME DO CANAL:	Cusoppa Cavallo

DADOS DO INFORMANTE			
NOME DO/A ENTREVISTADO/A:	Terezinha Alves de Souza		
APELIDO:			
PROFISSÃO:	Pescadora	IDADE:	56
ENDEREÇO DE CONTATO NA CIDADE:	Id. I, rua paragem 3 1117		
TELEFONE DE CONTATO NA CIDADE (PARA RECALO):	93991303911		

1 – HISTORICIDADE:

- Quais as origens de sua família?
- Qual motivo da migração?
- Quais as lembranças do cotidiano da comunidade na época da chegada?
- Como eram as relações de trabalho quando chegou na comunidade?

2 – RELAÇÃO COM A PAISAGEM:

- Como você via a paisagem antes da consolidação do grande objeto UHE Belo Monte?
- Quais os elementos da paisagem percebidos nessa época?
- Na sua opinião, com a consolidação do lago da UHE Belo Monte, houve alteração na paisagem cotidiana da comunidade de Boa Esperança?
- Na sua opinião quais as alterações percebidas na paisagem? Quando e o porquê ocorreram?
- Quais os atuais elementos percebidos na paisagem cotidiana da comunidade de Boa Esperança?

→ antes + 70 kg peixe por semana.



+ Praias.



LABORATÓRIO DE ESTUDOS DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA

3 – (RE)CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL:

- Qual sua atividade de trabalho hoje?
- Sua atividade de trabalho sofreu alterações após a consolidação da UHE Belo Monte?
- Quais foram tais alterações que ocorreram em sua atividade de trabalho?
- O que permaneceu como atividade de trabalho do período de formação na comunidade?
- Há dificuldades na sua atividade de trabalho? Quais?

DADOS DO INTERVIEWEADO

NOME DO INTERVIEWEADO	RAÇA	IDADE
SEXO	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO
ENDEREÇO DE CONTATO (C/BADE)	TELEFONE DE CONTATO (C/BADE PARA RICHARD)	

1 - HISTÓRICO (BADE)

- Qual a origem de sua família?
- Qual motivo da migração?
- Qual a história da comunidade de origem no tempo da chegada?
- Como eram as condições de trabalho quando chegou na comunidade?

2 - RELATO COM A PAISAGEM

- Como você viu a paisagem antes da consolidação do grande projeto UHE Belo Monte?
- Quais os elementos da paisagem percebidos nessa época?
- Na sua opinião, com a consolidação do lago da UHE Belo Monte, houve alguma transformação evidente da comunidade de sua origem?
- Por sua opinião, quais as estratégias percebidas no momento (passado e o presente) para lidar com as mudanças percebidas no tempo da consolidação do lago?



APÊNDICE 02 – Termo de autorização para uso de dados, voz e imagem.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE GEOGRAFIA



LABORATÓRIO DE ESTUDOS DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA

Termo de autorização de coleta de dados e uso de imagens em pesquisa

Eu, Hudson N. de Sousa Filho pesquisador (a) do Laboratório de Estudos e Dinâmicas Territoriais da Amazonia (LEDTAM) UFPA, coordenado pelo professor Dr. José Antônio Herrera, solicito o seu consentimento para a participação voluntária para a pesquisa em relação a comunidade Boa Esperança a montante do Xingu com objetivo de analisar os impactos sociais e ambientais da referida comunidade. Esse termo de consentimento autoriza coleta de dados (via questionários, entrevistas, e outros meios de observação) e uso de imagem. Em nenhuma hipótese sua imagem será enviada para quais quer veículo de imprensa. Para voluntariar-se nesta pesquisa é importante que você tenha algumas informações gerais:

1. Sua assinatura implica na concordância em participar da pesquisa.
2. Esse documento está sendo lido para você por alguém de sua confiança e deve ser assinado por você, por mim (autor), pelo leitor de sua confiança e testemunhas.
3. A qualquer momento você pode interromper a sessão de testes. (Enfatizar para o participante).
4. Qualquer desconforto que você perceba durante os testes deve ser comunicado para preservar sua segurança.
5. A presente autorização de uso de dados e imagens é concedida a mim (autor) de forma gratuita, exclusivamente para fins de pesquisa, para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado. Contudo, você poderá revogar essa autorização a qualquer momento. Caso revogue, nós nos comprometemos a retirar seus dados da pesquisa de forma definitiva.
6. Você terá uma como cópia deste documento, assim como o autor manterá consigo uma cópia do mesmo pelo prazo de 5 anos.
7. O autor pode ser contatado no endereço: Cel. José Porfírio – Esplanada do Xingu, 030 Fac. De Geografia -Pará.
8. Caso você deseje dar uma autorização parcial, por favor, descreva-a para o leitor de sua confiança, que deve registra-la no verso deste documento;
9. Pesquisador responsável: Hudson N. de Sousa Filho membro do Laboratório de Estudos e Dinâmicas Territoriais da Amazonia (LEDTAM)

- Data: 19/09/2021.
- Assinatura:

José Nelson da Silva.

Rua Cel. José Porfírio – Esplanada do Xingu, 030,
Fac. De Geografia Email: ledtamxingu@gmail.com
Campus II Altamira/PA

